



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CAMILA ROCHA DELMONICO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO A
RESPEITO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Londrina
2023

CAMILA ROCHA DELMONICO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO A
RESPEITO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna.

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

d59a Delmonico, Camila Rocha.
A produção do conhecimento acadêmico a respeito da violência contra as mulheres nos programas de pós-graduação stricto sensu em serviço social no Brasil / Camila Rocha Delmonico. - Londrina, 2023.
199 f. : il.

Orientador: Sandra Lourenço de Andrade Fortuna.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2023.
Inclui bibliografia.

1. relações sociais de sexo, violência contra as mulheres, produção do conhecimento acadêmico, Pós-Graduação - Tese. I. Lourenço de Andrade Fortuna, Sandra . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

CAMILA ROCHA DELMONICO

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO A RESPEITO DA
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandra Lourenço de Andrade
Fortuna
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a Mirla Cisne
Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte - UERN

Prof^a Dr^a Olegna de Souza Guedes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 28 de setembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

A minha família e, principalmente, a minha mãe Selma Rocha Delmonico e ao meu pai Paulo Delmonico, as minhas irmãs Carla Rocha Delmonico e Caroline Rocha Delmonico, ao meu companheiro Paulo Vitor Antunes Bertoluci, as minhas tias Lourdes Delmonaco e Sonia Aparecida Delmonaco e a minha avó Francisca De Jesus Rocha que me deram todo o suporte necessário para a manutenção da minha vida acadêmica. Agradeço ao carinho, ao companheirismo inesgotável, a forma sensível de entender os momentos de luta e a felicidade em comemorar as vitórias deste processo ao meu lado.

A minha orientadora e companheira do meu coração, a Prof^ª. Dr^ª. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna, que acompanha minha trajetória acadêmica desde 2017, sempre me tratando com respeito e com uma paciência genuína para me ensinar e para me dar apoio emocional quando achei que não iria conseguir. A Prof^ª. Dr^ª. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna se tornou uma inspiração como Assistente Social, professora, pesquisadora social e mulher. Não existem palavras que sejam capazes de expressar meu sentimento de gratidão por esta profissional que esteve ao meu lado em todos os momentos da minha pesquisa e da minha formação enquanto Mestre em Serviço Social e Política Social.

Ao time de professoras acadêmicas: Prof^ª. Dr^ª. Mabel Mascarenhas Torres, Prof^ª. Dr^ª. Ana Patricia Nalesso, Prof^ª. Dr^ª. Olegna De Souza Guedes, Prof^ª. Dr^ª. Eliane Christine Santos de Campos, Prof^ª. Dr^ª. Lorena Ferreira Portes e Prof^ª. Dr^ª. Melissa Ferreira Portes, que foram capazes de me auxiliar neste árduo processo de construção do projeto de pesquisa e da Dissertação de Mestrado, bem como se tornaram grandes influências na minha trajetória acadêmica e profissional.

Aos participantes do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão, denominado: “Observatório da violência contra as mulheres: Sistema de Gerenciamento de dados em Londrina”, do Departamento de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, pelo incentivo com o estudo da temática e por proporcionar tanto crescimento enquanto pesquisadora social, em uma área que merece tanto reconhecimento pelo caráter endêmico da violência contra as mulheres na sociedade atual.

Aos que foram “invisíveis” neste processo, como os trabalhadores

responsáveis pela manutenção da limpeza, da elétrica, dos jardins, da burocracia e dos diversos outros setores da UEL, em especial ao Secretario Executivo Francisco Carlos Navarro, que mantém viva a Universidade Estadual de Londrina, mesmo com os sucateamentos no financiamento da educação pública no Brasil.

Ao CNPq pela concessão da bolsa estudantil a nível superior que teve duração de 24 meses, período em que pude me dedicar exclusivamente ao mestrado, logo o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

DELMONICO, Camila Rocha. **A produção do conhecimento acadêmico a respeito da violência contra as mulheres nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social no Brasil.** 2023. 199 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

A violência contra as mulheres é uma das expressões da questão social, cujo sistema de Dominação-exploração estrutura-se por meio da relação imanente entre classe, raça/etnia e patriarcado. A questão social, por sua vez, ocupa centralidade no Serviço Social que, inscrito na divisão social e sexual do trabalho, encontra campo fértil para posicionar-se contrário enquanto área e enquanto categoria a esse sistema, como disposto no projeto ético-político da profissão. Com isso, a produção do conhecimento no interior desta profissão trata-se de um campo vasto de análises a respeito da referida violência. Nessa direção, este trabalho desenvolveu-se a partir de uma pesquisa qualitativa exploratória de caráter bibliográfico e documental, com o objetivo de analisar como a violência contra as mulheres é evidenciada nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil, no período de 2010 a 2021. Problematiza-se esta pesquisa a partir da seguinte indagação: “de que forma é construída a produção do conhecimento sobre a referida violência a partir dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil?”. Com o intuito de responder esta questão, foram elencados três objetivos específicos, a saber: - analisar as contribuições das produções acadêmicas em Serviço Social para o debate a respeito da violência contra as mulheres; perquirir como a violência contra as mulheres é abordada nos estudos em foco; e identificar as linhas de pesquisa dos Programas em estudo e suas apreensões sobre a violência contra as mulheres. No que tange às análises, definiu-se uma amostra não probabilística, uma vez que foram analisados os trabalhos realizados em 2020 e 2021, totalizando sete Dissertações de Mestrado e quatro Teses de Doutorado. Para tanto, levantou-se a produção das Dissertações de Mestrado e das Teses de Doutorado, a partir de três etapas, iniciando-se com o levantamento desses trabalhos com base nos descritores, num primeiro momento através do título, seguido da análise, do resumo e da introdução dos trabalhos selecionados e, por fim, a análise foi realizada com base no trabalho como um todo. As tendências encontradas nos respectivos trabalhos, que versam sobre o objeto desta dissertação “violência contra as mulheres”, apontam, em especial, para a necessidade de fortalecimento da apreensão a respeito da complexidade das relações sociais de sexo que são mediadas pelas condições de classe, raça/etnia e patriarcado e que determinam a violência estrutural que as mulheres estão submetidas na sociedade patriarcal-capitalista-racista.

Palavras-chave: Produção do conhecimento; Programa de Pós-Graduação; Violência contra as mulheres, Mulheres, Serviço Social.

ABSTRACT

DELMONICO, Camila Rocha. **The production of academic knowledge about violence against women in the stricto sensu Graduate Programs in Social Work in Brazil.** 2023. 199 f. Dissertation (Master in Social Work and Social Policy) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

Violence against women is one of the expressions of the social issue, whose Domination-exploitation system is structured through the immanent relationship between class, race/ethnicity and patriarchy. The social issue, in turn, occupies a central position in Social Work, which, inscribed in the social and sexual division of work, finds fertile ground to take a contrary position as an area and as a category to this system, as set out in the ethical-political project of the profession. . With this, the production of knowledge within this profession is a vast field of analysis regarding the aforementioned violence. In this direction, this work was developed from an exploratory qualitative research of bibliographical and documental nature, with the objective of analyzing how violence against women is evidenced in the academic productions of the Graduate Programs (PPG) stricto sensu in Service Social in Brazil, in the period from 2010 to 2021. This research is problematized from the following question: “how is the production of knowledge about said violence constructed from the Postgraduate Programs in Social Work in Brazil?”. In order to answer this question, three specific objectives were listed, namely: - to analyze the contributions of academic productions in Social Work to the debate about violence against women; inquire how violence against women is approached in the studies in focus; and identify the research lines of the Programs under study and their apprehensions about violence against women. With regard to the analyses, a non-probabilistic sample was defined, since the works carried out in 2020 and 2021 were analyzed, totaling seven Master's Dissertations and four Doctoral Theses. To this end, the production of Master's Dissertations and Doctoral Theses was raised, from three stages, starting with the survey of these works based on the descriptors, at first through the title, followed by the analysis, the abstract and the introduction of the selected works and, finally, the analysis was carried out based on the work as a whole. The trends found in the respective works, which deal with the object of this dissertation “violence against women”, point, in particular, to the need to strengthen the apprehension regarding the complexity of social relations of sex that are mediated by class conditions, race/ethnicity and patriarchy and which determine the structural violence that women are subjected to in the patriarchal-capitalist-racist society.

Key-words: Knowledge production; Graduate program; Violence against women, Women, Social Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no Brasil que estão elegíveis para este estudo	29
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição geográfica dos Programas de Pós-Graduação	125
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Violência sexual contra mulheres de acordo com Raça/etnia.....	65
Tabela 2 – Disciplinas do currículo mínimo de 53 dos cursos de Serviço Social.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – apresentação dos PPG selecionados de acordo com os critérios de amostragem.....	29
Quadro 2 - Identificação dos Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social selecionados para esta pesquisa.....	125
Quadro 3 - Quantificação das Dissertações de Mestrado encontradas com base nos descritores, por PPG selecionado.....	128
Quadro 4 - Quantificação das Teses de Doutorado encontradas com base nos descritores, por PPG selecionado.....	129
Quadro 5 - Dissertações de Mestrado analisadas.....	131
Quadro 6 - Teses de Doutorado analisadas.....	132
Quadro 7 - Tipo de Pesquisa das Dissertações e das Teses de Doutorado em relação aos procedimentos.....	134
Quadro 8 - Abordagens de Pesquisa utilizadas e tipos de Pesquisa das Dissertações de Mestrado e das Teses de Doutorado em relação aos objetivos.....	138
Quadro 9 - Matriz teórico-metodológica das produções.....	143
Quadro 10 - Descritores encontrados em cada produção selecionada.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
CAM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
UFJR	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNB	Universidade Federal de Brasília
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESP/FR	Universidade Estadual Paulista
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
CEDAW	Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
CEAS	Centro de Estudos e ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CELATS	Centro Latino Americano de Trabalho Social
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS.....	14
1.1 Principais motivações para a realização desta pesquisa.....	15
1.2 Caminhos trilhados.....	18
1.3 Subsídios teórico-metodológicos e a estrutura da Dissertação.....	22
1.4 Contextualização dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social.....	28
CAPÍTULO 2: A PERVERSIDADE DA TRÍADE DE DOMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO: “CLASSE, RAÇA/ETNIA E PATRIARCADO.....	39
2.1 Considerações sobre o modo de produção capitalista.....	39
2.2 A tríade de dominação/exploração e a violência contra as mulheres.....	51
CAPÍTULO 3: OS REBATIMENTOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DA AREA DE SERVIÇO SOCIAL.....	67
3.1 O Serviço Social e as relações sociais de sexo.....	67
3.2 O Processo De Fortalecimento Da Pesquisa e da Produção Do Conhecimento no interior do Serviço Social.....	80
3.3 O Movimento de Reconceituação e a busca por uma teoria que dê suporte a pesquisa e a produção do conhecimento crítico no Serviço Social brasileiro.....	92
3.4 Os Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no Brasil...	116
CAPÍTULO 4: OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	124
4.1 Pesquisa em foco: as formas pelas quais a violência contra as mulheres é evidenciada nas produções dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Serviço Social no Brasil.....	124

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181
APÊDICES.....	189
APÊNDICE A - MAPEAMENTO DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO, PUBLICADAS ENTRE 2010 E 2021, COM BASE NOS DESCRITORES ELENCADOS.....	190
APÊNDICE B - MAPEAMENTO DAS TESES DE DOUTORADO, PUBLICADAS ENTRE 2010 E 2021, COM BASE NOS DESCRITORES ELENCADOS.....	197

1 - QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Este primeiro capítulo foi destinado ao momento introdutório da pesquisa e apresenta aspectos relevantes sobre a estrutura e a metodologia elencada para a construção desta Dissertação de Mestrado. Apresenta informações como: breve introdução às temáticas pertinentes, a motivação para a investigação, a justificativa, bem como a problemática de pesquisa, o objetivo geral e os específicos e o caminho teórico-metodológico que foi percorrido.

Ademais, buscou-se apresentar os PPG selecionados para esta pesquisa, com o intuito de revelar aspectos relacionados com o percurso histórico desses Programas, suas respectivas linhas de pesquisa e de concentração. Apresentou-se também, a relação entre os docentes de cada instituição e os grupos de pesquisas que abordam a violência contra as mulheres no interior dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social no Brasil.

1.1 Principais motivações para a realização desta pesquisa

As inquietações pelo estudo a respeito da violência contra as mulheres originaram-se, principalmente, das vivências empíricas enquanto uma mulher branca, pobre, estudante da rede pública de ensino e que vive em uma sociedade sexista, racista e capitalista.

O anseio sobre o estudo da temática decorreu das ações desenvolvidas ao longo do processo de formação acadêmica em Serviço Social, na Universidade Estadual de Londrina – UEL, como a participação em Projetos de Pesquisa e Extensão que tem como objeto principal a violência contra as mulheres e a produção do conhecimento acadêmico, o que impulsionou o desejo de tornar-se uma pesquisadora no tema.

Uma das primeiras oportunidades de estudar a temática estabelecida nesta Dissertação ocorreu no meio universitário, no ano de 2017, ao iniciar a participação no Grupo de Pesquisa sobre Violência de Gênero, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da UEL, coordenado pela Professora Dra. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna.

As investigações realizadas por este grupo consistiram em uma pesquisa bibliográfica sobre a ordem patriarcal de gênero e a respeito da produção do conhecimento no Serviço Social em solo brasileiro, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, envolvendo as produções dos Programas de Pós-Graduação e as revistas científicas da área. Tornou-se, portanto, um dos motivadores com maior influência no desenvolvimento da consciência de pesquisadora sobre as relações sociais de sexo no interior do modo de produção capitalista.

Nesta perspectiva, é válido ressaltar, também, o projeto de pesquisa e extensão denominado “Observatório da Violência contra as mulheres em Londrina-PR”. Este por sua vez, consiste na criação e implementação de um sistema de dados sobre as mulheres vítimas de violência doméstica e sexual no município de Londrina-PR, com o intuito de elaborar um diagnóstico social, informatizando mais de onze mil prontuários das usuárias do Centro de Referência de Atendimento à Mulher- CAM.

Outra questão relevante para a compreensão da escolha da temática refere-se ao estágio curricular obrigatório realizado no CAM, entre o

começo do ano letivo de 2018 até o final de 2019, para conclusão do curso de Serviço Social na UEL.

O CAM é um órgão público municipal que presta atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres que sofrem violência doméstica e sexual na cidade de Londrina e está em conformidade com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as mulheres, fruto de lutas feministas.

No mais, outro fator importante para a aproximação do objeto de estudo neste projeto de pesquisa, pertence à construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC no ano letivo de 2019, o qual foi elaborado a partir de uma pesquisa a respeito da análise do conceito gênero nas Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado nos Programas de Pós Graduação em Serviço Social da região Sul do Brasil de 2010 a 2018.

Nessa primeira aproximação ao tema por meio da pesquisa de TCC, foram analisadas as produções realizadas nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. No mais, as universidades elencadas foram: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Com os resultados obtidos neste TCC, foi possível vislumbrar onze Dissertações e duas Teses de Doutorado que abordavam a temática escolhida, dentre cerca de 560 produções mapeadas, o que demonstra a importância de fomentar o debate e a produção do conhecimento sobre a violência contra as mulheres no interior dos PPG referenciados.

As Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado que foram encontradas no TCC, trabalham gênero em geral no âmbito das relações de trabalho, esmiuçando principalmente a divisão sexual do trabalho, elucidando a diferença entre sexos nas relações de empregados e garantia de direitos. O resultado da pesquisa mostrou-se significativo, haja vista a tímida produção de pesquisas sobre o assunto.

A apresentação do TCC para a Banca Examinadora e as críticas construtivas elencadas pelo corpo docente para o aprimoramento do trabalho, impulsionaram o anseio pela permanência enquanto pesquisadora e a necessidade de aprimoramento do trabalho em questão, tendo em vista a importância de um

aprofundamento a nível Mestrado e/ou Doutorado. Desta forma, para realizar esta Dissertação foi de extrema importância a atualização dos dados, visando o novo arranjo espaço-temporal delimitado, objetivando realizar um mapeamento fidedigno com o objetivo geral deste trabalho.

1.2 Caminhos trilhados

Esta dissertação, cujo objeto é a violência contra as mulheres no Serviço Social, tem por objetivo analisar como essa violência é evidenciada nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil, no período de 2010 a 2021.

Definiu-se para tanto, como objetivos específicos: - analisar as contribuições das produções acadêmicas em Serviço Social para o debate a respeito da violência contra as mulheres; - perquirir como a violência contra as mulheres é abordada nos estudos em foco; - identificar as linhas de pesquisa dos programas em estudo e suas apreensões sobre a violência contra mulheres.

Delineou-se esse estudo a partir da questão central que envolve este trabalho: “de que forma é construída a produção do conhecimento sobre a violência contra as mulheres a partir dos Programas de Pós Graduação em Serviço Social?”.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental a partir de fontes secundárias, secundárias e primárias.

De acordo com GIL (2008, p. 51)

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para este autor as teses e dissertações já receberam tratamento analítico e, portanto são consideradas fontes secundárias, compondo o campo da pesquisa bibliográfica.

De natureza qualitativa exploratória, essa pesquisa intentou contribuir para a ampliação do nível de informações sobre esse tema (GIL, 2008).

Delimitou-se um recorte espaço-temporal para a seleção da amostra dos PPG e das produções a partir de quatro critérios de seleção: O PPG deveria ser brasileiro; vinculado a uma Instituição Pública de Ensino; deveria ofertar o curso a nível Mestrado e a nível Doutorado; e serem os mais antigos de cada Estado¹.

¹O Relatório de Avaliação Quadrienal 2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (CAPES, 2017), apontou que houve uma expansão percentual dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social brasileiros de 280% entre os anos de 1996 e 2016. Demonstrou também que, a partir do ano 2000 houve uma expansão significativa dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social, especialmente de 2007 a 2010 os mestrados saltaram de 23

Para fins desta dissertação, um dos caminhos trilhados na fase exploratória, foi à realização de um mapeamento atualizado dos Programas de Pós-Graduação existentes na área do Serviço Social e que, obrigatoriamente, atendessem os critérios da amostra acima citados.

Para tanto, foi necessário realizar o mapeamento das Teses de Doutorado e das Dissertações de Mestrado que abordassem a violência contra as mulheres, através de uma busca nas bibliotecas virtuais disponibilizadas pelas Instituições de ensino delimitadas.

Estipulou-se o recorte temporal para o mapeamento das produções, que corresponde às que foram realizadas entre os anos de 2010 e 2021. Destas produções, definiu-se uma amostra não probabilística, uma vez que foram analisados os trabalhos realizados em 2020 e 2021, considerando a viabilidade da pesquisa e o tempo de amadurecimento teórico dos Programas de Pós-Graduação, das linhas de Pesquisa, dos Grupos de Trabalho e Pesquisa, entre outros.

Respeitando o recorte espaço-temporal e os critérios deste projeto, citados anteriormente, analisaram-se as Teses de Doutorado e as Dissertações de Mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social das seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual Paulista (UNESP/FR), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Para a pesquisa documental foram analisados os documentos dos Programas de Pós Graduação em tela a fim de problematizar suas particularidades. Para tanto, utilizou-se dos documentos publicizados nos sites dos referidos Programas². Importante salientar que esta pesquisa analisou majoritariamente, o ano de criação de cada PPG, o conceito Capes, as linhas de pesquisa do corpo

para 27, enquanto de 2010 a 2016 os Programas de Pós-Graduação que ofertavam Doutorados cresceram de 10 para 18.

² É necessário ponderar que estas informações foram retiradas dos sites oficiais entre agosto de 2021 e novembro de 2022, sendo de responsabilidade de cada PPG atualizar os dados disponibilizados.

docente, áreas de concentração, linha de pesquisa do PPG, objetivando apresentar cada PPG e apresentar ao leitor qual o lugar de cada PPG no debate a respeito da violência contra as mulheres.

Essa pesquisa ocorreu durante o primeiro semestre de 2021 e, no mês de novembro de 2022 ela foi revisitada e re-atualizada. Vale ressaltar as dificuldades encontradas, levando em consideração a falta de padronização para a publicação destas produções nas bibliotecas online de cada PPG selecionado. Neste cenário, apenas um PPG, fez a publicação dos referidos trabalhos com a quantificação destes por ano de publicação. Os demais, não apresentam a quantificação de trabalhos por ano de publicação e/ou não separam as Dissertações e as Teses ano de publicação, sendo necessário um trabalho minucioso para mapear os dados.

Para a pesquisa bibliográfica, levantou-se a produção das Dissertações de Mestrado e das Teses de Doutorado. Esta foi apreendida a partir de três etapas, iniciando-se com o levantamento desses trabalhos com base nos descritores, num primeiro momento através do título, seguido da análise, do resumo e da introdução dos trabalhos selecionados e, por fim, a análise foi realizada com base no trabalho como um todo.

Ressalta-se que os descritores utilizados foram: Violência contra as mulheres, Patriarcado, Gênero, Mulheres, Relações Sociais de Sexo e Feminicídio.³

Posteriormente, o processo de tabulação desses dados foi concretizado através de um sistema, contemplado com as informações necessárias para realização da análise desses trabalhos.

Este sistema foi pensado para possibilitar uma tabulação dos trabalhos elencados e possui três eixos principais: o primeiro refere-se ao mapeamento dos Programas de Pós-Graduação (ME/DO) organizados com base na região em que estão localizados, no ano de criação, área de formação, no conceito CAPES, categorização das linhas de pesquisa e núcleos de pesquisa de cada PPG, além do link do site oficial.

No segundo eixo foi construído um espaço para as Dissertações que

³ No campo feminista materialista dos estudos sobre a violência contra as mulheres no deparamos com abordagens, conceitos e categoriais a partir de dois eixos que consideramos centrais: a ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo. Ambos serão abordados ao longo deste trabalho, todavia vale ressaltar que esta pesquisadora utiliza ambos entendendo que ambos situam-se no mesmo campo crítico.

foram localizadas e selecionadas para este estudo e estas estão divididas por universidade, região, título, sexo do (a) autor (a), descritores elencados e link do trabalho.

Já o terceiro eixo contou com as mesmas divisões que o eixo das Dissertações, todavia destinado às Teses de Doutorado elencadas. Assim sendo, propôs-se a construção de uma tabulação, que por mais que tenha um cabedal informacional extenso, sua estrutura organizacional facilitará as análises dos dados.

Com base nas informações disponibilizadas, foi possível levantar categorias de análise, o que ocorreu não somente a priori, como também durante todo o processo de pesquisa.

1.3 Subsídios teóricos-metodológicos e a estrutura da Dissertação

Para a construção do estofo teórico-metodológico necessário, partiu-se de uma revisão bibliográfica já elaborada sobre o tema, como livros escritos na área do Serviço Social e de revistas científicas. Com o intuito de responder aos objetivos propostos, esta pesquisa abordou os conceitos que cercam a produção do conhecimento em Serviço Social e sua relação com o trabalho da(o/e) Assistente Social, traçando uma relação com a violência contra as mulheres e esmiuçando as principais concepções que envolvem este tema, tais como violência, gênero, patriarcado, capitalismo, entre outros aspectos relevantes para a compreensão dos conceitos trabalhados no referido projeto.

Em vista da problemática apresentada, pautou-se a partir do conhecimento historicamente e coletivamente produzido sobre a temática em questão, reforçando a necessidade de uma atuação profissional que pautas as condições sócio-históricas das mulheres em uma sociedade classista, sexista e racista.

Evidentemente é necessário contextualizar a temática que compõe esta Dissertação, ou seja, é fundamental apresentar como o fenômeno da violência contra as mulheres se concretiza na realidade da sociedade brasileira. Nessa direção, seguem algumas reflexões que subsidiaram o caminho desta pesquisa.

O Relógio da Violência contra as mulheres demonstrou que, em 2019 no Brasil, a cada 2 segundos uma mulher sofreu violência física ou verbal, a cada 6.9 segundos uma mulher foi vítima de perseguição, a cada 2 minutos uma mulher foi vítima de arma de fogo, a cada 22,5 segundos uma mulher sofreu espancamento ou tentativa de estrangulamento e a cada 1,4 segundos uma mulher sofreu assédio sexual (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2019).

A 4ª edição do estudo intitulado “Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil”, lançado em 2023, aponta que no ano de 2022 aproximadamente 50 mil mulheres sofreram, diariamente, algum tipo de violência no Brasil. O índice apresentado é ainda pior para as mulheres pretas que compõem 48% das ocorrências de violência contra as mulheres, caracterizando o grupo social mais estigmatizado e marginalizado. Não só, o estudo em apreço, indica que a partir de 2021, acentuando-se em 2022/2023, a violência contra as mulheres esta em um

processo de crescimento em relação aos anos anteriores como 2017 e 2019.

Como apontava Heleieth Saffioti em 1984 (p. 8), os dados apresentados naquele momento já indicavam:

[...] que o fenômeno desconhece qualquer fronteira: de classe social, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar – no espaço público e no privado – e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos.

Assim, compreende-se a violência contra as mulheres como uma violação da integridade física, sexual, patrimonial, psicológica e moral, mediada pelas condições de raça, etnia, classe, religião, faixa etária e orientação sexual, representando uma violação aos direitos humanos. Esta violência atravessa três pilares principais, quais sejam: o capitalismo, a ordem patriarcal de gênero e o racismo (SAFFIOTI, 2004).

Entende-se, portanto, não ser possível dissociar classe, raça, etnia e sexo para o entendimento dos aspectos mais relevantes que tornam a mulher, na perspectiva das relações sociais de sexo, um ser inferiorizado em relação ao homem.

Por conseguinte, o estudo dessa temática possui relevância social, sendo significativa para a compreensão das relações sociais de sexo na sociedade e, conseqüentemente, para esmiuçar os elementos que compõem o quadro estrutural de violência na sociedade brasileira, que é perpetrada contra as mulheres pelo fato de serem mulheres em uma sociedade sexista, racista e classista.

Outro ponto importante para o debate proposto nesta Dissertação relaciona-se à produção do conhecimento acadêmico no Serviço Social, mais especificamente, no que se refere aos Programas de Pós-Graduação da área. Nesta perspectiva, é válido apresentar que na conjuntura atual brasileira, a ciência e a educação são minadas pelas tendências conservadoras e neoliberais que agregam valor apenas ao conhecimento que serve à manutenção da lógica capitalista⁴.

Observa-se que, necessariamente deve haver uma relação entre a produção do conhecimento acadêmico e o trabalho do assistente social, uma vez que é este o profissional requisitado para atuar frente às expressões da questão social. Logo, a produção do conhecimento e a pesquisa no bojo do Serviço Social

⁴ Sobre os ataques neoconservadores e a lógica produtivista aos PPGs ver: FONSECA, 2001; NASCIMENTO, 2010; SGUISSARDI, 2010; TREIN e RODRIGUES, 2010; FORTUNA E GUEDES, 2020; e a produção da Revista Universidade e Sociedade.

devem estar conectadas ao projeto ético-político, tendo em vista que é uma profissão “que tem o processo investigativo e de produção do conhecimento imanentemente articulado ao trabalho” (FORTUNA; GUEDES, 2019, p. 28).

Para a compreensão da realidade concreta, é de suma importância a adoção de uma teoria crítica que dê suporte à apreensão do fenômeno da violência contra as mulheres na produção do conhecimento acadêmico no Serviço Social brasileiro, de modo que a aproximação à teoria marxista e marxiana com o Serviço Social, por volta de 1980 e 1990, no denominado “Movimento de Reconceituação”, trouxe benefícios que influenciaram o projeto Ético Político, assim como a construção do Código de Ética profissional alinhados à pesquisa e à produção do conhecimento crítico.

O método de pesquisa que orienta esta Dissertação de Mestrado baseia-se na perspectiva materialista histórico-dialética, ao entender a realidade como um complexo campo de mediações. Logo, o conhecimento teórico deve partir do conhecimento do objeto pesquisado “tal como ele é em si mesmo na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011). Nesta lógica, o movimento do método deve subsidiar a relação entre pesquisador e o sujeito ou objeto de pesquisa (NÓBRE; MATIAS; SILVA, 2018).

Assim sendo, concebe-se a temática desta dissertação a partir da sua lógica constitutiva enquanto um sistema de dominação/exploração, de maneira que seja possível desvelar suas determinações em sua historicidade, buscando superar as abstrações do fenômeno estudado e a compreensão do diálogo que há sobre a produção do conhecimento acadêmico a respeito da violência contra as mulheres no interior dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil, realizadas entre 2010 e 2021.

Nesta seara, a pesquisa deve possibilitar as contínuas aproximações com a totalidade concreta e o conhecimento teórico deve apreender o objeto em sua própria existência. Com isso, esta Dissertação se debruça sobre a necessidade de perquirir a realidade, sobre suas determinações dinâmicas e contraditórias, uma vez que “sem contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação (NETTO, 2011, p. 57).

Faz-se importante destacar que o caminho teórico-metodológico aqui desenhado deu-se à luz de categorias de análise que foram definidas a priori e

ao longo de todo percurso utilizado para realização desta pesquisa, a saber: relações sociais de sexo, patriarcado, divisão sexual do trabalho, violência contra as mulheres e formação profissional.

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 1985, p. 106).

Nesta perspectiva, as categorias ontológicas, do ser social (LUKÁCS, 2012) configuram-se enquanto estruturas que a razão extrai do real, tornando-se estruturas complexas e ativamente reais, portanto são constitutivas da realidade. Logo, elas “expressam formas de serem, determinações de existência” (MARX, 2011, p. 59).

Outro aspecto relevante é o entendimento de que “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22). Desta forma, a teoria e o método de Marx buscam o entendimento da realidade adentrando a aparência e perquirindo incansavelmente o objeto de estudo, captando suas determinações em dada realidade, objetivando aproximar-se o máximo possível de sua essência, no caso deste projeto, da violência contra as mulheres.

Ainda, pressupõe a reconstrução e a perseguição do movimento do real nesta produção do conhecimento, buscando a reconstrução do não aparente e conseqüentemente da captação mais próxima possível da totalidade do objeto, ou seja, da união dos complexos sociais que se estabelecem na sociedade, que estão contidas na dinâmica da vida social, na união de complexos sociais, na reprodução ideal do realmente existente.

Diferentemente de Hegel, Marx apreende a realidade como ponto de partida concreto que, reproduzido pelo pensamento, assume a feição de concretude pensada, de reprodução ideal de um dado ser que é, ele próprio, complexo e multidimensional e que não se apresenta enquanto totalidade de relações à intuição ou à empiria, demandando ser decifrado. Destes objetos, processos ou relações objetivas, existentes em si mesmos, salienta-se, antes de tudo, a contradição que lhes é imanente. Dito de outra forma, a ontologia estatutária marxiana parte da objetividade, a qual remete, simultaneamente, à concretude sensível e ao vir a ser contraditório e relacional. Em Marx, portanto, a análise é sempre concreta e de uma situação concreta, bem como ser é sempre ser objetivo (NOELI, 2014, p. 56).

No que tange às fontes principais para a fundamentação teórica desta Dissertação, especialmente no campo dos estudos sobre a violência contra as mulheres destacamos autoras como Heleieth Saffioti, Mirla Cisne, Bell Hooks, Audre Lorde e Lélia González para definição da categoria ordem patriarcal e, conseqüentemente, para analisar a violência contra as mulheres. No mais, as autoras Maria Lúcia Martinelli, Marilda Yamamoto, Yolanda Guerra e o autor José Paulo Netto, também foram utilizados enquanto aporte teórico para este trabalho, com o intuito de enriquecer a construção deste projeto, no que se refere à formação e ao exercício profissional do assistente social, entre outros pensadores para dialogar a respeito do modo de produção capitalista, como: Karl Marx e Friedrich Engels, Georg Lukács, entre outros.

No que tange à estruturação deste trabalho, o primeiro capítulo foi destinado à parte introdutória.

O segundo capítulo tem como título “A perversidade da tríade de dominação/exploração: “classe, raça/etnia e patriarcado”. Aborda aspectos importantes para situar o fenômeno da violência contra as mulheres a uma problemática estrutural da sociedade capitalista, buscando analisar as tramas invisíveis do capital, situando tanto o modo de produção sócio econômico vigente quanto o sistema patriarcal e racista, objetivando destrinchar o nó existente entre esses elementos e os rebatimentos destes na construção/manutenção dos sistemas de dominação/exploração que aflige, em especial, a vida das mulheres brasileiras.

O terceiro capítulo desta Dissertação denomina-se “Os rebatimentos da ordem patriarcal de gênero sobre o Serviço Social e a importância da pesquisa e da produção do conhecimento no interior desta profissão”. Este por sua vez, explana sobre a questão da produção do conhecimento no Serviço Social, assim como apresenta o percurso histórico e de consolidação dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Não só, este capítulo faz um resgate teórico sobre a relação da ordem patriarcal de gênero com o Serviço Social e apresenta o processo de fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento no interior da profissão em questão.

No mais, o quarto e último capítulo, foi intitulado como: “Pesquisa em foco: As formas pelas quais a violência contra as mulheres é evidenciada nas Produções dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil e destina-se à apresentação dos resultados obtidos através do processo de

pesquisa e tem como norte principal a produção do conhecimento à luz da violência contra as mulheres, além das devidas aproximações com as produções dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil que foram desenvolvidas entre os anos de 2020 e 2021.

1.4 Contextualização dos Programas De Pós-Graduação em Serviço Social.

Para dialogar a respeito das produções dos Programas de Pós-Graduação (PPG) selecionados para este estudo, é de suma importância apresentá-los a partir de questões pertinentes para a análise proposta nesta Dissertação.

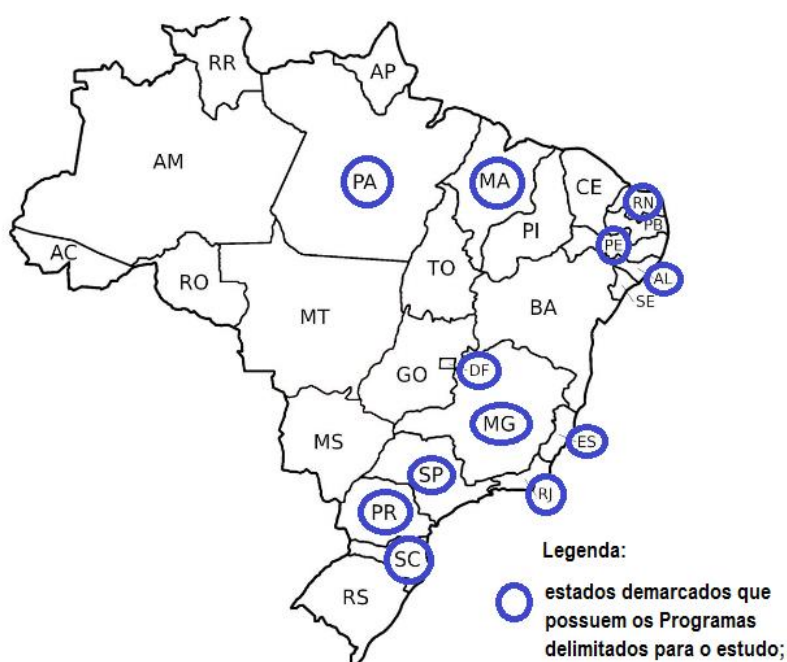
Com o intuito de mapear os referidos PPGs realizou-se uma busca de todos os Programas que estão vigentes no Brasil, para focar naqueles que se enquadram no recorte delimitado para esta pesquisa. Este processo de mapeamento foi realizado levando-se em consideração os dados disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e pela Plataforma Sucupira.

Nesta perspectiva, foi encontrado na Plataforma Sucupira um total de trinta e seis (36) Programas de Pós-Graduação em Serviço Social ofertados a nível nacional, todavia, ao aplicar os recortes espaços-temporais estipulados nesta pesquisa, restaram doze Programas aptos à análise proposta.

Os doze Programas selecionados estão localizados, majoritariamente, na região sudeste (33%) e na região nordeste (33%) os demais estão na região sul (16%), na região norte (8%) e finalmente na região centro oeste (8%) do Brasil.

Em relação aos estados brasileiros, três Programas de Pós-Graduação estão localizados no estado do Rio de Janeiro (RJ) e os demais estão distribuídos em outros estados como: Santa Catarina (SC), Paraná (PR), São Paulo (SP), Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Alagoas (AL), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Maranhão (MA), Pará (PA) e no Distrito Federal (DF), conforme figura abaixo:

Figura 1 - Distribuição dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil que estão elegíveis para este estudo:



Fonte: A própria autora (2022).

Com base nesses dados, percebe-se quais regiões e Estados brasileiros pelos quais esta Dissertação irá percorrer, a partir dos critérios de amostragem definidos.

Ressalta-se que a breve exposição dos Programas de Pós-Graduação tem o intuito principal de compreender qual a relação de cada PPG com a temática “violência contra as mulheres”, uma vez que este fato está diretamente relacionado às pesquisas desenvolvidas nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutorado de cada PPG.

Quadro 1 – apresentação dos PPG selecionados de acordo com os critérios de amostragem

Programa de Pós-Graduação	Nacionalidade/ região/ estado	Instituição de Ensino Público pertencente	Cursos ofertados (M= Mestrado/ D= Doutorado)	Área de formação
PPGSS	Brasileira/ Sudeste/ RJ	UFRJ	M: 1976 / D: 1994	Serviço Social
PPGSS	Brasileira/	UNESP-FR	M: 1992 / D:	Serviço

	Sudeste/ SP		1999	Social
PPGSS	Brasileira/ Sudeste/ MG	UFJF	M: 2005 / D: 2019	Serviço Social
PPGPS	Brasileira/ Sudeste/ ES	UFES	M: 2004 / D: 2012	Política Social
PPGSS	Brasileira/ Sul/ SC	UFSC	M: 2001 / D:2010	Serviço Social
PPGSER	Brasileira/ Sul/ PR	UEL	M: 2001 / D: 2011	Serviço Social e Política Social
PPGPS	Brasileira/ C.Oeste / DF	UNB	M: 1990 / D: 2002	Política Social
PPGSS	Brasileira/ Nordeste/ AL	UFAL	M: 2004 / D: 2016	Serviço Social
PPGSS	Brasileira/ Nordeste/ PE	UFPE	M: 1979 / D: 1999	Serviço Social
PPGSS	Brasileira/ Nordeste/ RN	UFRN	M: 2000 / D: 2016	Serviço Social
PGPPS	Brasileira/ Nordeste/ MA	UFMA	M: 1993 / D: 2001	Política Social
PPGSS	Brasileira/ Norte/ PA	UFPA	M: 1996 / D: 2017	Serviço Social

Fonte: a própria autora.

O primeiro PPG apresentado, está localizado na região sudeste do Brasil, por ser o PPG mais antigo dos que foram analisados. Assim sendo, o primeiro PPG está inserido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é denominado como: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). De acordo com o site oficial do PPGSS/UFRJ, este Programa está alocado na sede da Escola de Serviço Social do Campus de Praia Vermelha e instaurou o Mestrado em 1976 e o Doutorado no ano de 1994, consagrando-se por ser o primeiro curso de doutorado público em Serviço Social no Brasil.

Sobre o PPGSS/UFRJ, é importante salientar que o Programa possui conceito CAPES 5⁵, e sua área de formação é Serviço Social. Ainda, no que se refere às áreas de concentração do PPGSS/UFRJ, é possível vislumbrar três áreas distintas, são elas: 1 - Teoria social, formação social e serviço social; 2 - Trabalho, lutas sociais, política social e Serviço Social; e 3 - Cultura e Serviço Social.

A temática “violência contra as mulheres” aparece enquanto linha

⁵ Avaliação Capes ano 2022.

de pesquisa, denominada “Temas Urbanos e Movimentos Sociais” da terceira área de concentração “Cultura e Serviço Social”.

O corpo docente do PPGSS/UFRJ é composto por 30 profissionais, deste total, nove docentes trabalham os aspectos de gênero em suas pesquisas⁶.

Finalmente, o PPGSS/UFRJ possui dois núcleos de pesquisa relevantes para esta pesquisa, que estão vigentes desde 2010, são eles: o Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (LEG), supervisionado pela Prof^a. Dra. Lilia Guimarães Pougy e a Prof^a. Dra. Ludmila Fontenele Cavalcanti e o grupo de pesquisa “Religião, Gênero, Ação Social e Política”, que tem como orientadora a Dra. Maria das Dores Campos Machado.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP/FR) é sede do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/FR) que foi implementado em 1992 a nível Mestrado e em 1999 a CAPES aprovou o curso a nível Doutorado no PPGSS/FR. Este Programa em apreço, possui conceito CAPES 4 e tem como área de formação o Serviço Social.

No PPGSS/FR a área de concentração estipulada é “Serviço Social: Trabalho e Sociedade”, em adição, o Programa possui três linhas de pesquisa que são: 1 - Trabalho e sociabilidade capitalista; 2 - Serviço Social, formação e Trabalho Profissional; 3 - Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Além disso, o corpo docente do PPGSS/FR é composto por 18 professores e um deles⁷ trabalha gênero e diversidades em sua linha de pesquisa. Por fim, em referência aos grupos de pesquisa/ensino/extensão, o PPGSS/FR não possui nenhum grupo cadastrado que faz luz a temática violência contra as mulheres.

Ainda na região sudeste do Brasil, outro PPG que está dentro dos recortes espaços-temporais delimitados para esta pesquisa é o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFJF) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que inaugurou o Mestrado em 2005 e o Doutorado no ano de 2019. O Programa em questão, possui conceito CAPES 4 e tem como área de

⁶ São: Prof^a. Dra. Cecília Paiva Neto Cavalcanti; Prof^a. Dra. Andrea Moraes Alves; Prof^a. Dra. Ivanete Salete Boschetti; Prof^a. Dra. Gláucia LelisAlves; Prof^a. Dra. Ludmila Fontenele Cavalcanti; Prof^a. Dra. Luana de Souza Siqueira; Prof^a. Dra. Lilia Guimarães Pougy; Prof^a. Dra. Kátia Sento Sé Mello; Prof^a. Dra. Rosana Morgado;

⁷ Prof^o. Dr. Dagoberto José Fonseca;

formação: “Serviço Social”.

O PPGSS/UFJF possui como área de concentração “Questão social, Território, Política Social e Serviço Social” que são estimadas através de duas linhas de pesquisa: 1 – Política Social e Gestão Pública; e 2 – Serviço Social e Sujeitos Sociais. Ainda, em sua apresentação no site oficial o PPGSS/UFJF expõe que dá ênfase aos processos de acumulação capitalista e seus impactos na questão social, bem como referência este sistema socioeconômico a partir de suas expressões econômicas, sociais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade.

O corpo docente do Programa em apreço é formado por quinze docentes e seis destes⁸ trabalham a perspectiva de gênero em suas pesquisas. Ademais, o PPGSS/UFJF possui o Grupo de Pesquisa: “Sexualidade, Gênero, Diversidade e saúde: Política e Direitos (GEDIS) que possui supervisão do Prof. Dr^o. Marco José Duarte e da Prof^a. Dr^a. Sabrina Pereira Paiva, ambos com experiência na área de gênero e sexualidades.

Por fim, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) está o Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UFES) que iniciou suas atividades em 2004 com o Mestrado e em 2012 implementou o Doutorado. Para além, o PPGPS/UFES é conceito CAPES 5, possui um caráter interdisciplinar e interdepartamental e estipulou como área de formação “Política Social”.

Nesta perspectiva, este Programa possui como área de concentração “Política social, Estado e Sociedade”, que são particularizados em duas linhas de pesquisa: 1 – Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo; e 2 – Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais. A segunda linha de pesquisa trabalha com aspectos relevantes sobre a temática violência contra as mulheres, uma vez que, aborda, dentre outros aspectos, “Sujeitos, lutas e Movimentos Sociais de classe, raça/etnia, gênero, sexualidades e geração” (PPGPS/UFES- site oficial, não datado).

No que tange o corpo docente, é válido ressaltar que dos vinte e três docentes atuantes no PPGPS/UFES, três profissionais⁹ trabalham a perspectiva de gênero em suas linhas de pesquisa.

⁸ São eles: Prof^a. Dra. Cristina Simões Bezerra; Prof^a. Dra. Ednéia Alves de Oliveira; Prof^o. Dr. Marco José de Oliveira Duarte; Prof^a. Dra. Maria Lúcia Duriguetto; Prof^a. Dra. Maria Monteiro de Castro e Castro e a Prof^a. Dra. Sabrina Pereira Paiva.

⁹ São elas (es): O Prof^o. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza; Prof^a. Dra. Livia de Cássia Godoi Moraes; e a Prof^a. Dra. Maria Helena Elpidio Abreu;

O PPGPS/UFES tem um núcleo de pesquisa denominado “Núcleo de Estudos sobre o Trabalho” que apresenta uma temática relacionada às condições de trabalho em segmentos específicos como o das mulheres, todavia, não especifica o quanto esta temática é aprofundada no debate sobre as relações sociais e, também, não foi possível encontrar a informação de possíveis supervisores deste núcleo no site oficial do PPGPS/UFES.

Na região Sul do Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) consta o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC) que foi implantado em agosto de 2001 com o curso a nível Mestrado e no ano de 2010 a nível Doutorado. O PPGSS/UFSC tem conceito CAPES 5 e a sua área de formação é Serviço Social.

O PPGSS/UFSC possui três áreas de concentração, que são: 1 - Serviço Social; 2 - Direitos Humanos; e 3- Questão Social. Possui três linhas de pesquisa: 1 – Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina; 2 – Serviço Social, Ética e Formação Profissional e 3 – Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana.

O corpo docente do PPGSS/UFSC é formado por um quadro de dezesseis profissionais e cinco destes trabalham a perspectiva de gênero em suas pesquisas, bem como se aproximam do estudo da temática violência contra as mulheres.

Vale ressaltar que, o PPGSS/UFSC possui um grupo de pesquisa que se relaciona com a temática desta Dissertação, denominado: “Estudos feministas e de gênero. Sexualidade. Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos”, sem maiores informações, tendo em vista a indisponibilidade do site oficial do PPGSS/UFSC.

Já a Universidade Estadual de Londrina (UEL), localizada na região norte do Paraná, destaca-se por ter sido o primeiro PPG público do Paraná através do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social (PPGSER/UEL), que oferta o curso a nível Mestrado desde 2001 e o Doutorado desde 2011. O PPGSER/UEL é conceito CAPES 4 e sua área de formação é Serviço Social e Política Social.

Além destas informações, a área de concentração do PPGSER/UEL é Política Social e possui duas linhas de pesquisa, que são: 1 - Gestão de Políticas sociais e Serviço Social; e 2 - Serviço Social e Trabalho. Em

relação ao corpo docente, o PPGSER/UDEL conta com 17 docentes e, destes, duas professoras trabalham a perspectiva da ordem patriarcal de gênero em suas pesquisas¹⁰.

No que diz respeito aos grupos de pesquisa/extensão, o PPGSER/UDEL conta com um projeto de pesquisa e extensão vigente denominado “Observatório da violência contra as mulheres: sistema de gerenciamento de dados de Londrina” que possui supervisão da Professora Dra. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna e outros projetos de pesquisa e/ou extensão que já foram concluídos e que contemplavam a temática violência contra as mulheres.

Já na região centro oeste do Brasil, na Universidade de Brasília (UNB) há o Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/UNB), que por sua vez implementou o curso de Mestrado em 1990 e o Doutorado em 2002, consolidando-se como o primeiro da Área de Serviço Social com a temática Política Social.

Sobretudo, o PPGPS/UNB é conceito CAPES 6, e “a relação entre as diversas expressões da questão social, as transformações no mundo do trabalho, o papel do Estado e dos movimentos sociais na conformação das políticas sociais” (PPGPS/UNB- site oficial não datado), compõem a estrutura da área de concentração, das linhas de pesquisa e dos núcleos de pesquisa. Assim sendo, o PPGPS/UNB estipulou quatro linhas de pesquisa, que são: 1 – Política Social, Estados e Sociedade; 2 – Classe, Lutas Sociais e Direitos; 3 – Trabalho, Questão Social e Emancipação; 4 – Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades.

Ademais, o corpo docente do PPGPS/UNB é composto por 25 profissionais e cinco deles¹¹ atuam sobre a perspectiva das relações sociais pautadas no patriarcado e nas demais explorações/dominações ocasionadas pelo sexo/gênero e pela raça/etnia.

Finalmente, é válido considerar, também, que o PPGPS/UNB possui dois grupos de pesquisa que trabalham com a violência contra as mulheres, são eles: Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres (VIOLES – 2002) que é coordenado pela Prof^a.

¹⁰ Profa. Dra. Cássia Maria Carlotto e Profa. Dra. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna

¹¹ São estes: Prof^o. Dr. Cristiano Guedes; Prof^a. Dra. Hayeska Costa Barroso; Prof^o.Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá; Prof^a. Dra. Lucélia Luiz Pereira; Prof^a. Dra. Marlene Teixeira Rodrigues e Prof^a. Dra. Nair Heloisa Bicalho de Souza;

Dr^a. Maria Lúcia Pinto Leal; e Gênero, Política Social e Serviços Sociais (GENPOSS – 2004), que é orientado pela Prof^a. A Dr^a. Marlene Teixeira Rodrigues.

Partindo para a região nordeste do Brasil, foram selecionados quatro PPG que estão dentro dos critérios da amostra estipulados para esta Dissertação e que serão apresentados a seguir. O primeiro PPG explicitado foi o da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), denominado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFAL) que surgiu com o Mestrado em 2004 e com o curso a nível Doutorado em 2016.

Outro ponto importante do Programa referenciado, é que o mesmo possui conceito CAPES 4, além de apropriar-se da área de formação: “Serviço Social”. Em relação às informações a respeito da área de concentração, das linhas de pesquisa e dos grupos de pesquisa, não foi possível encontrá-las, uma vez que o site oficial do PPGSS/UFAL não divulgou tais dados.

Em contrapartida, o site apresentou o corpo docente que compõe o quadro de professores deste PPG. Desta forma, observou-se que dos dezoito professores atuantes, três profissionais¹² trabalham a perspectiva da ordem patriarcal de gênero em suas linhas de pesquisa.

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), está o segundo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPE), selecionado da região nordeste do Brasil. Este, por sua vez, foi criado em 1979, com o curso de Mestrado e em 1999 instaurou o curso a nível Doutorado. Para além, o Programa em questão é avaliado com o conceito CAPES 6.

A área de formação do PPGSS/UFPE é “Serviço Social” e a área de concentração é “Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais”. Nesta direção, foram estipuladas seis linhas de pesquisa, que são: 1 – Estado, Políticas Sociais e Ação do Serviço Social; 2 – Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 3 – Serviço Social, Ação Política e Sujeitos Coletivos; 4 – Serviço Social, Ética, Direitos Humanos; 5 – Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental; e 6 – Relações Sociais de Gênero, Geração, Raça/Etnia e Sexualidades;

Já o corpo docente do PPGSS/UFPE é formado por 16

¹² São elas: Prof^a. Dra. Andrea Pacheco Mesquita; Prof^a. Dra. Elvira Simões Barreto; e Prof^a. Dra. Maria Adriana da Silva Torres;

professores e seis destes¹³ trabalham a perspectiva de gênero em suas linhas de pesquisa. Por fim, o site oficial do Programa não possui maiores informações sobre os grupos de pesquisa/ ensino/ extensão existentes na instituição.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) está o Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social (PPGSS/UFRN). A implementação deste PPG, ocorreu no ano 2000 com o curso a nível Mestrado e em 2016 a nível Doutorado. Além disso, o PPGSS/UFRN possui conceito CAPES 4 e sua área de formação é “Serviço Social”.

A área de concentração do PPGSS/UFRN é “Sociabilidade, Serviço Social e Política Social”, e possui três linhas de pesquisa, que são: 1 – Estado, Sociabilidade, Políticas Sociais e Direitos; 2 – Serviço Social, Trabalho e Questão Social; e 3 – Ética, Gênero, Cultura e Diversidade. No que se refere, ao corpo docente, este é composto por dezessete profissionais e duas docentes¹⁴ trabalham a perspectiva da violência contra as mulheres e gênero em suas linhas de pesquisa. Por fim, O PPGSS/UFRN não possui nenhum grupo de pesquisa¹⁵ que aborde a temática “violência contra as mulheres”.

Vinculado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) encontra-se o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA). O PPG em questão iniciou suas atividades em 1993 a nível Mestrado e em 2001 a nível Doutorado, além de ser conceito CAPES 6 e ter como área de formação: “Políticas Sociais”.

O PPGPP/UFMA é dividido entre duas áreas de concentração e cada uma delas possui suas próprias linhas de pesquisa. A primeira área de concentração é “Políticas Públicas e Movimentos Sociais”, sendo contemplada com cinco linhas de pesquisa, que são: 1 – Estado, Cultura e Políticas Públicas; 2 – Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; 3 – Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas; 4 – Estado, Trabalho e Políticas Públicas; 5 – Direitos Fundamentais e Políticas Públicas. Já a segunda área de concentração é: “Políticas Sociais e Programas Sociais” e está dividida entre três linhas de

¹³ São: Prof^a. Dra. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá; Prof^a. Dra. Maria das Graças e Silva; Prof^a. Dra. Mônica Rodrigues Costa; Prof^a. Dra. Rosa Maria Cortez de Lima; Prof^a. Dra. Ana Cristina de Souza Vieira; e a Prof^a. Dra. Helena Lúcia Augusto Chaves;

¹⁴ São: Prof^a. Dra. Andrea Lima da Silva e Prof^a. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos;

¹⁵ Que foi exposto no site oficial do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da UFRN;

pesquisa, que são: 1 – Avaliação de Políticas e Programas Sociais; 2 – Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social; 3 – Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.

Ainda, o corpo docente do PPGPP/UFMA é formado por um quadro de trinta e um profissionais e três destes¹⁶ trabalham a perspectiva de gênero em suas linhas de pesquisa. Em relação aos projetos de pesquisa/ensino/extensão existentes no PPG selecionado, consta no site oficial a existência de três grupos de pesquisa que abordam a perspectiva de gênero, todavia nenhum destes é do PPGPP/UFMA, tendo em vista que estão inseridos em outras áreas do conhecimento.

Finalmente, o último Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA) selecionado faz parte da Universidade Federal do Pará (UFPA) e está localizado na região norte do Brasil. Este PPG foi instituído em 1996 com o curso de Mestrado e expandiu-se em 2017, com o curso a nível Doutorado. Este por sua vez, é conceito CAPES 4 e possui como área e formação: “Serviço Social”.

A área de concentração do PPGSS/UFPA é: “Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais” que se particulariza em três linhas de pesquisa: 1 – Serviço Social e Políticas Sociais na Amazônia; 2 - Serviço Social e Trabalho na Amazônia; 3 – Serviços Sociais e Direitos na Amazônia. A terceira linha de pesquisa possui como descrição: “Desenvolve estudos e pesquisas sobre a configuração do Estado e do Capital na Amazônia, a violação de direitos humanos (especialmente em torno de questões de classe, raça, etnia, identidade de gênero, geração, orientação sexual, condição migrante, povos tradicionais, refúgio). Com isso, evidencia-se que a terceira linha de pesquisa contempla a temática “violência contra as mulheres”.

Já o corpo docente deste PPG é formado por vinte e três profissionais e dez¹⁷ trabalham gênero em suas linhas de pesquisa. Para além, de

¹⁶ São: Prof^ª. Dra. Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha; Prof^ª. Dra. Maria Mary Ferreira e a Prof^ª. Dra. Marly de Jesus Sá Dias.

¹⁷ São eles: Prof^º. Dr. Reinaldo Nobre Pontes; Prof^ª. Dra. Adriana de Azevedo Mathis; Prof^ª. Dra. Cilene Sebastiana da Conceição Braga; Prof^ª. Dra. Cristina Maria Arêda Oshai; Prof^ª. Dra. Maria Antonio Cardoso Nascimento; Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes; Prof^ª. Dra. Solange Maria Gayoso da Costa; Prof^ª. Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento; Prof^ª. Dra. Daniela Ribeiro Castilho; e Prof^ª. Dra. Maria do Socorro Rayol Amoras.

acordo com o site oficial do PPGSS/UFGA, o mesmo não possui nenhum grupo de pesquisa que trabalhe uma perspectiva que se relacione com o fenômeno da violência contra as mulheres.

2 A PERVERSIDADE DA TRÍADE DE DOMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO: “CLASSE, RAÇA/ETNIA E PATRIARCADO”

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Este capítulo apresenta os elementos constitutivos sobre o modo de produção capitalista e a tríade de dominação/exploração que assola a população brasileira, mais especificamente, as mulheres pretas e pobres, tendo em vista que esta tríade é formada por elementos provenientes da classe, raça/etnia e do patriarcado. Os referidos elementos elucidam como as relações sociais, no modo de produção vigente, estão alinhadas à apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho humano alheio, fatores que fundamentam as desigualdades sociais que são expressas em todas as formas de reprodução da vida social.

Essas contradições no bojo das esferas de reproduções da vida social demonstram o quanto à violência contra as mulheres é um fenômeno social e o quanto está diretamente relacionada à manutenção da ordem do capital. Desta forma, é necessário tecer considerações sobre o modo de produção e seu enovelamento com o sistema patriarcal e racista para manutenção de seu status quo.

É imprescindível apresentar que no capitalismo, as relações sociais de produção envolvem a reprodução dos meios de produção, as contradições de classe e as contradições políticas, uma vez que todas as esferas da sociedade transformam-se em espaços de poder. Logo, o capital tem o domínio e o poder “sobre todo o funcionamento da sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 50). Nesta seara, para o modo de produção referenciado conseguir se estabelecer e se fortalecer, ao longo do seu percurso histórico, foi necessário redesenhar as estratégias de dominação/exploração dos trabalhadores, para manter a maximização das taxas de lucros, produzindo majoritariamente, riquezas acumuladas e seu oposto, o pauperismo.

De maneira geral, o sistema socioeconômico em debate caracteriza-se a partir de uma organização econômica que se entranha nas relações sociais sobre a lógica de mercadorização da vida, bem como permanece em constante movimento para manter-se no poder econômico, político e social. Assim, a realidade capitalista vai se desenhando conforme a luta de contrários e não no

processo evolutivo, uma vez que o capital vai se redesenhando para efetivar sua lógica de dominação/exploração da classe trabalhadora e mantém permanentemente os índices elevados de acumulação de capital nas mãos da burguesia.

É sabido que o capitalismo traçou sua trajetória histórica através de diferentes estágios de desenvolvimento, objetivando modificar as condições de reprodução das relações sociais, reproduzindo relações estranhadas. O pensador Karl Marx afirma que “vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações” (MARX, 2008, p.41). Nos séculos anteriores a produtividade capitalista, a sociedade sofria com a escassez de recursos, todavia, diferentemente do modo de produção vigente, “as desigualdades decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir” (NETTO, 2001, p.46).

Entretanto, na ordem do capital as privações de recursos são socialmente produzidas, resultado das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção. Destarte, o uso da tecnologia com o intuito de elevação da produtividade do trabalho humano torna-se a diferença fundamental entre o capitalismo e outras formas de sociabilidade humana, que se desenvolveram ao longo da história da humanidade (SAFFIOTI, 1987, p.43).

É sabido que o sistema Capitalismo passou por fases de desenvolvimento de suas práticas. Em conformidade, a terceira fase do Capitalismo, foi caracterizada como “Monopolista” e surgiu no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão da globalização. A passagem do capitalismo Concorrencial para o capitalismo Monopolista, entre o final do século XIX e início do século XX, ampliou as contradições da ordem burguesa e os níveis de dominação/exploração e alienação dos trabalhadores, considerando que o objetivo primário deste sistema é o acréscimo dos lucros por meio do controle dos mercados, elevando a contradição elementar entre a socialização da produção e a propriedade privada (NETTO, 2009).

A constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados. Essa organização – na qual o sistema bancário e crédito tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste

(NETTO, 2009, p. 20).

Os pensadores Marx e Engels (2008) trazem à tona o reconhecimento de que tanto as relações de produção como as relações sociais, estão submetidas às estruturas capitalistas, restando a uma classe apenas a “livre” negociação da venda de sua própria força de trabalho para garantir sua sobrevivência. A respeito disso, no sistema socioeconômico em apreço, ocorre uma nova dinâmica social que separa a sociedade em dois grandes campos distintos, de um lado a classe burguesa e de outro a classe trabalhadora (MARX, 2003). A luta de classes é parte de todas as sociedades, em resumo “opressores e oprimidos em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta” (MARX; ENGELS, 2008, p.40). Assim, “nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos” (MARX; ENGELS, 2008, p. 09).

Com o declínio da sociedade feudal, a burguesia modificou e adaptou a divisão da sociedade em classes, imputando à população novas formas de dominação/exploração para manutenção do poder hegemônico, mais especificamente, a sociedade foi dividida em duas classes sociais antagônicas, “em dois grandes campos inimigos” (MARX; ENGELS, 2008, p.09) que são: a burguesia, comumente caracterizada como classe dominante, que detém os meios de produção e subsistência e a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho para subsistência.

O economista Karl Marx partiu da relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção para caracterizar as formações das classes sociais e da sociedade capitalista, esta divisão social é a primeira forma de divisão do trabalho, ao considerar a dinâmica entre os trabalhadores e aqueles que se apropriam da produção. De acordo com estas informações, o sistema capitalista é dividido entre a classe dominante e a classe dominada, esta última, por sua vez, se apresenta como força de produção sob a tutela da classe dominante, servindo aos propósitos e intenções da burguesia. Sob o mesmo ponto de vista Marx discute em suas produções o porquê desta divisão classista da sociedade do capital:

[...] Dinheiro e mercadoria precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam

contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho (MARX, 2013, p.960-961).

Por certo, para que o capitalismo garanta seu status enquanto um sistema socioeconômico e mantenha sua dinâmica social centrada na propriedade privada e na desigualdade social é fundamental a divisão da sociedade em classes, tendo em vista que a acumulação de capital só é possível a partir da exploração da força de trabalho e da expropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora. Logo, a subordinação dos trabalhadores é essencial para a efetivação das condições exploratórias neste sistema referenciado (SAFFIOTI, 1987) e o trabalho é considerado uma categoria fundante desta sociabilidade.

O trabalho, organizado pela família patriarcal, é totalmente capturado pelo capitalista, que submete o trabalhador e a produção aos interesses do mercado. Nesta senda, “o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador e o progresso constituiu-se em uma metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista (MARX, 2003, p.829).

Assim, a exploração da força de trabalho caracteriza-se, enquanto um elemento estruturante na sociabilidade burguesa, o que coloca o trabalho como uma categoria central para compreensão da lógica capitalista. O trabalho constitui-se através de um “processo de transformação da natureza orientada a um fim” (MARX, 2017, p. 66) e é uma atividade inerentemente humana, sem a qual, a própria humanidade não se realiza, tendo em vista que, a realidade instintiva que foi superada pelos seres humanos, transformou-se através do desenvolvimento da capacidade humana em agir a partir da projeção de suas necessidades na natureza. Desta forma, o trabalho se caracteriza pelo desenvolvimento da teleologia e da prévia ideação.

Este processo que caracteriza o trabalho pode ser considerado o primeiro ato humano com o intuito de satisfazer suas necessidades materiais de reprodução social. E foi assim, que os seres humanos modificaram as relações que estabeleciam com a natureza, tornando-se capazes de agir racionalmente, transformando não só natureza, mas os sujeitos tornam-se os próprios agentes da transformação (LUKÁCS, 2013).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 327-328).

Em síntese, no modo de produção capitalista, o trabalho se converte em mercadoria e perde seu valor como força criativa e de transformação da natureza, transformando-se, “na atividade mediadora pela qual [o capital] se valoriza” por meio da “apropriação de trabalho alheio” (MARX, 2011, p. 280). O trabalhador, portanto, “ao vender o seu trabalho ao capitalista”, a despeito de produzir toda a riqueza, é expropriado de seus resultados.

No interior do processo de produção, o capital se desenvolveu para assumir o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou, em outras palavras, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida para que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau apropriado de intensidade (MARX, 2013, p. 263).

Com base nessas informações, é possível compreender que a ascensão deste modo de produção privou a classe trabalhadora de ser proprietária dos meios de produção e do produto final de seu trabalho objetivado.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (MARX, 2013, p. 961).

O trabalhador, nesta perspectiva, é dono de sua força de trabalho e não do produto de seu trabalho. Com isso, a remuneração da classe trabalhadora não corresponde ao valor total produzido por estes, ao passo que “o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2013, p. 392). O pensador Karl Marx (2011) pontua que a produção de mais-valia é a lei absoluta do capitalismo, “é a finalidade direta e móvel determinante da produção capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p.13).

Na sociedade regida pelo manto da acumulação de capital, a igualdade jurídica entre os cidadãos é exigida para fortalecer os processos de

negociação da venda da força de trabalho. A sensação de serem todos livres para venderem suas respectivas forças de trabalho e exercer seus direitos de compra, provoca, intencionalmente, uma falsa impressão de que a realização humana pode ser proveniente das capacidades individuais dos sujeitos. Estes “trabalhadores livres” não possuem os meios de produção, e por não serem considerados propriedades dos capitalistas, tornam-se indispensáveis para os ditames do capital por se tratar de uma mercadoria capaz de criar valor (MARX, 2003).

A maximização da exploração da força de trabalho permite que o capitalista acumule uma parcela de mais-valia que é extraída do sujeito trabalhador. O contínuo processo de geração de mais-valia depende vitalmente da manutenção da exploração da força de trabalho ativa. Logo, a condição de trabalhador assalariado é fundamental ao sistema em apreço, considerando que a classe dominante se apropria do trabalho alheio e do produto produzido.

Diferentemente das sociedades anteriores ao capitalismo, o trabalho assumia uma forma de “trabalho não pago”, como nas funções dos servos e dos escravos, todavia, o trabalho assalariado é utilizado para transmitir uma falsa ideia de trabalho pago, objetivando, por parte do capital, encobrir a situação de dominação/exploração à qual os trabalhadores estão sujeitos. Na sociedade burguesa, as relações sociais se transformam à medida que beneficia o fortalecimento da máquina capitalista, desta forma, o trabalhador não pertence mais a um senhor bem como o seu trabalho e os frutos desta atividade laboral também não lhe pertencem, o que transforma o trabalhador em mercadoria, assim como os demais produtos do mercado.

Esta lógica de assalariamento é estipulada pelo capitalismo e reflete a expropriação do trabalho alheio. Por isso, é possível compreender que o trabalho assalariado produz, essencialmente, a acumulação de capital nas mãos do “1% da população”, ao passo que as condições gerais que possibilitam o trabalho evidenciam que a riqueza acumulada da burguesia é obtida através do lucro gerido pela exploração dos trabalhadores, da expropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora (NETTO; BRAZ, 2006).

No Brasil, a escassez socialmente produzida pelo sistema capitalista, evidencia a materialização de um sistema a partir da dominação/exploração da classe que vende sua força de trabalho para a

subsistência (NETTO, 2009). Esta problemática é escancarada na análise dos dados da realidade que foram estruturados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD).

No ano de 2019, a PNAD apresentou que em solo brasileiro residiam 209,5 milhões de habitantes e 62,6% destes¹⁸ tinham algum tipo de rendimento mensal. Esta renda era 44,1% proveniente do trabalho e 25% de outras fontes como aposentadoria, pensão, entre outras. O estudo também revelou que o rendimento domiciliar per capita, em âmbito nacional, foi de R\$1.406 em 2019, ao passo que, nas regiões Norte e Nordeste este valor cai para R\$872 e R\$884, respectivamente. Em contrapartida, o 1% da população brasileira com os maiores rendimentos teve um faturamento médio mensal equivalente a R\$28.659, ou seja, estes recebiam, em média, 33,7 vezes mais que a metade da população com os menores rendimentos.

Em relação ao ano de 2021, a PNAD demonstrou que houve uma queda no percentual de pessoas com algum rendimento no país, em relação a 2019, uma vez que dos 211 milhões de habitantes no Brasil, apenas 59,8% tinham algum tipo de renda mensal. Este rendimento mensal chegou a ser 40% proveniente do trabalho e no conjunto das “Outras fontes”, caiu para 24,8%. Ressalta-se que este percentual foi o menor da série desde 2012 e esta redução afetou, majoritariamente, a região Norte (53,0%) do Brasil, ao passo que a região Sul (64,8%) continuou com a maior estimativa do país.

A PNAD disponibilizou, também, os dados provenientes do rendimento médio mensal domiciliar por pessoa do ano de 2021, que apresentou uma queda de 6,9% no Brasil e passou de R\$1.454 em 2020 para R\$1.353. A região Norte (R\$871) e Nordeste (R\$843) foram as regiões que apresentaram os menores valores em comparação com a região Sul (R\$ 1.656) e Sudeste (R\$ 1.645). No mais, no ano de 2021, 63 milhões de brasileiros tinham como renda domiciliar per capita um valor de até R\$497 mensais, representando 29% da população brasileira, bem como 8,6% dos brasileiros estava em situação de extrema pobreza.

Por fim, os dados relacionados ao desemprego no Brasil, revelam que em 2019, 93 milhões de pessoas estavam ocupadas, mas, em 2020 este

¹⁸ De acordo com os critérios do Banco Mundial.

número caiu para 86,1 milhões, bem como houve uma redução de 8% em relação ao ano anterior, no que tange o número de empregados com carteira de trabalho assinada. Para, além disso, em 2020, o número de trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho chegou a 5,5 milhões de pessoas, o que representou uma alta de 19,2% em relação a 2019 (PNAD, 2019).

Em relação aos índices de desigualdade, o Brasil permanece sendo um dos países com maiores indicativos de desigualdade social e de renda do mundo. Com base no estudo lançado em Janeiro de 2022, pelo Laboratório das Desigualdades Mundiais (World InequalityLab), foi possível compreender o abismo social entre as classes sociais no modo de produção capitalista, pois os dados demonstram que na pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19), ocorreu um aumento de 30% na riqueza dos bilionários do país, ao passo que 90% da população teve uma redução de 0,2.

O estudo supracitado, ainda revelou que, a população brasileira mais pobre ganha 10% do total da renda nacional, em contrapartida os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza que 60% da população. Ou seja, os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos. Para finalizar, 80% do patrimônio privado no país está nas mãos dos 10% mais ricos e em 2021 os “ultra-ricos”, que condiz a 1% da população brasileira, tinham posse de 48% da riqueza nacional.

Este acúmulo de dados demonstra o quanto à sociedade capitalista estrutura-se a partir do desemprego e da desigualdade em todas as esferas da vida social, levando em consideração que a disparidade nos rendimentos, evidenciada na renda média mensal do 1% da população brasileira, perpassa a realidade sócio histórica e faz parte da constituição do modo de produção capitalista, principalmente em sua fase monopolista, que emergiu com a máxima: aumento dos lucros capitalistas através do controle dos mercados (NETTO, 2011).

O início do capitalismo pode ser datado do século XVI, quando a concentração das riquezas em poucas mãos permitiu a esta minoria pagar salários para que os pobres produzissem quantidades cada vez maiores de mercadorias. [...] Com o regime de salariado, a própria força de trabalho passou a ser mercadoria (SAFFIOTI, 1987, p. 41).

Igualmente, a partir de sua lógica constitutiva, este sistema socioeconômico classista e desigual impõe à classe dominada o desemprego, a miséria, a fome, a pobreza, as violências, a favelização, o aumento da exploração da

força de trabalho, do trabalho informal e do trabalho análogo escravidão, degradação do meio ambiente, entre outros aspectos que são frutos do processo cumulativo, fatos que tornam o capitalismo um sistema destrutivo.

Ao passo que o capitalista produz, por meio do trabalho assalariado, o aumento da riqueza acumulada centralizada nas mãos de poucos, o trabalhador, empobrece, tendo em mente que neste sistema "uma minoria vive à custa do trabalho da maioria" (SAFFIOTI, 1987, p. 41). Portanto, a desigualdade social é um elemento estruturante da sociedade capitalista, pois dela extrai-se diversos outros elementos constitutivos desta sociabilidade burguesa.

A este processo de acumulação de riquezas, que empregadas como capital geram novas riquezas, corresponde a um processo de empobrecimento de pelo menos uma parcela das classes trabalhadoras. A acumulação e miséria são, portanto, pólos de um mesmo processo, faces de uma mesma moeda (SAFFIOTI, 1987, p.46).

Levando em consideração as informações dispostas até o momento, afirma-se que o desenvolvimento das forças produtivas nesta dada sociabilidade não representa a potencialização das capacidades humanas, mas constitui o aumento da miséria e das tragédias humanas (LESSA, 1996). Com isso, o modo de produção referenciado eleva ao máximo os antagonismos entre as classes sociais, uma vez que seu elemento fundante é a exploração do trabalho alheio, espraiando sua dominação ideológica, política e econômica em todos os espaços da vida social (OLÍVIO, 2015).

Os altos índices de desemprego, de desigualdade social, política e economia são provenientes da ordem do capital e não da esfera individual dos seres humanos, que estão sujeitos a um sistema classista, racista e patriarcal. A autora Marilda Villela Iamamoto (2001) evidencia o quanto é um caminho perigoso isentar o modo de produção capitalista da responsabilidade da produção e reprodução das desigualdades.

As consequências deste modo de produção perverso são caracterizadas como "expressões da questão social", ligadas ao crescimento e ao desenvolvimento da lógica capital-neoliberal que rege a sociedade. O termo "questão social" possui mais de 170 anos, sendo compreendida enquanto um "conjunto das expressões das desigualdades sociais na sociedade capitalista madura" (IAMAMOTO, 2008). A lógica capitalista e a questão social são indissociáveis, uma vez que a relação capital *versus* trabalho é marcada pela

exploração dos trabalhadores (NETTO, 2001).

A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matrizes em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008, p.156).

Para além, a autora Carmelita Yazbek (2018) compreende que o avanço do capital financeiro possui imbricações com o crescimento das expressões da questão social, pois torna o trabalho precário e aumenta a taxa de desempregados, caracterizando um fenômeno mundial e histórico que vai na direção da mercantilização da vida humana.

As condições de vida dos trabalhadores estão intimamente relacionadas a um “conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores” (IAMAMOTO, 2008, p.159). Esta configuração da realidade, que exclui os trabalhadores de serem sujeitos de suas próprias vidas, explica-se a partir da lógica do capital, dado que a classe subalternizada não tem como potencial máximo a venda da sua força de trabalho para a subsistência, uma vez que no capitalismo, este trabalhador só poderá negociar a sua força de trabalho se encontrar lugar no mercado de trabalho.

Desse modo, a pobreza deve ser somada ao pauperismo, pois esta condição não corresponde somente aos ditames da distribuição de renda, mas também, às condições do desenvolvimento das forças produtivas (IAMAMOTO, 2008). Vale-se completar que a tendência geral da produção capitalista é proporcionar ao capital uma quantidade excedente de trabalhadores, um exército industrial de reserva, pessoas que não conseguem encontrar um lugar para vender suas respectivas forças de trabalho, para que sirvam de negociação de regras desiguais e são considerados os “sobrantes do processo produtivo”.

Para a efetivação de toda a estrutura capitalista, é necessária a instauração de mecanismos de intervenção extra-econômicos como o próprio Estado, que por sua vez entranha-se organicamente com a maximização dos lucros, além de garantir a conservação física da força de trabalho que é constantemente ameaçada pelo processo de superexploração da classe subalterna (NETTO, 2009).

Historicamente, a humanidade estabeleceu suas estruturas de poder por meio da instituição dos Estados, que são mutáveis de acordo com contexto histórico. O Estado, no modo de produção capitalista, consolida-se enquanto uma

arena de disputa do sistema de dominação/exploração, bem como é estruturado sobre as relações de poder consolidadas por valores instituídos e defendidos pelos que detêm os meios de produção, os bens materiais e o maquinário que opera e perpetua a lógica de produção.

Nesta perspectiva compreende-se que o Estado atua na contenção dos antagonismos de classe, delimitando-se ao fornecimento de respostas efetivas às necessidades da classe dominante (ENGELS, 2010, pg. 215). A contradição existente entre a apropriação privada da riqueza é um fator determinante para o acirramento das desigualdades sociais e o Estado, atua enquanto um administrador do poder hegemônico.

Outrossim, o Estado impõe que as desigualdades sociais, que são expressões da questão social, são provenientes das esferas individuais dos sujeitos, criminalizando-os e os afastando das categorias determinantes para compreensão do sistema socioeconômico vigente. Portanto, a instituição supracitada atua enquanto um “comitê executivo da burguesia monopolista” (NETTO, 2009, pg. 27), que, contraditoriamente, explora e degrada o trabalhador, ao mesmo tempo em que necessita dele para sua produção e reprodução.

Conforme exposto no tópico anterior, o Estado garante um poder interventivo maior para assegurar o pleno desenvolvimento do modo de produção. Ao poder estatal é exigida uma atuação direcionada à manutenção da obtenção dos lucros do monopólio e, conseqüentemente, a intervir na contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza. Logo, o aparelho estatal atua como um garantidor da manutenção da força de trabalho e relaciona-se com as funções econômicas, para viabilizar e garantir a lucratividade dos monopólios. Com isso, o modo de produção em debate, utiliza o Estado para este servi-lo enquanto um mecanismo de intervenção extra econômico, para assegurar seus objetivos econômicos administrando os ciclos das crises.

Após apresentar o modo de produção capitalista e sua face perversa, é de suma importância situar a junção deste sistema de dominação/exploração com a ordem patriarcal de gênero e com o racismo, de modo que seja possível compreender o enovelamento destes (SAFFIOTI, 2004) com base em suas raízes hierárquicas e contraditórias.

2.2 A Tríade De Dominação/Exploração e a Violência Contra As Mulheres

Além dos elementos constitutivos da ordem do capital, como a divisão da sociedade em classes sociais, a expropriação do trabalho alheio, a desigualdade social e a constituição de um Estado responsável por gerir o processo de acumulação de capital, é imprescindível apresentar que nesta sociabilidade são estabelecidos estereótipos sociais que direcionam a distribuição de poder e a forma como os sujeitos devem agir em sociedade, objetivando a manutenção da dominação/exploração da classe que vive da venda da força de trabalho.

O modo de produção referenciado restringe as possibilidades de expansão das potencialidades humanas, uma vez que a condição de assalariado não é a mesma para toda a classe trabalhadora. Nesta perspectiva, elementos importantes como “sexo, etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 1976, p. 29). A dimensão sociocultural capitalista atua como uma forma de justificar as segregações de determinados grupos sociais, considerando as imbricações de classe, raça/etnia e patriarcado.

Para adentrar no debate a respeito da tríade de dominação/exploração, bem como da violência contra as mulheres, é de suma importância esclarecer que, no sistema socioeconômico em debate, as relações sociais estão relacionadas com as forças produtivas e os meios e de produção, já que o capitalismo molda todos os espaços da sociedade em benefício próprio, assim, as relações sociais se estabelecem independentemente das necessidades humanas e de suas vontades.

Uma mulher não se pensa como uma mulher, ela se pensa também dentro de uma rede de relações sociais. Como trabalhadora (na relação capital/trabalho, na relação salarial), como jovem ou velha, como eventualmente, mãe ou imigrante. Ela sofre e/ou exerce uma dominação segundo sua posição nestas diversas relações sociais. E é o conjunto que vai constituir sua identidade individual e dar nascimento às suas práticas sociais (KERGOAT, 2010, pág. 22).

Um elemento central para compreender as relações sociais é relacioná-las à dinâmica capitalista, uma vez que, este sistema socioeconômico tem como fundante o seu movimento ininterrupto de autovalorização e de eliminação gradual dos entraves políticos, jurídicos, econômicos e sociais para sua perpetuação.

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial (MARX, 1985, p. 106).

Nesta base, as relações sociais configuram-se enquanto categorias de análise e correspondem ao conjunto de interações entre os indivíduos no modo de produção capitalista, além de representarem as relações antagônicas entre a classe dominante e a classe trabalhadora, na qual um grupo social (o que detém os meios de produção) atribui identidades e formas de agir ao grupo social inferiorizado, logo, “ao falar em relação social quer dizer falar de poder” (KERGOAT, 2010, pág. 22). Para a autora Mirla Cisne (2014) “às relações sociais absorvem um conceito complexo que trata do conjunto de interações entre os indivíduos ou grupos sociais” (CISNE, 2014, p.135), e no modo de produção capitalista, as interações entre indivíduos e/ou grupos sociais, devem atender às demandas da classe dominante.

Dito isso, é importante salientar que o capitalismo se apropria de sistemas anteriores, como o patriarcado e o racismo, para legitimar socialmente a dominação/exploração sistemática de trabalhadores. Assim, a lógica deste sistema socioeconômico faz com que as mulheres, em especial, as mulheres pretas sejam mais discriminadas, marginalizadas e, conseqüentemente, tenham os menores salários e as piores condições trabalhistas. De acordo com a autora Heleieth Saffioti (1987) a naturalização desses processos socioculturais “constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais e a dos ricos” (idem, p. 11)

Conseqüentemente, a naturalização dos processos socioculturais está imbricada com a marginalização de determinados grupos sociais, ao passo que o capitalismo elabora e se apropria de outros sistemas discriminatórios, como a ordem patriarcal de gênero e o racismo, para validar um processo mais árduo de dominação/exploração para grupos sociais que são colocados como inferiores “naturalmente” em relação ao grupo social que detém o poder (GUILLAUMIN, 2014). Nesta perspectiva, as relações sociais no modo de produção capitalista constituem-se a partir de um sistema agressivo de dominação no campo político e ideológico e de exploração no que tange o terreno econômico (SAFFIOTI, 2004).

Por conseguinte, entende-se que as relações sociais no capitalismo

estão envoltas das particularidades provenientes das condições de classe, de sexo, da raça/etnia, bem como possuem um caráter antagônico e estruturante, pois determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão sexual e racial do trabalho (CISNE, 2018, p. 212).

É notório, ao conviver nesta sociabilidade que aos homens mantêm-se os estereótipos de dominante e provedor, a quem cabe o exercício da força de trabalho. Às mulheres se destinam o estereótipo de dominada e doméstica, a quem cabem os cuidados da casa e da família, o que torna possível identificar a “naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural” (SAFFIOTI, 1987, p. 15). Tais estereótipos, distintos entre homens e mulheres, não são inatos aos sujeitos, ou seja, estes não se constituem enquanto fatores biológicos, mas foram construídos socialmente e possuem, atualmente, uma base material muito consolidada, evidenciando que as relações sociais se desenvolvem junto à sociedade de classes, sendo a dominação patriarcal um de seus prismas (KERGOAT, 2010).

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos estereótipos sociais, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 08).

Por isso, este sistema de dominação/exploração se caracteriza em relação às contradições de classe, raça/etnia e patriarcado, usando o domínio de forma a oprimir a mulher, o negro, o homossexual e as minorias étnicas ao mesmo tempo em que os exploram de maneira desigual em relação ao homem, ao branco e ao heterossexual, suas forças de trabalho. Logo, afirma-se que o capitalismo articula - para sua sobrevivência - as forças produtivas e as relações de produção (CISNE, 2014).

Não foi o capitalismo, sistema de dominação/exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois (patriarcado e racismo), que “inventou” o patriarcado e o racismo. [...] Com a urgência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os sistemas de dominação/exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

As relações sociais pautadas nas diferenciações relacionadas ao racismo e ao patriarcado localizam-se dentro da sociedade de classes e suas tramas perpassam tanto a classe exploradora, quanto a classe explorada, enquanto que há um gênero dominante e um gênero dominado. Ainda, essas relações constituem-se

como uma das estruturas que mantém o sistema capitalista em voga e, visto que suas bases são patriarcais, o domínio dos bens é relegado aos homens. A autora Daniele Kergoat (2010, pág. 23), expõe que as relações sociais de sexo constituem “um princípio organizador das práticas sociais”, uma vez que está impregnado na vida dos sujeitos e deve ser parte integrante da construção das categorias de análise das ciências sociais.

Assim, não nos é suficiente pensar nas categorizações individuais do ser homem e do ser mulher ou mesmo nas liberdades de forma individualizada, ainda que isso também seja importante. As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo — incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política. Afinal, entendemos como relações sociais aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicos (CISNE, 2018, pág. 221).

Como já exposto, as relações sociais de sexo são compostas por três principais categorias, sendo elas: classe, raça/etnia e patriarcado, portanto é indispensável relacioná-las ao acirramento das expressões da questão social para compreensão crítica das categorias teóricas que evidenciam, historicamente, as explorações e as desigualdades que marcam a vida das mulheres, em especial das mulheres pretas (GONZÁLEZ, 2020).

Com isso, vale considerar que a classe, a raça/etnia e o patriarcado devem ser analisados “na condição de fundidas, enoveladas ou enlaçadas em um nó” (SAFFIOTI, 2004, pág. 125), uma vez que o modo de produção capitalista se apropria deste nó para apresentar uma ideologia falseada e tendenciosa sobre as mulheres, objetivando a manutenção dos estereótipos sociais que colocam estas mulheres “em seus devidos lugares, de hiper dominação/exploração de seus corpos (GONZÁLEZ, 2020).

De acordo com a autora Cisne (2018), a sociabilidade em que estamos inseridos é racista, patriarcal e capitalista, o que implica dizer que pessoas têm seus direitos violados em virtude de sua classe, sua cor/etnia e pelo seu sexo/gênero. O racismo e o patriarcado, portanto, ampliam as desigualdades e as violências vivenciadas tanto pelo sexo feminino quanto masculino, todavia, essa relação violenta recai majoritariamente sobre as mulheres, em particular às mulheres pretas, que sofrem com os agravantes originados do racismo estrutural que assola a sociedade brasileira.

Historicamente as mulheres são consideradas seres inferiores aos homens, tendo em vista a estrutura de poder patriarcal. Mais especificamente, este sistema patriarcal estabelece o domínio dos homens sobre as mulheres e existe há milênios (SAFFIOTI, 1987), configurando-se enquanto um sistema pactual entre homens e que tem como objetivo principal garantir que estes fiquem em relação de superioridade às mulheres.

O patriarcado configura-se como o sistema masculino de opressão das mulheres. Compreende-se que a existência da relação patriarcal atinge não só a hierarquização entre os sexos, mas também a contradição de seus interesses, mantendo o status quo para o homem e a busca por igualdade para as mulheres, pois de certa forma o patriarcado consiste também em um sistema de exploração. Hartmann (apud SAFFIOTI, 2004, p.104).

O patriarcado não influencia apenas na manutenção da mulher enquanto um ser inferiorizado em relação ao homem, mas atua como um fator de exploração e contradição. A opressão e a violência contra as mulheres, assim como o racismo, estão atrelados ao capitalismo alastrando-se no campo cultural e ideológico, ocasionando relações de poder e privilégios para determinados grupos sociais em detrimento de outros. Logo, o capitalismo utiliza da classe, raça/etnia e do sexo para fortalecer seus esquemas de dominação/exploração (CISNE, 2018).

A força dessa ideologia da “inferioridade” da mulher é tão grande que até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”. Estão de tal maneira imbuída desta ideia de “inferioridade”, que se assumem como seres inferiores aos homens (SAFFIOTI, 1987, p. 12).

O capitalismo-patriarcal-racista apresenta suas fases de bases econômicas e sexuais ao passo que, controla e marginaliza as mulheres em suas condições trabalhistas, colocando-as como objetos sexuais dos homens, além de excluir as mulheres do controle de suas respectivas capacidades reprodutivas (SAFFIOTI, 2004). A autora Heleieth I. B. Saffioti em seu livro “O poder do macho”, publicado em 1987, corrobora com a ideia de que a subordinação das mulheres aos homens está intimamente relacionada com os “patrões”, melhor dizendo “com a perpetuação capitalista”. Ademais, Saffioti aponta que:

A classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ele se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários (SAFFIOTI, 1987, p. 23).

Desta forma, a ordem patriarcal de gênero está presente historicamente na construção material da sociedade, partilhando um sistema

estrutural de dominação junto à produção lógica de conhecimento da sociedade ocidental, coisificando as mulheres, não reconhecendo estas como seres humanos e sim como objetos de satisfação econômica, sexual e doméstica. Logo, as relações sociais de sexo são consequência das relações de poder dentro da estrutura social (CISNE, 2018).

A manutenção dos preconceitos interessa àqueles que pagam salários irrisórios a negros e mulheres, que se submetem a condições subumanas de trabalho, [...] Não é por acaso que tais preconceitos são nutridos, alimentados, cotidianamente, pelos meios de comunicação de massa, cujo controle é detido pelos poderosos (SAFFIOTI, 1987, p. 30).

Entende-se que o “ser homem e o ser mulher” partem de uma construção social, nesta perspectiva sexo e gêneros devem ser compreendidos enquanto uma unidade de caráter histórico e plural sendo atravessado, majoritariamente, pela classe, religião, raça/etnia, faixa etária, entre outros elementos sociais. Chama-se atenção o fato de que “tratar a realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero, distrai a atenção do poder do patriarca [...], naturalizando a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

O gênero nasce de um contexto de diferenciação e desigualdade entre homens e mulheres e “diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (SAFFIOTI, 2004, pág. 116). Com isso, é de suma importância demarcar que as diferenças entre homens e mulheres tornam-se desigualdades, uma vez que para além do gênero, o sistema patriarcal coloca as mulheres em uma situação de subalternidade (*idem*).

Negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria “inferioridade”. A construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida de homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte [...] (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

O conceito de gênero deve estar vinculado à categoria patriarcado para evidenciar seu vetor de hierarquia, formando a ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004). A partir do fim do século XIX e início do século XX, pensadoras e pensadores feministas passam a revisitar e recontextualizar o conceito de gênero, tomando-o em outros pontos de vista, como o de Heleieth Saffioti (2004), da disparidade social entre os homens e as mulheres no percurso histórico da sociedade e nas relações sociais de suas diversas épocas, em que se é observado

um movimento de dominação masculina sobre a mulher.

A autora Cisne (2014) apresenta uma problemática relevante para esta discussão ao relacionar gênero a um “caráter mais neutro e menos ofensivo” (idem, 2014, p. 139), uma vez que gênero é um conceito muito abrangente e que não especifica os sujeitos, além de acarretar em um baixo nível de compreensão acerca da ordem patriarcal de gênero.

As autoras feministas francófonas trabalham com a perspectiva das *rappports sociaux de sexe*, tendo em vista que este movimento em apreço compreende que a utilização da palavra *rappports* evidencia as relações na esfera macrossocial, na qual existe uma relação antagônica entre dois grupos sociais, ao passo que *relations* diz respeito às relações na esfera pessoal (CISNE, 2014).

Outra dimensão importante que merece destaque no conceito de *rappports sociaux de sexe* é que ele surge no início dos anos 1980, diretamente vinculado e em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria muito cara para os estudos feministas marxistas. Assim, podemos afirmar que a utilização do conceito de *rappports sociaux de sexe*, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas, como defende Kergoat (2008, 2010) (CISNE, 2014, p. 137)

Dentro da ordem patriarcal, o gênero está submetido a uma supremacia do homem em detrimento à mulher. Consequentemente, as mulheres ainda estão subjugadas a um sistema que privilegia o homem e a violência de diversas formas. Os dados colhidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do primeiro Trimestre de 2021 demonstraram que as mulheres formam o maior quadro de pessoas em idade hábil ao trabalho, todavia os homens ocupam 56% dos postos de trabalho, ao passo que as mulheres inseridas no mercado de trabalho contabilizam cerca de 43% das atividades trabalhistas disponíveis no Brasil.

As mulheres também estão submetidas a receber um salário menor do que os homens, mesmo quando estão inseridas em cargos de trabalho idênticos, exemplificativamente em 2020 a média salarial das mulheres era de R\$2.191, em contrapartida os homens recebiam uma média salarial de R\$2.694. Nesta lógica, a PNAD apresentou que as mulheres continuam recebendo um salário menor do que os homens, mesmo quando estas realizaram o Ensino Superior. A PNAD ao analisar os referidos dados em 2020, demonstrou que os homens que possuem o Ensino Superior ganharam em média R\$6.363 e as mulheres, na mesma condição,

recebiam cerca de R\$3.999.

Evidencia-se que desde uma disparidade em relação ao salário até um desgaste físico e psicológico nas relações de trabalho, a não aceitação da mulher nesses espaços é consolidada devido à ordem da qual a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho seria um desvio, uma vez que cabe nesta análise um elemento central: a atribuição às mulheres dos cuidados de crianças, familiares e da casa, calcados em uma sociabilidade sustentada no patriarcado que imprime uma direção na divisão sexual do trabalho (AGUIRRE, 2007).

Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da “ajuda” que os primeiros podem oferecer às últimas. Essa forma de raciocinar é exatamente igual àquela que considera o trabalho extrair da mulher como ajuda ao marido. Na qualidade de mera ajudante, à mulher se oferece um salário menor, ainda que ela desempenhe as mesmas funções que o homem. A própria mulher, admitindo seu trabalho tão-somente como “ajuda”, aceita como natural um salário inferior (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

Logo, a divisão sexual do trabalho constitui-se enquanto uma categoria de análise, que orienta as relações entre os homens e as mulheres, a partir das diferenciações históricas e materiais impostas pela tríade classe, raça/etnia e patriarcado. Com isso, não é possível desassociar as relações sociais da divisão sexual do trabalho, pois estas formam “as relações de exploração, de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002, p. 280).

Foi no surgimento das grandes indústrias que se demarcou, de fato, a divisão sexual do trabalho, que se desenvolveu até os dias de hoje. Na separação entre a casa e o local de trabalho, a primeira se estabeleceu como espaço de reprodução da vida, estagnada e desvalorizada, onde atuavam as mulheres; segundo espaço se deu como o de produção da mais-valia, em constante valorização, destinado à atuação de homens.

A autora Claudia Mazzei Nogueira (2004) ao dialogar sobre as várias formas de divisão social do trabalho ao longo da história da humanidade explana que com advento da Revolução Industrial, no século XIX, ocorreu à intensificação da inserção das mulheres no mundo do trabalho, uma vez que o advento da maquinaria proporcionou ao capital a possibilidade “de dispensar o uso da força muscular” (NOGUEIRA, 2004, p. 8).

Obviamente, a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se

sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários. (SAFFIOTI, 1987, p. 23).

Compreende-se que o uso do maquinário trouxe novas demandas de trabalhadores, uma vez que para a execução das máquinas não é preciso ser dotado de grande força muscular, nem de uma formação completa dos membros, ou seja, mulheres e crianças foram incorporadas aos assalariados, transformando todos os membros da família em trabalhadores ao capital (NOGUEIRA, 2004).

O capitalismo usa dessa divisão sexual do trabalho para incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em decorrência do ingresso da força de trabalho feminina. Desse modo, a classe trabalhadora, composta por mulheres, jovens, crianças e pelos próprios homens foi reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, ou seja, matéria de exploração do capital, visando à ampliação de seu ciclo reprodutivo e a sua valorização (idem, p.10).

A dependência financeira das mulheres em relação aos homens que a divisão sexual do trabalho proporciona reafirmou a opressão de gênero já existente da ordem patriarcal, que se configurou não apenas nas fábricas, mas também em diversas outras áreas, a exemplo da política, onde a luta das mulheres pela conquista de espaços se iniciou no século XIX, considerando, como assume E. Hobsbawm (1998, p. 282), que “[...] se a economia estava assim masculinizada, também o estava à política”.

Nesta lógica, a divisão sexual do trabalho é fruto das relações sociais, parte do princípio da hierarquização das relações laborais entre homens e mulheres e é tão mutável quanto o próprio capitalismo, que redesenha suas estratégias para manutenção do status quo (CISNE; SANTOS, 2018).

O trabalho doméstico, que é realizado majoritariamente pelas mulheres tendo em vista os estereótipos sociais provenientes da estrutura capitalista-patriarcal-racista, além de ser invisibilizado não é remunerado. As mulheres assumem cotidianamente uma dupla jornada de trabalho, ao passo que ao serem inseridas no mercado de trabalho, não foram destituídas dos estereótipos de cuidadoras do lar. Ou seja, o modo de produção capitalista, atua com a ideologia da forte valorização do trabalho masculino em detrimento do trabalho realizado pelas mulheres. No mais, a apropriação do corpo feminino para o trabalho doméstico e para o cuidado das crianças e dos idosos exime o Estado da manutenção de políticas públicas que dêem respaldo a essas esferas da vida e proporcionalmente, beneficia o capitalismo, pois o trabalho não pago enche o bolso dos patrões.

Assim, entende-se que a inferioridade das mulheres ocupa todos os

espaço da vida em sociedade e as situações violentas que este sistema de dominação/exploração pautado n^o: classe, raça/etnia e patriarcado, impõem aos corpos femininos, em particular das mulheres negras, sustentam-se na tolerância e no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, seres objetivados e considerados inferiores.

A violência contra as mulheres é uma violação da integridade física, sexual, patrimonial, psicológica e moral que ocorre independentemente de raça, etnia, classe, religião, faixa etária e orientação sexual, o que representa uma violação aos direitos humanos. (SAFFIOTI, 2004). Para compreender a violência enquanto uma transgressão dos direitos humanos faz-se necessário articular os direitos com a esfera Estatal, o que limita a efetivação plena desses direitos, tendo em vista à sociedade capitalista, que prioriza a acumulação de capital, a propriedade privada, a exploração do trabalho e “consequentemente os interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos” (TEIXEIRA, 2018, p. 101).

De acordo com a Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, que foi adotada em 1994 pela OEA) o fenômeno da violência contra as mulheres condiz a qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher tanto no âmbito público como no privado. Essa violência perpassa diversos países, raças e culturas, uma vez que os estereótipos sociais, no capitalismo-patriarcal-racista, impõem que as mulheres são seres frágeis e passíveis de submissão pelos homens. Ao longo do percurso histórico da humanidade, as causas desta falsa inferioridade feminina, foram camufladas pela sociedade em questão, bem como foram transferidas para a esfera familiar.

É possível encontrar estudos que relacionam a violência contra as mulheres apenas no âmbito doméstico e/ou familiar. Todavia, este fenômeno perpassa todas as esferas da vida em sociedade. A sexagem, o processo de coisificação das mulheres, “à apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres” (CISNE; OLIVEIRA, 2017, p. 78), também configura uma das expressões da violência contra as mulheres. Com isso, a referida violência atinge as mulheres “em seu conjunto, como categoria de sexo” (CISNE; OLIVEIRA, 2017, p. 80).

As autoras Cisne e Oliveira (2017), também apresentam que a

violência contra as mulheres é entendida como “todo ato que expresse esse controle vil sobre nossos corpos, seja fisicamente ou simbolicamente”. A partir deste cenário violento contra as mulheres, é essencial apresentar que a partir da década de 1970, a luta dos movimentos feministas começou a crescer. Em 1975, o dia 08 de março foi oficializado como Dia Internacional da Mulher, em homenagem às operárias que foram assassinadas em 1857, em Nova York. Já no ano de 1979, a partir das lutas feministas, ocorreu a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, momento em que foram estabelecidos parâmetros mínimos para intervenção estatal, objetivando a igualdade entre homens e mulheres (CISNE; OLIVEIRA, 2017)

O conceito de violência contra as mulheres, no Brasil, começou a ser estabelecido em 1981 com a ratificação da Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), mas é em 1984 que a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as mulheres vai ganhar força de lei.

Surge então, o conceito de violência contra a mulher no Brasil, sendo entendida como “[...] qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (CISNE; OLIVEIRA, 2017, p. 81)

Outros elementos importantes na luta contra todas as formas de violência contra as mulheres, foram à implementação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), além da Constituição Federal de 1988, mais especificamente ao trazer para a esfera estatal, em seu art.3º IV, a necessidade de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, bem como o art.5º que dispõe:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição [...] (CF-88, artº 5 I).

Nesta lógica, outros marcos legais importantes podem ser delimitados, como a criação da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres em 2003 e a Lei 10.778/2003 que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres que foram atendidas em serviços de saúde públicos ou privados. Para além, as organizações feministas promoveram a criação da Lei 11.340/2006, popularmente caracterizada como Lei Maria da Penha, tornando mais

rigorosa a punição para os agressores que cometem violência nos âmbitos doméstico e/ou familiar. A partir da Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres passa a ter um status mais reconhecido como questão de ordem pública (CISNE; OLIVEIRA, 2017).

No mais, é de suma importância apresentar a Lei nº 13.104/2015 que foi responsável por alterar o Código Penal brasileiro, pois instituiu um novo agravante ao homicídio: a Lei do Feminicídio, que configura o homicídio ocorrido contra uma mulher em decorrência de discriminação com base no gênero, pela condição social de ser mulher. A Lei do feminicídio está em vigor há oito anos e incluiu os assassinatos que envolvem violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação a condição de mulher à nível de crime hediondo. Sabe-se que no Brasil, existe um número muito expressivo de casos de violência contra as mulheres que são sub-notificados, todavia, os registros existentes já mostram o quão cruel o sistema capitalista-patriarcal-racista atinge os corpos femininos.

Os dados da realidade demonstram como a violência contra as mulheres é um fenômeno social de grande proporção, a exemplo disso, no ano de 2019, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou que ocorreu um aumento significativo dos casos de violência contra as mulheres, como o feminicídio, que teve um crescimento de 11,3% em relação aos anos anteriores, enquanto a violência doméstica cresceu 0,8% e os casos de estupro cresceram 4,1%, sendo 81,8% dos casos de violência sexual cometidos contra as mulheres.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) publicou em 2022, com base nos boletins de ocorrência (B.O) das Polícias Cíveis de todos os estados brasileiros, os dados quantitativos dos índices de violência contra as mulheres, que foram notificadas no ano de 2021. Com base na apresentação dos dados realizados pelo FBSP, em 2021, cerca de um mil, trezentos e dezenove (1.319) mulheres foram vítimas de feminicídio, contabilizando aproximadamente, um feminicídio a cada sete horas no Brasil. Ainda, ao analisar mensalmente os índices de feminicídio, no ano de 2021, é possível vislumbrar que no atual contexto pandêmico do coronavírus, doença infecciosa causada pelo vírus SARS-Cov-2, os meses de fevereiro e maio de 2020 contabilizaram um aumento dos casos, levando em consideração que foram os meses com maiores restrições nas medidas de isolamento social, ou seja, as mulheres ficaram presas com os algozes de boa parte das violências sofridas por estas.

De acordo com FBSP, em 2021 foram registrados aproximadamente cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e um ocorrências de estupro às mulheres e meninas no Brasil, um aumento, em relação aos anos anteriores, de 3,7% nos casos. A partir desses dados é possível evidenciar que, no Brasil em 2021, a cada dez minutos uma mulher ou uma menina foi vítima de estupro (FBSP, 2022).

O Cronômetro da Violência, realizado a partir de um projeto com o Instituto Patrícia Galvão, expõe que no Brasil, em 2023, a cada um dia três mulheres são vítimas de feminicídio, a cada dois dias uma travesti ou mulher trans é assassinada e que por hora vinte e seis mulheres sofrem agressão física. Não menos importante, o levantamento “O papel da arma de fogo na violência contra as mulheres”, realizado através do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, pelo Instituto Sou da Paz, em 2022, mostrou que entre os anos de 2012 e 2020, cerca de 2.200 mulheres foram assassinadas, por seus parceiros íntimos, com arma de fogo.

A partir desses dados é possível compreender que o consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão gera diversas formas de violência contra as mulheres. A autora Saffioti reforça que dada a sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar a sua mulher. “Está, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como natural” (SAFFIOTI, 1987, p. 78).

A autora Saffioti (2004) ainda demonstra que, no regime estabelecido pela máquina do patriarcado, uma das atribuições ao ser mulher é o da objetivação de seus corpos para servirem de satisfação sexual dos homens, tendo a função quase que exclusiva de reprodutoras de herdeiros (futuros responsáveis pela força de trabalho) e de novas reprodutoras, tornando as mulheres produtos de segunda linha.

É extremamente importante salientar que as mulheres pretas sofrem ainda mais com esses agravantes, tendo em vista as particularidades da constituição do capitalismo na sociedade brasileira, que se construiu pela via colonial com base no trabalho escravizado, desenvolvido por homens pretos e mulheres pretas, sequestrados (as) de seus países de origem para desempenhar durante séculos todo o trabalho produtivo e improdutivo no país. Com o processo de “modernização” do Brasil, estes trabalhadores, que já não eram mais considerados escravos, foram marginalizados e excluídos do projeto de formação da sociedade brasileira. Essa

dinâmica, de alijamento em geral dos/as trabalhadores negros e das trabalhadoras negras em particular, se perpetua com rupturas e continuidades até os dias atuais (GONZÁLEZ, 2020).

Uma chave essencial para compreender a formação econômico-social brasileira e os seus desdobramentos nas relações sócio raciais posteriores, bem como os processos de constituição do trabalho em nosso contexto e a relação deste cenário com os índices elevados de violência contra as mulheres pretas, é analisar a sociedade escravista que aqui se constituiu (LORDE, 2019).

É sabido que tanto no Brasil quanto na América Latina a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional [...]. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, segundo Angela Gilliam define. O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance (CARNEIRO, 2019, pág. 440).

Esta sociabilidade estruturada no sexismo e no racismo provoca violências em diversos campos da vida em sociedade. Segundo o levantamento de dados trazido no Mapa da Violência contra a mulher 2018, a mídia brasileira veiculou informações de 32.916 casos sobre estupro no país entre os meses de janeiro e novembro de 2018. Entretanto, esses dados não abrangem o recorte racial, caracterizando o racismo institucional e demonstrando a invisibilidade desse fenômeno e deste grupo social nos dados oficiais sobre a temática.

Por aí, pode-se constatar como se delinea a intenção de escamotear as informações a respeito da chamada população “de cor” de nosso país, assim como a miséria e o desamparo em que a mesma se encontra. E isso ocultado pelo interesse de aparentar a existência de uma grande harmonia (e igualdade) racial no Brasil (GONZALEZ, 2020, pág. 07).

Para além, a hipersexualização das mulheres pretas pode ser vislumbrado a seguir, uma vez que os dados contabilizam, entre o recorte temporal de 2011 até 2016, que estas constituem o grupo social que mais sofre violência sexual.

Tabela 1 - Violência sexual contra mulheres de acordo com Raça/Etnia

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº total notificado	12.082	16.104	19.129	20.026	20.597	22.918
Cor/Raça Branca	37,7%	37,3%	35,7%	34,3%	34,3%	34,3%
Cor/Raça Parda	40,8%	42,0%	42,0%	44,5%	44,6%	45,3%
Cor/Raça Preta	9,2%	9,1%	9,0%	8,8%	8,7%	8,7%

Cor/Raça Indígena	0,6%	0,7%	1,0%	1,0%	0,9%	1,2%
Cor/Raça Amarela	0,9%	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,7%
Cor/Raça não informada	2,3%	1,7%	1,9%	1,6%	1,4%	1,1%
Cor/Raça Ignorada	8,5%	8,5%	9,8%	9,3%	9,4%	8,7%

Fonte: Tabela organizada com base nos dados trazidos pelo Atlas da Violência 2018.

Evidencia-se que as mulheres pretas são caracterizadas enquanto o grupo social mais marginalizado no território brasileiro, por conta do percurso histórico da América Latina e em especial do Brasil, a partir da violação colonial perpetrada pelos senhores brancos no período da escravidão. A autora Audre Lorde pontua que o sexismo e o heterossexismo têm a mesma fonte que o racismo: “a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, logo, o direito em dominar” (LORDE, 2019, pág. 02).

Neste campo, a autora Gonzalez (2020) apresenta a desmistificação da realidade brasileira, no que se refere ao período da escravidão e relaciona o quanto as relações sociais, no modo de produção capitalista, são intrínsecas aos estereótipos racistas e patriarcais que se desenvolveram para a manutenção do status quo desta sociabilidade burguesa. A mesma autora afirma, também, o quanto a história contada pelos brancos tem a intenção de esconder, negar, invisibilizar as informações referentes às condições de vida da população não branca, tornando uma estratégia de manutenção do mito da harmonia.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (GONZALEZ, 2020, pág. 10).

Logo, os movimentos de luta feminista devem estar alinhados com a tríade “classe, raça/etnia e patriarcado, tendo em vista que essas categorias devem ser à base dos movimentos sociais, fundamentando a luta contra esse sistema de dominação/exploração das mulheres e em particular das mulheres negras. As categorias classe, raça/etnia e patriarcado, portanto, devem ser compreendidas enquanto um sistema que envolve preconceitos não somente em relação ao sexo, mas em relação à condição racial e social dos indivíduos.

Conclui-se que esta tríade apresentada afeta, majoritariamente, a vida das mulheres pretas e pobres que sofrem com os agravantes violentos da junção dos sistemas de dominação/exploração da classe trabalhadora, que perpetua e naturaliza as situações de violência que as mulheres forem mediadas pelas condições de classe, raça/etnia e patriarcado. Nesta perspectiva, o próximo capítulo aborda os rebatimentos das relações sociais de sexo no Serviço Social, principalmente na produção do conhecimento no interior desta profissão.

3 OS REBATIMENTOS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL .

3.1 O SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Com base no aporte teórico apresentado nos capítulos anteriores, é possível compreender que o modo de produção capitalista trabalha para que suas tramas tornem-se cada vez mais “necessárias” e “intrínsecas” às relações de produção, distribuição e nas relações sociais. De acordo com o debate até então realizado, o capitalismo possui como elemento fundante a desigualdade social, pautada na elevação das taxas de lucros e na acumulação de capital nas mãos da classe dominante, que domina/explora a classe que vende sua força de trabalho, assim a exploração do trabalho adquire um caráter fundante neste sistema sócioeconômico.

Não só, o modo de produção vigente apropriou-se de sistemas já existentes, como o racismo e a ordem patriarcal de gênero para legitimar a dominação/exploração contra determinados grupos sociais, objetivando aumentar as taxas de lucro com o aumento da jornada de trabalho, com a diminuição dos salários e das condições trabalhistas, principalmente, para as mulheres e para as mulheres pretas, levando em consideração que as bases de poder são classistas, patriarcais e racistas.

Desta forma, é de suma importância reiterar a indissociabilidade entre a classe, raça/etnia e patriarcado para tecer aproximações condizentes com a realidade concreta dos sujeitos, uma vez que os diferentes arranjos sociais entre homens e mulheres estão calcados pelas relações de poder e determinam como as pessoas devem viver na sociedade capitalista-patriarcal-racista.

Nesta senda, este capítulo se propõe a tecer aproximações com o debate à cerca dos rebatimentos da ordem patriarcal de gênero sobre o Serviço Social, bem como busca apresentar a necessidade de fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento no interior do Serviço Social, levando em consideração a importância da dimensão investigativa e interventiva para estes profissionais se apropriarem das categorias analíticas que perpassam o fenômeno da violência contra as mulheres, objetivando uma atuação fidedigna com as

demandas reais desta população.

Dito isso, faz-se necessário pontuar que o modo de produção capitalista, ao emergir, gerou diversas mudanças de ordem econômica e social. O capital em sua fase monopólica, em meados do século XX, gerou um enorme processo de acumulação de riquezas e de acirramento das expressões da questão social, fazendo com que os homens não fossem mais capazes de permanecer como únicos provedores financeiros de suas respectivas famílias. Concomitantemente, o desenvolvimento da grande indústria, a partir do uso de tecnologia e dos maquinários, excluiu a necessidade do uso de força física, de trabalhadores com grande desenvoltura muscular, com isso o modo de produção referenciado inseriu as mulheres brancas¹⁹ e as crianças como trabalhadores funcionais ao capital (SAFFIOTI, 2004).

É válido ponderar que, este novo contingente de trabalhadores, absorvidos pelo capital, serve como massa de manobra para reduzir os salários, para aumentar a concorrência entre a classe trabalhadora e para maximizar as condições de negociação entre patrões e trabalhadores, tendo como princípio “máximo de trabalho, mínimo de salário” (NOGUEIRA, 2004, p.10).

Ainda, parte significativa desse contingente de trabalhadores nunca terá um lugar no mercado de trabalho, este exército industrial de reserva, este contingente gigantesco de trabalhadores (as) expelidos (as) do mercado de trabalho é essencial ao capital, pois a oferta de mão-de-obra deve ser suficiente para manter os índices de mais-valia e de negociações desiguais aos salários e as condições trabalhistas entre patrões e classe trabalhadora. O autor Karl Marx ressalta que as formas de existência dos trabalhadores relativos, demonstram que “esta população trabalhadora adicional é relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 1996, p. 261).

Outro ponto de importante destaque relaciona-se ao fato de que, a absorção das mulheres e das crianças no espaço laboral, foi pensada pela lógica da absorção massiva de um novo contingente de trabalhadores, ocasionando uma “divisão do valor da força de trabalho por toda a família” (NOGUEIRA, 2004, p.10).

Em relação específica às condições históricas das mulheres, estas

¹⁹ Pressupõe-se correto delimitar que foram as mulheres brancas, pois as mulheres pretas sempre estiveram em postos de trabalho, inclusive de trabalho escravo;

passaram a desempenhar novas ocupações dentro da sociedade burguesa, sendo direcionadas as funções relacionadas às questões da ordem patriarcal de gênero, com isso, a absorção da mão-de-obra feminina realizou-se com base na necessidade de trabalhadores que tivessem os estereótipos impostos às mulheres e, conseqüentemente, eram cargos que deveriam ser executados a partir do que as mulheres já estavam acostumadas a lidar na vida privada.

Por mais que ao longo das décadas as mulheres tenham ganhado um espaço maior no mercado de trabalho, as funções de âmbito privado como o cuidado com os filhos (as) e com os afazeres domésticos permaneceram como obrigações femininas, pois a ideologia dominante mantém ao homem o status de provedor e chefe de família, objetivando considerar o trabalho não doméstico das mulheres como uma “ajuda” ao marido (SAFFIOTI, 2004). Ou seja, a introdução das mulheres no mercado de trabalho mantém seus alicerces sob os interesses do sistema patriarcal-capitalista-racista.

Na qualidade de mera “ajudante”, à mulher se oferece um salário menor, ainda que ela desempenhe as mesmas funções que o homem. A própria mulher, admitindo seu trabalho tão somente como “ajuda”, aceita como natural um salário inferior (SAFFIOTI, 2004, p. 8).

Assim, é possível ter dimensão do quanto à ordem patriarcal de gênero é um sistema de dominação/exploração que foi naturalizado, que teve suas discriminações enraizadas como características inatas aos sujeitos, quando na verdade estão, exclusivamente, na ordem sociocultural (SAFFIOTI, 2004). Sabe-se que a ordem Patriarcal de gênero existe a milhares de anos na história da humanidade, e esta dominação masculina sob os corpos femininos gerou a criação de diversos estereótipos sociais que colocam as mulheres como seres inferiores, devendo estas se apresentarem submissas, voluntariosas, carinhosas, doces, amáveis, ao passo que homens são reconhecidos socialmente como os dominadores, os patrões, os provedores, os detentores da força física e intelectual.

Neste contexto, torna-se evidente que as relações sociais de sexo se expressam às mais diversas formas de violências sofridas pelas mulheres e na valorização do trabalho, à medida que os lugares ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho e a divisão sexual do trabalho evidenciam, historicamente, o processo de desprestígio dos postos de trabalhos locados para as mulheres em relação aos trabalhos considerados “masculinos”.

Ao longo dos anos, em diversas perspectivas históricas, a divisão sexual do trabalho manteve o sistema de colocar sobre os homens os trabalhos realizados na esfera produtiva, nos espaços públicos e de poder, enquanto as mulheres ficam fadadas à esfera improdutiva e de reprodução. O autor Ricardo Antunes (2009) afirma que mesmo com a ampliação da inserção das mulheres nos trabalhos de esfera produtiva, que ocorreu nas últimas décadas, o capital continua incorporando-as de maneira desigual e diferenciada, tendo em vista a tradicional divisão sexual do trabalho.

Antes de adentrar no diálogo sobre as mulheres estarem submetidas a trabalhos na esfera improdutiva, o pensador Karl Marx (2013, p. 132) esclarece que o processo capitalista de produção não condiz apenas à produção de mercadorias, mas sim de trabalho não pago, “que transforma os meios de produção em extorsão de trabalho não pago”, levando em consideração que a extração da mais-valia é essencial para a acumulação de capital. Logo, entende-se que no capitalismo o trabalho possui diversas formas e não é correto afirmar que é o produto final que determina o processo de produção, mas sim “como” ele é produzido.

A partir disso, a esfera produtiva, não se relaciona apenas ao seu caráter útil ou com a especialidade particular do trabalho, mas condiz ao trabalho que produz mais-valia e que faz parte do processo de valorização do capital (MARX, 1985), sendo os “setores que produzem, direta ou indiretamente, as mercadorias necessárias para a reprodução do sistema” (COSTA; VIEIRA, 2019, p.276), ao passo que o trabalho na esfera improdutiva se caracteriza em relação à produção de valores de uso, bens ou serviços que não possuem poder de retorno ao processo produtivo como capital, a exemplo disso “os serviços e mercadorias consumidas pela classe capitalista” (COSTA; VIEIRA, 2019, p. 276), ou seja, o trabalho improdutivo possui seu valor social, mas é considerado improdutivo no que tange a produção de riqueza.

Dessa forma, o espaço laboral absorveu todos os elementos de dominação/exploração dos corpos femininos, bem como a entrada das mulheres nos espaços de trabalho extra-lar, desenvolveu-se a partir de postos de trabalho, majoritariamente, situados nas esferas improdutivas.

As mulheres ganham menos que os homens não só porque produzem menos, mas também porque aquilo que produzem é normalmente avaliado no mercado por um valor inferior. [...] Onde existe inferioridade de ganhos,

ela é quase sempre coexistente com uma inferioridade de trabalho. E a generalizada inferioridade de trabalho da mulher parece influenciar o seu salário em indústrias onde tal inferioridade não existe (*Weebapud Scott apud Nogueira, 2014, p. 19*).

Portanto, esta divisão sexual do trabalho direciona para os homens os trabalhos no poder público e na esfera produtiva bem como implica que as mulheres estejam sujeitas, majoritariamente, aos espaços reprodutivos e privados (KERGOAT, 2009). Esta lógica de separação e hierarquização destina os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres a serem mais desvalorizados, mal remunerados e considerados “inferiores” intelectualmente.

Entende-se que apresentar estas considerações à respeito da divisão sexual do trabalho e da desvalorização das mulheres enquanto classe trabalhadora é essencial para tecer aproximações entre a ordem patriarcal de gênero e o Serviço Social, levando em consideração que esta profissão está marcada, desde sua gênese, pela tríade classe, raça/etnia e patriarcado, como será explanado a seguir.

Dito isso, o Serviço Social emergiu a partir do capitalismo em sua fase monopolista, momento em que a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, no final do século XIX, acirrou a contradição entre capital e trabalho, o que conseqüentemente, potencializou as expressões da questão social.

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana (NETTO, 2009, p. 19).

O autor José Paulo Netto (2009) apresenta que o capitalismo, na era dos monopólios, ao conduzir ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada, torna-se vítima de seu próprio processo estruturante de acumulação, “assim para efetivar-se com chance de êxito, ele demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. “Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado” (NETTO, 2009, p. 24).

A exploração abusiva a que o operário é submetido - afetando sua capacidade vital - e a luta defensiva que o operário desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma

regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 126).

A partir da emergência no trato com as expressões da questão social, o capitalismo transfere para o poder estatal a responsabilidade sobre este vasto conjunto de desigualdades sociais, oriundas das categorias fundantes deste sistema sócio-econômico. Não somente, “na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática” (NETTO, 2009, p. 25).

Este cenário faz emergir o Serviço Social pela necessidade de o Estado implementar políticas sociais que viessem atender aos interesses das classes exploradas, o que garantiria a amenização dos conflitos de classe e atenderia também a necessidade de o capital controlar a pauperização crescente da força de trabalho, assegurando, além do seu controle, a sua reprodução. É nessa relação com as políticas sociais do Estado que o Serviço Social encontra seu significado sócio-histórico (CISNE, 2004, p. 38).

Nesta senda, a emergência do capitalismo monopolista gerou a necessidade de implementação de novas profissões, para lidarem com os novos problemas e necessidades do capital, a partir da divisão sócio técnica do trabalho. As autoras Iamamoto e Carvalho (2016), ressaltam que “em torno da questão social são obrigadas a posicionar-se às diversas classes e frações da classe dominante, subordinadas ou aliadas, ao Estado e a Igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 126). Assim, “o Serviço Social se caracteriza como uma profissão que tem sua gênese “indivorciável” da ordem monopólica, pois ela funda e cria a profissionalização” (NETTO, 2009, p. 30.). Desta forma, o Estado em consonância com a Igreja Católica, buscou ações assistencialistas para lidar com a questão social.

O Serviço Social surgiu no Brasil no início do século XX, como uma estratégia, tanto do poder estatal como do mercado e da Igreja Católica, de intervenção nas expressões da questão social na medida em que o processo de industrialização e urbanização se acirrava no país.

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teóricos-culturais que tangenciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear (NETTO, 2007, p.69).

Assim, a base do Serviço Social está localizada nas modalidades

através das quais o Estado burguês assume para lidar com as expressões da questão social “de maneira a mascarar e/ou não perceber as suas múltiplas determinações e contradições imanentes ao capital” (CISNE, 2004, p. 50).

Chama-se atenção o fato de que as “questões sociais” estão tipificadas nas políticas sociais, objetivando a manutenção da força de trabalho e a diminuição dos conflitos sociais, expressados nas lutas de classe. No mais, faz-se necessário salientar que as políticas sociais estão localizadas em um campo contraditório, pois garantem respostas às expressões da questão social e, concomitantemente, asseguram os interesses da classe dominante (CISNE, 2004).

Em suma, no início da era do capital monopolista, as respostas às questões sociais eram direcionadas a duas principais entidades, que são: o Estado, através da repressão aos indivíduos marginalizados e que não tinham um comportamento “compatível com os valores burgueses” e pela Igreja Católica, que ofertava medidas caritativas cristãs com base na moralidade e na culpabilização dos indivíduos.

Aqui cabe uma ressalva. A aliança da Igreja com a burguesia só vem a se configurar ao ver suas bases de legitimidades abaladas com a consolidação do capitalismo, e, da mesma forma, quando a burguesia se vê ameaçada pela classe trabalhadora (CISNE, 2004, p. 46).

Assim, na idade dos monopólios, por mais que o poder estatal tenha assumido a responsabilidade primária para atuar sobre a contradição elementar entre a socialização da produção e apropriação privada da riqueza, o Serviço Social emergiu, na década de 1930, vinculado a Igreja Católica, em oposição ao comunismo e a teoria social de Marx, além de objetivar adaptar a sociedade brasileira ao que trazem as encíclicas papais de cunho social, a *Rerum Novarum* e *Quadragesima Anno*. Para além, esta profissão estava vinculada a uma perspectiva conservadora moderna (de manutenção da ordem capitalista), educativa, moralizadora, punitivista e reformadora, com enfoque individualista, psicologizante e moralista no trato com as expressões da questão social.

Terá particular importância na estruturação do perfil da emergente da profissão no país, a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros Assistentes Sociais brasileiros. As primeiras iniciativas de organização da profissão são conduzidas por grupos sociais majoritariamente femininos, integrantes do movimento católico leigo e responsáveis pela ação social da Igreja Católica junto aos segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe trabalhadora, especialmente mulheres e crianças (YAZBEK, MARTINELLI, RAICHELIS, 2008, p. 8).

Na cidade de São Paulo, em 1932, foi criado o Centro de Estudos e ação Social (CEAS) que se tornou a base para criação de Centros Operários que objetivavam orientar as mulheres trabalhadoras com aulas de higiene, artesanato e para mediar, possíveis conflitos familiares (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). Nota-se que as ações dos Centros Operários estavam balizadas por um viés moralista e conservador, uma vez que atuavam na perspectiva de ajustamento dos sujeitos “desviados” do sistema capitalista de produção.

Em face desta vinculação entre Estado e Igreja Católica, o exercício profissional das (os) Assistentes Sociais tinha um caráter relacionado ao campo doutrinário e não científico, além de ter como base de conhecimento o neotomismo com ênfase na dimensão moral, filosófica e religiosa (SILVA, M., 1995). Em adição, os profissionais em questão limitavam-se ao atendimento imediato das demandas da classe trabalhadora, nesta base, as (os) assistentes sociais estavam fadados a serem executores terminais da política social, uma vez que os currículos dos cursos não trabalhavam na perspectiva da realidade concreta e do fomento às pesquisas e a produção do conhecimento (NETTO, 2007).

A autora Mirla Cisne (2004) reitera que a articulação entre a burguesia e a Igreja Católica foi pensada com ideais anti-revolucionários, conseqüentemente, contra a teoria social de Marx e contra qualquer tipo de prejuízo a ordem monopólica, bem como contra a organização da classe que vive da venda da força de trabalho. Este enovelamento entre capital, Estado e Igreja Católica formaram a “herança conservadora da profissão”, que diz respeito à manutenção da ordem capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Todo este aporte doutrinário apresentado alhures, conduziu as (os) assistentes sociais a uma intervenção que ignorava as categorias estruturantes da realidade concreta, o que limitou tais profissionais a uma visão acrítica sobre o sistema sócio econômico em discussão, acarretando em ações de caráter imediatista e puramente filantrópico (FORTI, 2013). Assim sendo, compreende-se que a vinculação do Serviço Social com a Igreja Católica, era ancorada a partir de um viés caritativo e filantrópico, na lógica do ajustamento moral da vida e dos corpos dos indivíduos marginalizados perante o sistema capitalista e no esvaziamento de um aporte teórico-metodológico pautado no conhecimento a respeito das mazelas oriundas do modo de produção.

É pautada neste objetivo anti-revolucionário que a Igreja será a grande mediadora do pensamento conservador burguês para manutenção da ordem capitalista por meio da adequação das pessoas, evidentemente sob uma forte dominação ideológica, mascarando a “questão social” (CISNE, 2004, p. 50)

Desta forma, a gênese do Serviço Social está relacionada às diretrizes que foram formuladas pela teoria do catolicismo social e humanista cristão, majoritariamente, no século XIX, que serviram para organizar e implementar as diversas associações e iniciativas de educação e intervenção social, pautadas na lógica do conservadorismo moderno, objetivando a manutenção do status quo capitalista (CISNE, 2004). As diretrizes supracitadas apontam tanto para os aspectos relacionados aos problemas sociais, como para a ênfase do Serviço Social ser tido como uma profissão formada, majoritariamente, por mulheres, levando em consideração os estereótipos sociais provenientes da tríade: classe, raça/etnia e patriarcado.

O Serviço Social adequou-se ao leque de oportunidades de carreira permitido às mulheres, desde o fim do século XIX, foi uma alternativa à inserção no mercado de trabalho. Essa inserção foi permitida pela sociedade à medida que as mulheres passaram a exercer trabalhos extensivos aos já exercidos por elas no mundo privado (CISNE, 2015, p.54).

Para esmiuçar este o processo de feminização da profissão, é sumário tecer a articulação dialética entre os fundamentos do Serviço Social e as relações sociais pautadas na ordem patriarcal de gênero, levando em consideração que a legitimação e o reconhecimento social da profissão estão fortemente marcados pelo processo de feminização, como um “processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino” (CISNE, 2012, p. 44).

Como todo fenômeno social, a “feminização” não surge naturalmente ou coincidentemente. Essa marca vem atender a claros objetivos do conservadorismo burguês, havendo, pois, um intercruzamento entre “feminização” e conservadorismo na profissão (CISNE, 2004, p. 51).

É notável que a ordem Patriarcal de gênero é um dos preconceitos mais enraizados e antigos na história da sociedade (SAFFIOTI, 2004), sempre relacionando as mulheres a maternagem a ao dever de oferecer ajuda, cuidados e amparo aos que necessitam. Com base nesta lógica, a dedicação das mulheres nas obras caritativas e assistencialistas era compreendida “como uma vocação natural”, já que os estereótipos femininos relacionam-se integralmente com as funções

realizadas em âmbito doméstico, caritativo e educacional. Configura-se, portanto, o processo principal que consolidou o Serviço Social como uma profissão que possui uma crescente feminização.

[...] Não tem a mulher na sociedade, a missão de educar? Imaginem a restauração da família sem a cooperação da mulher: a remodelação da mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influir na economia e nas leis do país, tem de ser, toda ela, trabalho da mulher, em qualquer classe da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO; 2012, p.183).

Neste contexto histórico, a autora Iamamoto e o autor Carvalho (2012) exteriorizam que as Assistentes Sociais deveriam incorporar os princípios de formação moral e cristã, além de partilhar de determinadas características, como:

Uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 233-234).

Dito isso, considera-se que existia um senso comum em atribuir aos assistentes sociais adjetivos como “boa moça, voluntarista, bondosa, bem humorada”, como se fossem atributos e requisitos indispensáveis para o exercício profissional, tornando evidente que as assistentes sociais eram cooptadas para atuar na “correção” de costumes, adequação, ajustamento social e controle social dos sujeitos ao modo de produção capitalista, uma vez que a ordem patriarcal de gênero já impunha às mulheres o trabalho educativo no ambiente doméstico.

A autora Iamamoto e o autor Carvalho (2012) apresentam que para tornar-se apto ao exercício do Serviço Social era requisitado um caráter missionário e a capacidade de se prestar a atender ao outro e abdicar-se de si mesmo.

Tal construção feminina da assistência e dos cuidados representava igualmente uma ampliação da maternidade mesmo para aquelas que não foram mães porque permaneceram solteiras. Dessa forma, mesmo que as mulheres passassem a exercer uma função cada vez mais pública por meio da filantropia, ela não era antitética à ideologia da domesticidade, pois se fundamentava na ideia de complementaridade e de extensão da maternidade e das qualidades então consideradas femininas para o mundo exterior à casa e à família. Nesse sentido, é interessante notar como as profissões femininas para mulheres de classes médias e educadas foram definidas em áreas de atuação coerentes com essa construção de gênero da assistência, como a enfermagem e a medicina, o magistério e posteriormente o Serviço Social (MARTINS, 2011, p. 23).

Portanto, é notório o quanto as características historicamente imbuídas na gênese do Serviço Social relacionam-se com os estereótipos sociais provenientes das mazelas da tríade de dominação/exploração: classe, raça/etnia e

patriarcado. Mais precisamente, o Serviço Social no Brasil emergiu sobre a ideologia capitalista-patriarcal-racista, levando em consideração o exercício do “cuidado” e da benevolência exigida deste corpo profissional (MARTINS, 2011).

Com base nesta vinculação histórica, tanto do Serviço Social com a Igreja Católica, quanto aos aspectos provenientes da ordem patriarcal de gênero, entende-se que o Serviço Social está locado na esfera das profissões que são compostas, majoritariamente, por mulheres, ao passo que sua prática profissional está associada a um perfil profissional que tenha as características que foram construídas socialmente sobre as mulheres, principalmente em relação às características como o cuidado, voluntarismo, a educação e caridade.

Posto isso, o Serviço Social, neste processo de feminização, tem seu primeiro elemento de subalternidade, tendo em vista a sociedade classista, racista e patriarcal.

O Serviço Social não é visto, portanto, como uma profissão que toma decisões, que participa “produtivamente” na divisão do trabalho, que participa na definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho com autonomia para definir os recursos a empregar, os benefícios da sua ação, que possui um conhecimento teórico-universal sobre o social (apesar de que diversos Assistentes Sociais sim atuem nestes níveis). Pelo contrário, o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”) que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (MONTAÑO, 2007, p.101).

Por conseguinte, o Serviço Social, a partir da contextualização apresentada alhures, tem sua origem inalienável de três principais elementos: a) Relaciona-se com a necessidade de fomentar respostas para minimizar as expressões da questão social, no capitalismo em sua fase monopolista; conservadorismo moderno; b) Sua gênese atrela-se com o Estado burguês, com a Igreja Católica e com o c) Nasce como uma profissão de mulheres e para mulheres (CISNE, 2004).

Mais precisamente, ao afirmar que o Serviço Social foi uma profissão de mulheres e para as mulheres (CISNE, 2004), leia-se que: com a existência de um sistema de dominação/exploração mediado pelo sistema patriarcal-capitalista-racista, que produz a desvalorização das profissões “femininas”, bem como mantém os homens em situação de poder, as mulheres formam o grupo social mais inferiorizado, estando sujeitas a sofrerem tanto com a violência, quanto com o

processo de pauperização e de pobreza, o que constitui a feminização da pobreza.

No que tange os dados da realidade, o Boletim nº 08 do Observatório das Desigualdades divulgado em 2020, retrata este processo de feminização da pobreza em 2019 no Brasil, pois apresenta dados importantes para a compreensão da realidade concreta. O Gráfico nº 01, do Boletim em questão, ao apresentar a média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por pessoa de 14 anos ou mais, foi possível vislumbrar que as mulheres dedicaram uma média de 21 horas contra 11 horas dedicadas pelos homens.

Ainda, a desigualdade salarial também foi um dado a ser ilustrado pelo Observatório das Desigualdades, levando em consideração que a pesquisa evidenciou que em 2019, as mulheres ganhavam aproximadamente 77% do que os homens recebiam e a região Sul do Brasil ficou marcada como a região com maior disparidade entre os rendimentos das mulheres e dos homens ao passo que elas recebiam apenas 72% do que os homens ganhavam. Além desses dados, a pesquisa em apreço evidenciou que, em 2019, a taxa de desocupação das mulheres brancas é maior que 70% em relação aos homens brancos e ao adentrar no recorte racial, a taxa de desocupação das mulheres pretas é de 130% ao comparar com a dos homens brancos.

Esses dados demonstram quanto o processo de feminização da pobreza é um fenômeno avassalador na sociedade brasileira, levando em conta que as mulheres estão fadadas a dedicarem o dobro de tempo com trabalhos domésticos não remunerados em relação aos homens, a receberem salários menores, a não serem contratadas pelo mercado de trabalho, entre outros fatores que violam a integridade física, psicológica, moral, patrimonial das mulheres brasileiras.

A feminização da pobreza e a feminização do Serviço Social são processos que caminham juntos e são permanentemente pautas a serem debatidas nos mais diversos espaços de fomento à pesquisa e a produção do conhecimento, uma vez que ambos os processos citados estão presentes atualmente na sociedade brasileira. Em relação aos dados disponibilizados sobre a profissão em debate, observa-se com facilidade a prevalência das mulheres no interior da profissão em debate.

Neste cenário, foi realizada uma pesquisa pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, denominada "Perfil dos Assistentes Sociais no Brasil:

formação, condições de trabalho e exercício profissional” que buscou apresentar os dados sobre as (os) Assistentes Sociais que foram cadastrados no respectivo Conselho, no ano de 2022. Os dados desta pesquisa corroboram com a tese apresentada, a respeito da feminização da profissão, ao passo que do total de 41.083²⁰ Assistentes Sociais ativos no Brasil, 93% se identificam com o gênero feminino e 7% se identificam com o gênero masculino.

Conclui-se que para refletirmos sobre a predominância do gênero feminino na profissão é fundamental relacionar este fato ao modo de produção, que se faz a partir dos ditames patriarcais-capitalistas-racistas, impondo às mulheres e aos homens padrões hierárquicos de sobrevivência, inferiorizando as mulheres em relação aos homens em todas as esferas da vida social, seja no ambiente doméstico, público ou nas relações trabalhistas. Nesta senda, a feminização do Serviço Social é um fenômeno social e configura-se como um processo histórico e classista de fomento e manutenção da ordem social vigente.

²⁰ 0,10% do total de Assistentes Sociais se identificam como “outras expressões de gênero”.

3.2 O Processo De Fortalecimento Da Pesquisa e da Produção Do Conhecimento no Interior do Serviço Social

As condições sócio-históricas para a emergência do Serviço Social no Brasil estão diretamente relacionadas à passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, que ocorreu no final do século XIX e se consolidou no século XX. Esta transição sistêmica acirrou as contradições entre capital *versus* trabalho, além de “realocar em um patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 2009, p. 20).

Entende-se que o capitalismo vai mudando constantemente sua trama e modificando as relações sociais através de seu elemento fundante de auto valorização, ao passo que a burguesia reproduz o mundo em sua imagem e semelhança, para eliminar todo e qualquer entrave político, jurídico, econômico ou social que possa ferir seu processo acumulativo.

Com isso, o modo de produção vigente busca naturalizar todos seus processos de dominação/exploração, tendo em vista a necessidade de eliminar tudo que se opõe à lógica capitalista, para estruturar uma sociabilidade pautada na desigualdade entre os sujeitos. A autora Iamamoto e o autor Carvalho (2006, p. 132) ressaltam que “a hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle”.

Dentro deste contexto de fortalecimento do modo de produção capitalista, as condições de dominação/exploração da classe operária, bem como a ininterrupta subida dos índices de trabalhadores “atirados ao pauperismo, [...] tornam necessária a organização do proletariado para sua defesa” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 130).

Após os grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra, tendo por protagonista o proletariado, a “questão social” fica definitivamente colocada para a sociedade. Datam dessa época o que se poderia considerar como sendo as protoformas do Serviço Social. No entanto, para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividade legitimamente reconhecida dentro da divisão social do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de décadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 140).

Logo, para efetivar sua estrutura, o capital demandou mecanismos de intervenção extra econômicos, como o Estado, que tem sua atuação direcionada,

majoritariamente, para a garantia dos lucros do monopólio, para a conservação física da força de trabalho (que é constantemente ameaçada pela superexploração), para assegurar os objetivos econômicos e administrar as crises cíclicas do capitalismo. Desta forma, as respostas para as expressões da questão social são geridas pelo Estado e são disponibilizadas pelas políticas sociais, na medida em que seja benéfico aos interesses da máquina capitalista.

O surgimento das políticas sociais está atrelado à contenção dos antagonismos entre as classes sociais e regulamentam as relações entre capital e trabalho, sendo formuladas para atender as questões sociais, para que estas não se tornem ameaças ao monopólio ou a força de trabalho, assim as políticas sociais atuam na preservação e no controle da população que vende sua força de trabalho para subsistência, assegurando as condições para o pleno desenvolvimento dos monopólios (NETTO, 1996).

Nesta perspectiva, torna-se inegável pensar a questão social desassociada da mudança do trabalho considerado escravo para o trabalho “livre”, na passagem do feudalismo para o capitalismo. Em vista disso, o trabalhador, dono apenas de sua força de trabalho, é submetido ao domínio do persona capitalista, que detém todo o domínio sobre essa relação social de produção, devido tamanha desigualdade social, os trabalhadores passam a movimentar-se em luta por reivindicações de condições melhores de vida.

Segundo a autora Iamamoto e o autor Carvalho (2013, p. 83) “O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão inserida na divisão social do trabalho tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”. Por isso,

Buscamos ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares. Seu significado social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser identificadas dentro da trama de relações que constituem as relações sociais capitalistas e, particularmente, nas respostas que a sociedade e o Estado constroem frente à questão social em suas múltiplas dimensões (YAZBEK, 2006 p. 49).

É neste cenário que emerge, na década de 1930, o Serviço Social no Brasil, quando a burguesia requer novos profissionais que sejam funcionais ao capital. No caso das (os) assistentes sociais, tal funcionalidade evidencia-se pelo fato destes profissionais intervirem nas expressões da questão social, mediando às relações conflituosas entre a classe dominante e a classe dominada.

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder às mazelas sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de formas socialmente determinadas (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

Da mesma forma, o Serviço Social atua sobre a realidade capitalista em suas mais diversas dimensões, reproduzindo as condições de existência deste sistema sócio econômico. Portanto, a gênese do Serviço Social está intimamente relacionada a partir da criação do mercado de trabalho, que são as políticas sociais (NETTO, 2010).

A revisão da trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmar que, considerando antagonismo da relação capital e trabalho, a tendência predominante, no que se refere à inserção da profissão na sociedade, vem sendo, historicamente, o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente. Tal subordinação é mediatizada pela integração da “clientela” aos aparatos institucionais através dos quais se exerce o controle social, tornando-se esse profissional assalariado um agente auxiliar a serviço da racionalização de serviços prestados por essas organizações e intermediário entre elas e a população (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 138)

Em conformidade, sabe-se que no Brasil o enfrentamento da questão social, no século XX, foi marcado pelas ações punitivistas do Estado e pela ação da Igreja Católica, com o intuito primordial, de manutenção do status quo da sociabilidade capitalista e de recristianização da sociedade. Com a ascensão do governo de Getúlio Vargas em 1930, ocorreu a retomada da proximidade entre Estado e Igreja Católica, que influenciou diretamente na formação dos primeiros assistentes sociais. De acordo com Vieira (1987, p. 73) ”o processo que redundou no surgimento da profissão e das primeiras agências de formação para o Serviço Social está intrinsecamente ligado à Igreja Católica”.

O advento do modo da produção capitalista, do liberalismo e as constantes ameaças à hegemonia do catolicismo no campo ideológico, sócio-político e cultural, a Igreja Católica teve seu espaço de poder esvaziado perante a sociedade, após o fim do Império e a implementação da Constituição republicana do Brasil em 1891 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

De uma concepção global do mundo, reduz-se progressivamente à ideologia de setores subalternos, tornando-se uma casta de intelectuais tradicionais. Ante a degradação da Sociedade civil tradicional e ao declínio de sua influência - ante a ultrapassagem da concepção religiosa do mundo -

a Igreja Católica deve reagir, reagrupando suas forças, visando à reconquista de suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos. Essa reação terá por base, por meio de métodos organizativos e disciplinares, a constituição de poderosas organizações de massa, visando ao controle e enquadramento da população (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 138)

Assim, a emergência do Serviço Social está diretamente atrelada à Doutrina Católica, em um processo de qualificação do laicado, objetivando a ascensão da recristianização da sociedade, principalmente da classe trabalhadora, para amenizar os excessos do capitalismo e para erradicar a ideia do comunismo (GUEDES, 2000). A autora Cisne (2004) apresenta que: “ambas - burguesia e Igreja - cedem e se aliam em nome de um objetivo maior: o combate ao comunismo” (idem, p. 46), evidencia-se que a Igreja Católica apropriou-se de um posicionamento político alinhado com a burguesia.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos; o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

A partir deste contexto, a Igreja Católica apropriou-se de um devir político e social perante as expressões da questão social, por isso, as (os) primeiras assistentes sociais atuavam com um cunho dogmático, doutrinário, paternalista, humanista conservador, ao passo que se pautavam nos dogmas da Igreja Católica e da filosofia neotomista de influência franco-belga (YAZBEK, 2006).

No neotomismo e na Igreja Católica postula-se uma revolução moral a partir da premissa de que o homem, como criatura de Deus, tende a um fim sobrenatural. O Serviço Social nasce como um instrumento a serviço desta “revolução” que interpreta a mudança histórica dos valores morais como transgressão à ordem hierárquica e divina da natureza, desvinculando-a das transformações societárias (GUEDES, 2020, p. 21).

Desta forma, os intelectuais Católicos se organizam a partir das encíclicas papais de cunho social, a *Rerum Novarum* (1891) e a *Quadragesimo Anno* (1931), para nortear suas ações, objetivando adaptar a realidade brasileira ao que traziam as tais encíclicas papais. Para além, o escopo filosófico adotado para nortear as ações da Igreja Católica e do Serviço Social em sua fase embrionária, se

materializa a partir de uma ação caritativa, filantrópica e compreendia a questão social como uma questão de ordem moral, ao passo que trabalhavam com a premissa do ajuste dos sujeitos e da coesão entre as classes sociais dentro do modo de produção capitalista. “Assim, o Serviço Social pretende “reformular valores” sem questionar o quadro econômico-político a partir do qual se instaura a sociedade capitalista (GUEDES, 2020, p. 21).

Outro elemento considerável para abarcar a compreensão de como a Igreja Católica influenciou o exercício e a formação das (os) primeiras (os) assistentes sociais, é entender a premissa de perfectibilidade humana, levando em consideração que para a filosofia neotomista, o ser humano é “ao mesmo tempo, criatura finita a imagem e semelhança de Deus” (ORTIZ, 2007, p. 133), desse modo, os seres humanos possuem a capacidade de se aperfeiçoar no campo material e espiritual, assim, caso os indivíduos não fossem capazes, sozinhos, de atingirem as condições mínimas de sobrevivência, eram culpabilizados por suas condições, sejam elas relacionadas ao campo econômico e/ou social (GUEDES, 2020).

Esta lógica supracitada demonstra a exclusão dos determinantes sócio-históricos e a inexistência de uma visão crítica a respeito das mazelas sociais oriundas do capitalismo e de sua lógica perversa, tornando as expressões da questão social problemas individuais dos sujeitos. Conclui-se que as (os) assistentes sociais não tinham uma teoria crítica que fosse suficientemente capaz de fornecer suporte para compreensão das categorias do modo de produção capitalista, afastando tais profissionais da compreensão do real.

A Igreja Católica, nesta lógica, adotou um viés educativo, moralizador, punitivista e reformador para tratar as expressões da questão social e utilizou o Serviço Social como um instrumento político para retomada da hegemonia do pensamento social da Igreja, além de condicionar o trato com as questões sociais ao enquadramento da classe trabalhadora às ideologias da classe burguesa.

O Serviço Social, além do cunho doutrinário Católico, partilhava de um forte envolvimento com ideias conservadoras e anti-modernas, que se transformaram em bases de manutenção do modo de produção capitalista. No mais, “é necessário assinalar que esta matriz se encontra na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas como, por exemplo, na Argentina e no Chile, onde vai somar-se ao racionalismo higienista” (Yazbek, 2009b, p. 131).

Evidencia-se que o Serviço Social surge para atender as demandas da burguesia, objetivando a manutenção do controle da classe trabalhadora, conseqüentemente, a conservação do poder hegemônico da burguesia. Com base no filósofo Gramsci (2002) a manutenção do poder hegemônico é essencial para conduzir a classe dominada aos interesses da classe dominante, ao passo que deve estar intrínseca ao consentimento de valores morais, valores sociais e disputas de poder no campo cultural e político-ideológico.

Neste cenário, o surgimento das escolas de Serviço Social no Brasil, se deu a partir dos anos de 1930, quando a sociedade passa por transformações significativas, advindas do processo de urbanização e industrialização e busca, incansavelmente, através do Estado, do mercado e da Igreja Católica, a manutenção do poder hegemônico e conseqüentemente o controle dos antagonismos entre as classes sociais.

A autora Reisdorfer (2013, p. 47) ressalta que a Igreja Católica entre 1920 e 1930, instaura diversos centros de estudos voltados para a mobilização cristã e disseminação da Doutrina Católica, dentre eles: o Centro Dom Vital, Confederação Católica, Instituto de Estudos Superiores, Associação de Bibliotecas Católicas, Liga Eleitoral Católica, Ação Universitária Católica e os Círculos Operários. A autora Iamamoto e autor Carvalho (2012) apresentam que as instituições assistenciais, que surgem no período histórico supracitado, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo, já não eram totalmente atreladas à caridade, pois já eram providas por recursos do Estado, além de serem geridas pelas famílias da alta burguesia paulista e carioca.

A partir da criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em 1932, o Serviço Social tomou os primeiros rumos para a formalização das primeiras escolas no país. De acordo com a autora Iamamoto e o autor Carvalho (2012) os setores da Ação Social e da Ação Católica sentiram a necessidade de promover as obras filantrópicas ofertadas pela classe dominante paulista, com o objetivo de “dinamizar a mobilização do laicado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 165). O surgimento do CEAS ocorreu através do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, ademais, os autores supracitados apresentam que:

O objetivo central do CEAS será de promover a formação de seus membros

pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação dos trabalhadores sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 166)

Outro ponto de importante destaque apresentado por Iamamoto e Carvalho (2006), condiz ao fato de que o CEAS relacionava-se com uma formação técnica especializada, pois o Estado passa a contratar o Serviço Social para apaziguar as questões sociais, bem como investe na tecnificação destes, com escolas e faculdades que mantiveram a parceria entre Estado e Igreja Católica.

A partir desse momento nota-se que, paralelamente à demanda inicial por quadros habilitados por essa formação técnica especializada, originada da própria ação social católica, começa a parecer outro tipo de demanda, partindo de determinadas instituições estatais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 174).

A criação do CEAS e a crescente demanda do poder estatal por um corpo profissional que tenha uma formação técnica especializada acarretou no surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil em 1936 e 1937, na Cidade de São Paulo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) que tinha como público alvo as “moças da sociedade” que eram devotas ao apostolado social e, no ano seguinte, no Rio de Janeiro na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), ambas vinculadas a uma formação com base na doutrina social da Igreja Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Por conseguinte, os primeiros assistentes sociais trabalhavam em uma perspectiva moral, doutrinária e não detinham de um campo teórico-metodológico para nortear suas ações. Nesta senda, “as próprias escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia específica, [...] a formação técnica remete essencialmente à prática” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 238).

Neste mesmo contexto histórico, o Serviço Social se institucionaliza e torna-se uma profissão regulamentada na divisão sociotécnica do trabalho.

Com o crescimento das demandas por bens e serviços por parte dos trabalhadores, o Estado brasileiro, particularmente na década de 1940, é pressionado no sentido de desenvolver ações no âmbito social e passa a intervir diretamente no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel regulador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das

necessidades sociais da população. Assim, pela criação de políticas no campo social, abre-se no Estado, para o emergente Serviço Social brasileiro, um mercado de trabalho que vai ampliar suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado sob o patrocínio da Igreja Católica (YAZBEK, 2009, p. 56).

As primeiras técnicas de intervenção no interior desta profissão em debate sofreram influência européia e, posteriormente, já na década de 40, ocorre um processo de tecnificação da profissão, a partir da influência norte-americana que resultou em uma intervenção tecnicista, funcionalista, mecânica e, também, distanciada dos processos de pesquisa e produção do conhecimento acerca da realidade capitalista.

A demanda por essa formação técnica especializada crescente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 176).

No Governo de Getúlio Vargas, ocorreu um estreitamento entre as relações com o governo norte-americano com o intuito principal de fortalecimento do capital e enfrentamento ao comunismo, tendo em vista o contexto histórico pós Segunda Guerra Mundial, com a consolidação do bloco socialista.

De acordo com a autora Iamamoto e o autor Carvalho (2006) o marco desta interação entre o Serviço Social brasileiro e o norte-americano, desenvolveu-se no Congresso Interamericano de Serviço Social que ocorreu em 1941. Esta relação teve grande influência no interior do Serviço Social, uma vez que o modelo norte-americano foi adotado pelos assistentes sociais brasileiros, culminando em uma adoção do conhecimento científico e de técnicas para respaldar a formação e a atuação profissional, pois o cunho moralista e assistencialista das ações ofertadas pela Doutrina Católica não eram suficientes para atender as demandas da classe trabalhadora e do Estado (PEREIRA, 2020).

Assim, pela criação e desenvolvimento de instituições assistenciais estatais particularmente na década de 1940, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas. É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas (YAZBEK, 2009, p. 9).

A influência norte-americana adotada pelo Serviço Social no

contexto histórico supracitado baseia-se no tecnicismo e bebe da fonte da psicanálise e da sociologia de base positivista e funcionalista. É importante ressaltar que o positivismo foi o primeiro suporte teórico-metodológico do Serviço Social e trabalha a partir das relações aparente dos fatos e no enquadramento dos sujeitos à sociedade capitalista, restringindo a teoria ao campo do verificável e da fragmentação, caracterizando uma apreensão instrumental e imediata do ser social. No mais, o positivismo relaciona-se com uma lógica de manutenção da ordem social vigente, bem como restringe as ações dos assistentes sociais ao âmbito do ajustamento dos sujeitos à sociedade capitalista e, conseqüentemente, à conservação da mesma (YAZBEK, 2009).

Sabe-se que os assistentes sociais são requisitados para atuarem nas expressões da questão social, mais especificamente, nas políticas sociais. O positivismo, nesse cenário, restringe a teoria ao campo da fragmentação “como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação, numa apreensão parcializada da realidade social” (YAZBEK, 2009, p. 10), portanto, compreende-se que o Serviço Social, mantém-se afastado dos determinantes sócio-históricos e estruturais de dominação/exploração da classe trabalhadora que fundamentam o conhecimento crítico da sociabilidade capitalista, resguardando a atividade profissional as ações de controle e ajustamento.

A "prática profissional", ancorou-se em teorias comportamentais e teorias da personalidade. Essa influência expressou-se no processo formativo através dos projetos pedagógicos e, particularmente, da organização da estrutura curricular. Os assistentes sociais precisavam ser formados dentro dessa racionalidade, buscando conhecer as causas que originaram os desajustes dos indivíduos e de suas famílias, assim como identificar as causas do desajustamento do ambiente social. Preocupavam-se em centrar seu foco de atuação na personalidade do cliente, buscando mudar seus comportamentos e atitudes, no sentido de ajustá-los ao meio social para que pudesse cumprir seu papel no sistema vigente (PORTES; PORTES, 2017, p. 215 - 216).

A influência norte-americana resultou no chamado Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade que vai reverberar no currículo de 1945, mas a hegemonia desta perspectiva se dará a partir do currículo de 1953 (CARDOSO, 2016). As autoras Portes (2017) evidenciam que este atrelamento entre o Serviço Social brasileiro com as tendências norte-americanas desenvolveu-se com base, principalmente, nas obras de Mary Richmond e Gordon Hamilton.

Em 1945 o debate sobre a regulamentação da formação profissional, ganha destaque no 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, que teve como

uma das temáticas a definição de “normas para o funcionamento das escolas especializadas, a partir de um padrão mínimo de exigências” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 330). Ainda, este Congresso foi de suma importância para a regulamentação do ensino, uma vez que as discussões influenciaram na criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) em 1946, e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais, no mesmo ano.

Existem outros marcos relevantes para a história do Serviço Social brasileiro, como a regulamentação do ensino de Serviço Social pela Lei nº 1889 de 13 de julho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social e sua estruturação, além de elencar as prerrogativas aos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais (BRASIL, 1953). Para além, a Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957, respaldou o exercício profissional ao assistente social com formação e o Decreto nº 35.311, de 02 de abril de 1954, tratou da organização dos cursos de Serviço Social, bem como delimitou a finalidade do ensino em Serviço Social, distinguiu os cursos entre ordinários e extraordinários, as disciplinas dos referidos cursos, entre outros aspectos importantes para a formação profissional no devido contexto histórico.

O primeiro currículo mínimo do Serviço Social foi estabelecido pela Lei nº 1889/53, neste documento consta que o ensino do Serviço Social deve ser realizado a nível superior em no mínimo três séries, com duração de um ano cada e especifica quais disciplinas devem ser ofertadas para desenvolver a formação teórica e prática dos assistentes sociais (BRASIL, 1953).

Tabela 2 - Disciplinas do currículo mínimo de 1953 dos cursos de Serviço Social

I - Sociologia e Economia Social:	II - Introdução e fundamentos do Serviço Social:	III - Pesquisa Social.
Direito e Legislação Social;	Métodos do Serviço Social;	
Higiene e Medicina Social;	Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade:	

Psicologia e Higiene Mental;	Serviço Social em suas especializações;	
Ética Geral e Profissional.	Família - Menores - Trabalho - Médico.	

Fonte: a própria autora com base nas informações disponibilizadas na Lei nº 1889 de 13 de julho de 1953 (BRASIL, 1953).

Assim sendo, o primeiro currículo mínimo do Serviço Social, ainda defende que a direção da formação profissional deve se expressar a partir do positivismo e da ideologia desenvolvimentista, trilhando o caminho da cientificidade e da tecnificação para desenvolver o fazer profissional (CARDOSO, 2016). Percebe-se que o Serviço Social não se desvincula totalmente da perspectiva humanista cristã e da perspectiva conservadora.

Do ponto de vista de projeto de formação acadêmico-profissional, esse é o primeiro currículo que marcará a hegemonia do projeto modernizador, não rompendo com a perspectiva conservadora que o antecede e mantendo-se até 1982 (CARDOSO, 2016, p. 441).

Ademais, a autora Cardoso (2016), aponta que o primeiro currículo mínimo do Serviço Social em 1953 e os que o sucedem, em 1964, a partir do Parecer nº 286/1962 e da Resolução nº 512/1964 e o currículo mínimo de 1970, com o Parecer nº 242 e Resolução s/n do Conselho Federal de Educação, conservam-se enquanto projetos pedagógicos que não se dissociaram da perspectiva conservadora norte-americana, “na busca da cientificidade da profissão e do fazer técnico, focando a preparação do assistente social no fazer, numa prática pragmática que dê respostas às demandas sociais a partir de uma competência operacional (CARDOSO, 2016). Portanto, no período histórico em apreço, a formação dos assistentes sociais privilegiava o aspecto técnico-operativo em relação à pesquisa e a produção do conhecimento (KAMEYAMA, 1998).

Em síntese, a devida apresentação dos aspectos históricos da emergência do Serviço Social na sociedade brasileira é de suma importância para a compreensão do quanto o Serviço Social está inserido no processo de transformação ininterrupto da sociedade capitalista e, conseqüentemente, os desdobramentos deste processo no fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento no interior desta profissão. No mais, considera-se que a importância da dimensão investigativa e interventiva decorre, principalmente, da importância

deste profissional em conhecer a realidade concreta dos sujeitos inseridos em uma sociedade capitalista-patriarcal-racista, “mais do que isso, é condição básica para a sua inserção crítica na divisão social e técnica do trabalho” (SILVA, 2007, p. 283).

Ao longo do processo de implementação do Serviço Social brasileiro, este corpo profissional passou por um longo processo de Reconceituação, que culminou, em sua terceira tendência, na aproximação com a teoria social crítica de Marx que culminou no fortalecimento da dimensão investigativa e interventiva no Serviço Social, levando a produção do conhecimento para outro patamar, de reconhecimento da necessidade de se debruçar sobre a “lógica da coisa”, estabelecendo o ponto de vista ontológico como referência à práxis social (SANT’ANA; SILVA, 2013, p.187). Conclui-se que, da mesma forma que o modo de produção capitalista mantém-se em constante movimento de aprimoramento de suas bases de dominação/exploração, acirrando as expressões da questão social e maximizando as lutas reivindicatórias da classe trabalhadora, o Serviço Social também passa um por um processo significativo de debate teórico-metodológico, que será devidamente abordado a seguir.

3.3 O Movimento de Reconceituação e a Busca Por Uma Teoria que dê Suporte a Pesquisa e a Produção do Conhecimento Crítico no Interior do Serviço Social

Para dialogar a respeito do processo de fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento crítico no Serviço Social, torna-se primário apresentar a concepção do filósofo crítico Lukács sobre o entendimento a respeito do conhecimento, levando em consideração que esta visão é compartilhada neste trabalho, assim, “conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade” (LUKÁCS, 1994, p. 12).

A princípio, para tecer contribuições a respeito do fortalecimento da postura crítica no interior do Serviço Social, é de suma importância destacar o Movimento de Reconceituação e suas principais tendências, sistematizadas por autores como José Paulo Netto, principalmente no livro “Ditadura e Serviço Social”. Objetivando contextualizar a situação brasileira em dado período histórico, a Ditadura Militar no Brasil, que iniciou com o golpe militar em 1964, influenciou diretamente no processo de mudança teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro, na busca por adequação ao contexto da autocracia burguesa (NETTO, 2005).

O referido processo de mudança no Serviço Social brasileiro foi denominado de Movimento de Reconceituação e ocorreu entre os anos de 1965 e 1975. Buscando adequar a profissão às mudanças societárias, a Reconceituação caracterizou-se como um movimento pluralista, levando em consideração a diversidade de teorias e propostas debatidas nos diversos espaços de reflexão profissional (NETTO, 2005). Para além, não foi um processo isolado no Brasil, mas de cunho Latino-Americano, que a priori era resguardada pela autocracia burguesa e não dialogava com uma perspectiva crítica a respeito do modo de produção capitalista.

O movimento em questão se estabeleceu como um processo de debate sobre novos procedimentos, técnicas e metodologias que deveriam ser pensadas para conseguir dar respostas às expressões da questão social e aos

antagonismos de classe, tanto no âmbito da prática profissional, quanto da formação profissional dos assistentes sociais (NETTO, 2005).

A Reconceituação do Serviço Social foi, sem dúvidas, um importante episódio na trajetória histórica de reflexão dos profissionais e das entidades contratantes, a respeito da prática profissional e do questionamento às bases tradicionais que acompanharam a profissão em questão, desde sua gênese. A saber, a erosão do Serviço Social tradicional, parte, majoritariamente, da necessidade de revisão das propostas teóricas e metodológicas da profissão, com o objetivo de atender melhor às demandas do Serviço Social brasileiro, que até o momento histórico apresentado, partilhava de um arsenal teórico-metodológico de teorias importadas, principalmente, da Europa e norte-americanas.

O autor Netto (2005, p. 122-123-124) apresenta que o fortalecimento do processo de industrialização e o crescimento do mercado de trabalho dos assistentes sociais, como na área empresarial, demandaram deste corpo profissional, novas exigências no campo da racionalidade, diferentes das perspectivas já dialogadas, como a humanista cristã e abstrata. Além disso, outros fatores também foram determinantes para o Movimento de Reconceituação emergir, como a subalternidade profissional dos assistentes sociais, a inserção deste corpo profissional nas universidades e a aproximação do Serviço Social com outras áreas do conhecimento (NETTO, 2005).

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas e demandas sociais e da sua sistematização, e da validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2005, p. 131).

Em adição, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1961 e o I Seminário Regional Latino-Americano do Serviço Social, que ocorreu em 1965 com o Brasil, a Argentina e o Uruguai, foram um marco no início dos Congressos e Seminários que ocorreram nos anos seguintes e que propunham discutir aspectos da formação e atuação profissional.

Nos anos de 1960, sob a tutela da ditadura militar, a categoria profissional, impossibilitada de questionar as condições políticas, sociais e econômicas da realidade brasileira, inicia um ciclo de indagações sobre o objeto, os objetivos, os métodos e os procedimentos de intervenção do Serviço Social, dando início ao movimento de reconceituação. Os encontros que marcaram esse período tiveram avanços que possibilitaram aos assistentes sociais

questionar a natureza do Serviço Social (LARA, 2008, p. 25).

Outro ponto de importante destaque em relação ao Movimento de Reconceituação, diz respeito às três principais tendências do movimento em apreço, que são: Modernização conservadora, Renovação do conservadorismo e Intenção de ruptura (NETTO, 2005). A primeira tendência refere-se ao momento histórico denominado de “modernização conservadora”, que tinha como foco a implementação de uma perspectiva positivista, funcionalista sistêmica e atrelada ao Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

A racionalidade burocrática-administrativa com que a modernização conservadora rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesmo “moderna”, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. A prática dos profissionais teve de revestir-se de características capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocráticos-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais (NETTO, 2005, p. 123).

Dessa forma, a primeira tendência do Movimento de Reconceituação partiu de uma necessidade de adequação do Serviço Social às estruturas burocráticas e administrativas do poder estatal, por isso, caracteriza-se pela aproximação com o desenvolvimento do modo de produção vigente, “operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64”. (NETTO, 2005, p. 154)

É evidente que produzir este profissional moderno implicava uma profunda rotação nos mecanismos vigentes de formação dos assistentes sociais - e dela encarregou-se a política educacional da ditadura. Com efeito, as referidas condições novas, reclamavam uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente estava vinculado ao ensino do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2005, p. 124).

Para além, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS) foi responsável por organizar dois principais Seminários que alavancaram a perspectiva modernizadora no Serviço Social, são eles: O Seminário de Araxá que, ocorreu em 1967, a partir do diálogo entre assistentes sociais que buscavam estudar a metodologia do Serviço Social, com uma teoria que fosse capaz de se adequar ao desenvolvimento do Estado. O Seminário em questão deu origem ao documento de Araxá, que explicitava a necessidade de uma

concepção teórica para a profissão, entretanto não trazia elementos puramente de ruptura com o tradicionalismo da profissão, mas sim de “captura do tradicional sobre novas bases” (NETTO, 2005, p. 168).

O segundo seminário organizado pelo CBCISS é o Seminário de Teresópolis, em 1970, que partiu do reforço a uma orientação estrutural-funcionalista de manutenção da perspectiva modernizadora, que diferentemente do documento de Araxá, propunha que tal perspectiva fosse relacionada às “pautas interventivas”, aos processos de intervenção dos assistentes sociais (NETTO, 2005, p. 178).

Em relação à segunda tendência do Movimento de Reconceituação, a “renovação do conservadorismo” vai ganhar destaque na metade dos anos 70 e no começo dos anos 80, partindo do diálogo principal com a Fenomenologia, abarcando questões relacionadas à pessoa humana e a comunidade, fortemente marcado pelo viés psicologizante e de transformação dos sujeitos para se adequarem ao modo de produção capitalista. Além disso, a renovação do conservadorismo pautava-se em um movimento contraditório de ruptura e continuidade com os aspectos históricos do Serviço Social, partilhava de elementos relacionados com os aspectos da Doutrina Católica e era extremamente crítico ao positivismo, tecendo uma “recusa dos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista” (NETTO, 2005, p. 204).

Esta segunda tendência, por mais que traga em si a cientificidade da profissão, mantém suas bases conservadoras, pois não questiona o sistema socioeconômico vigente, além de recuperar o trato com as expressões da questão social por um viés moral. Ademais, apresenta em seus documentos, outro diferencial importante em relação à “perspectiva de modernização”, que se referem ao campo da elaboração teórica, mais especificamente, a renovação do conservadorismo relaciona-se com “um esforço sistemático no sentido de produzir e/ou organizar conhecimentos para fundar as práticas profissionais” (NETTO, 2005, p. 203).

Reitera-se que, por mais que a renovação do conservadorismo se reveste de um caráter pautado na cientificidade, o autor José Paulo Netto (2005) apresenta que:

O procedimento em face da fenomenologia é o procedimento canônico na tradição histórica do Serviço Social sem qualquer contextualização sócio-histórica e ideocultural e em relação ao qual é admitida explicitamente a carência de um conhecimento aprofundado, dele se extraem as categorias que interessam a uma operação particular; não entram em linha de conta as mediações, extremamente complexas, entre a articulação sistemática de categorias na elaboração de uma compreensão filosófica da realidade construída pelo sujeito sócio-humano e a sua instrumentação parametrada

por exigências sociotécnicas e institucionais bem limitadas (NETTO, 2005, p. 215-216).

Assim, o Serviço Social neste período histórico, ancorava suas bases teórico-metodológicas em conhecimentos superficiais sobre a realidade concreta dos sujeitos, além de centrar-se na pessoa humana, na personalidade e na transformação dos sujeitos, através da interpretação fenomenológica do estudo científico, “buscando uma abordagem inspirada em um pensamento não-causal” (NETTO, 2005, p. 204).

No mais, o Seminário de Sumaré, que ocorreu em 1978 e o Seminário do Alto da Boa Vista em 1984, tiveram uma grande influência nesta fase, levando em consideração que abordaram a relação do Serviço Social com a dialética, com a fenomenologia e com a cientificidade, propondo a “reentronização do espaço profissional consagrado pela tradição e objeto da crítica modernizadora (NETTO, 2005, p. 207).

Faz-se necessário ponderar que o autor Netto (2005) tece uma crítica ao uso do termo “reconceituação”, pois de acordo com o mesmo, as duas primeiras tendências do movimento de “reconceituação” configuraram-se como uma “renovação” das bases teórico-metodológicas adotadas desde o início da profissão, principalmente no que tange o conservadorismo, desta forma, apenas a terceira vertente, a “intenção de ruptura”, poderia aproximar-se da intenção de reconceituação, uma vez que propõe o estreitamento entre o Serviço Social e teoria marxista, além de propor o rompimento com o conservadorismo e com o positivismo.

Neste viés, a terceira tendência do movimento de reconceituação, tece uma crítica ao movimento de modernização e a reatualização do conservadorismo no interior do Serviço Social, crítica que só foi viabilizada pela aproximação aos “segmentos progressistas da profissão aos movimentos sociais, de perspectivas teóricas críticas, de grupos de esquerda universitários, que questionavam o tradicionalismo na profissão” (LARA, 2008, p. 25).

A tendência supracitada, também caracterizada como Intenção de Ruptura, emergiu entre 1970 e 1980, tendo em vista a necessidade de rompimento com as bases conservadoras e com a visão positivista no interior do Serviço Social, objetivando construir novas bases teórico-metodológicas e práticas-profissionais para a profissão em apreço, questionando, também, a aproximação histórica com a profissão e os interesses da classe dominante (SILVA, 2009).

A perspectiva da intenção de ruptura, no processo de renovação do Serviço Social, objetivava romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e práticas profissionais. Nesse período, o regime militar do ciclo autocrático burguês obstaculizava liminarmente o projeto de ruptura no terreno da “prática profissional”. A reforma do Estado e a realocação profissional dos assistentes sociais não propiciavam margem para “práticas críticas” nem nos espaços do setor privado nem nos espaços setor público. Neste momento, a intenção de ruptura, como perspectiva profissional que objetiva romper com o tradicionalismo e escrever novas páginas para o Serviço Social, aproxima-se da Universidade que se apresentava como um espaço menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era, comparado aos demais, uma espécie de ponto fulcral na linha da menor resistência (LARA, 2008, p. 26).

Não só, a Intenção de Ruptura, foi uma tendência que marca a oposição à autocracia burguesa, ao período ditatorial brasileiro, logo, os debates no interior desta tendência, pautavam-se na necessidade de construir novas bases teóricas-metodológicas e práticas que deveriam estar distanciadas das perspectivas adotadas anteriormente, que deixaram fortes traços relacionados ao campo da neutralidade, do conservadorismo e da Doutrina Católica no Serviço Social brasileiro.

Assim, com o enfraquecimento da Ditadura Militar, na década de 1980, e com o avanço da inserção dos assistentes sociais nos espaços universitários e na Pós-Graduação, a pesquisa e a produção do conhecimento no Serviço Social são alavancadas, principalmente, com a aproximação às interlocuções marxistas, sendo que “um exame entre todas as vertentes, indica, sem deixar margens a dúvidas, que nenhuma delas vincula-se tão umbilicalmente à universidade como a intenção de ruptura” (NETTO, 2005, p. 250).

Nos anos 1970, o espaço acadêmico oferecia inicial solidez com a graduação e a recente pós - graduação em Serviço Social, o que proporciona um caminho um pouco mais seguro para os questionamentos e o trabalho teórico-metodológico pretendido pelos protagonistas da perspectiva da intenção de ruptura. Na Universidade, foi possível a interação intelectual entre assistentes sociais que pretendiam se dedicar à pesquisa, sem as demandas imediatas da “prática profissional” submetida às exigências e aos controles institucionais das agências empregadoras. No espaço universitário, foi possível realizar experiências supervisionadas nos campos de estágios com novas abordagens e referenciais e, principalmente, quebrar o isolamento intelectual do assistente social e viabilizar experiência de práticas autogeridas (LARA, 2008, p. 26).

Compreende-se que, a interlocução do Serviço Social com a obra de Karl Marx e dos marxistas, não iniciou somente na terceira vertente do movimento de reconceituação. Devido ao contexto histórico brasileiro de repressão e

punitivismo, marcado pelo golpe de 1964, o aprofundamento com a perspectiva crítica no Serviço Social foi limitado neste contexto repressivo.

O adensamento do debate sobre a teoria social de Marx no Serviço Social ocorreu na década de 1970, mas com um caráter tímido e sem uma aproximação fidedigna com as obras de Marx. O autor Ricardo Lara (2008) adianta que só a partir de 1980, que acontece o fortalecimento desse viés crítico, com o enfraquecimento da Ditadura e com a aproximação das (os) assistentes sociais às obras de outros pensadores que apoiavam o rompimento com as tradições críticas, como Antonio Gramsci, Georg Lukács, Agnes Heller e Edward Thompson.

O III Congresso brasileiro de Assistente Social, em 1979, apelidado de “Congresso da Virada” foi de fato um acontecimento de suma relevância ao Serviço Social, contribuindo no processo de politização e mobilização das (os) assistentes sociais com a classe trabalhadora, a partir de um acúmulo teórico e político de todo o movimento de renovação do Serviço Social, principalmente, no que tange a inserção do Serviço Social na vida acadêmica e na Pós-Graduação, possibilitando a construção de uma massa crítica, fundamentando a luta política da categoria com os interesses e necessidades da classe trabalhadora.

As implicações do III CBAS para a profissão foram extremamente ricas, tanto do ponto de vista do exercício profissional, quanto da formação, elas repercutiram na revisão dos conteúdos da formação profissional, na aderência às pautas e reivindicações dos movimentos sociais, inflexionando a adoção dos referenciais teórico-metodológicos e temáticas que transitaram da doutrina social da igreja e da sociologia funcionalista para a adoção do pensamento crítico de inspiração marxista. Forjou uma nova cultura profissional que, continha e contém, uma direção social estratégica que colide com os interesses do grande capital, expressa na atuação política das entidades representativas da categoria profissional, nos parâmetros jurídico-políticos da formação e atuação dos assistentes sociais (Códigos de Ética de 1986 e 1993; na lei de regulamentação da profissão 8662/93, nas Diretrizes Curriculares de 1982 e 1996) e na produção teórica mais consolidada da área do Serviço Social (CRESS, 2020, p. única).

O autor Ricardo Lara (2008) apresenta que a partir de 1980, a pesquisa e a produção do conhecimento passam a ter um caráter “vital” no Serviço Social, para o mesmo autor, a ABESS, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) e a criação dos Programas de Pós-Graduação (PPG), foram de suma importância para o fortalecimento da produção do conhecimento na área do Serviço Social.

A partir do avanço da pesquisa e da produção do conhecimento, principalmente, nas universidades e nos Programas de Pós-Graduação, no ano de

1980, a autora Marilda Iamamoto e o autor Raul de Carvalho elaboraram uma obra, denominada “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, financiada pelo Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), que é de extrema relevância para a compreensão da relação entre o Serviço Social e a teoria social de Karl Marx, além de abordar aspectos sobre a inserção dos assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho, sobre a atuação destes profissionais na reprodução das relações sociais do modo de produção capitalista, bem como discorrem a respeito da condição de assalariamento das (os) assistentes sociais, o debate sobre a relativa autonomia profissional, entre outras contribuições fundamentais para compreensão das categorias capital, alienação, reprodução e trabalho, sempre buscando tecer a crítica ao tradicionalismo e ao próprio modo de produção vigente.

Para além, a autora Iamamoto e o autor Carvalho (2006), tiveram grande influência na construção de um conhecimento crítico, ao passo que em 1980, com a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, ambos já demarcavam a importância da dimensão investigativa da profissão em questão e a indissociabilidade entre teoria e prática.

O Serviço Social em sua trajetória não adquire o status de ciência, o que não exclui a possibilidade e necessidade de o profissional produzir conhecimentos científicos, contribuindo para o acervo das ciências humanas e sociais, numa linha de articulação dinâmica entre teoria e prática (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 88).

No campo da formação profissional, sabe-se que os aspectos técnico-operativos eram privilegiados em relação à produção do conhecimento, a autora Nobuko Kameyama (1998), apresenta que o fomento a produção do conhecimento no Serviço Social, tornou-se uma realidade a partir dos anos 70, com a criação dos primeiros Programas de Pós-Graduação na área de Ciências Sociais e na área de Serviço Social, inicialmente atrelados ao período denominado de “modernização conservadora” (KAMEYAMA, 1998) já explicitado alhures.

Em relação aos primeiros cursos de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, ambos foram criados em 1972, o primeiro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e o segundo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), os dois PPG ofertavam o curso a nível mestrado, pois só em 1980, é criado o primeiro curso a nível doutorado na PUC/SP.

Dentro desta perspectiva, os Programas de Pós-Graduação no

Serviço Social sempre tiveram grande importância no que tange a pesquisa e a produção do conhecimento, compondo espaços de debate e discussão a respeito não só dos aspectos relacionados ao campo estritamente profissional, mas de pensar a sociedade enquanto um campo de totalidades, repleta de mediações e contradições do modo de produção capitalista que precisam ser analisadas através de um referencial teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que dê suporte a compreensão do movimento do real. Assim sendo, os cursos referenciados, proporcionam espaços “privilegiados para produção de conhecimentos e suas atividades estão ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica (KAMEYAMA, 1998, p. 40).

Afirma-se que, a pesquisa e a produção do conhecimento não devem ser reduzidas, somente, aos Programas de Pós-Graduação, ao passo que em “todas as áreas de intervenção da profissão, a pesquisa e a produção do conhecimento são as bases de aproximação com a realidade e suas complexas determinações” (LARA, 2008, p. 29).

A pesquisa passa a ser pensada a partir de sua intrínseca relação com o exercício profissional, pois se o espaço de intervenção são as expressões da “questão social”, nada mais coerente do que investigar, conhecer, compreender para depois, dentro do campo das possibilidades postas pelas determinações sociais, políticas, econômicas, culturais, realizar uma prática que tenha relevância para o segmento social atendido - pesquisa é indispensável ao assistente social em toda ação, seja na produção de uma tese na universidade ou na análise socioeconômica na instituição social. Pelo menos, assim deveria ser pensada desde a origem do Serviço Social (LARA, 2008, p. 30).

Concomitantemente ao processo de crescimento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, as primeiras marcas do marxismo na profissão detinham de uma “pobreza teórica”, uma vez que a teoria social de Marx foi colocada como um “simplificado esquema de manuais”, pois foi assimilada a um viés estruturalista que não corresponde com o arcabouço teórico deixado por Karl Marx (SILVA, 2007, p. 284).

Este período denominado de “marxismo sem Marx” também era fruto do período ditatorial e das dificuldades que o Brasil estava passando com as repressões e consequências do golpe Militar, logo, com o enfraquecimento do período militar, a crítica no interior do Serviço Social e a respectiva aproximação com a classe trabalhadora e com a teoria social de Marx, são alavancadas tanto no espaço acadêmico, quanto da prática profissional (SILVA, 2007).

Todo este debate foi apreendido no processo de intenção de ruptura e reforçado no XXI Convenção Nacional da ABESS, que aconteceu em 1979, sendo responsável por formular o currículo mínimo de 1982, através do Parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação nº412/1982. Para as autoras Portes e Portes (2017), este currículo foi benéfico no sentido de avançar o processo formativo dentro da perspectiva do conhecimento sobre a realidade social dos sujeitos.

Este projeto educacional da formação profissional considerou os determinantes estruturais e conjunturais no contexto das relações sociais no bojo do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Entendia-se que era preciso ter um posicionamento político e crítico diante das contradições inerentes ao modo de produção capitalista para saber ler e interpretar as demandas e possibilidades que se colocavam à profissão, construindo estratégias interventivas e analíticas. Houve um compromisso com a transformação da realidade social ao reconhecer a contradição e a luta de classes como categorias estruturantes dessa realidade. Além disso, o mito da neutralidade profissional foi questionado, dando densidade à formação política dos assistentes sociais ao considerar que era preciso investir na formação teórica e metodológica dos profissionais, superando o tecnicismo e a racionalidade instrumental que permearam a preparação e qualificação até os anos 1980 (PORTES; PORTES, 2017, p. 215 - 216).

Entretanto, por mais que esta nova perspectiva profissional de compreensão da realidade fosse exposta no currículo mínimo de 1982 e tenha sido escopo teórico para o Código de Ética em 1993, as autoras Lorena Portes e Melissa Portes (2017, p. 217) apresentam que este currículo de 1982, não conseguiu “materializar as premissas analíticas e metodológicas que tinha proposto”, levando em consideração que ele foi formulado com diversas unidades de ensino que eram ligadas à ABESS, que culminou em ambigüidades e contradições, tendo sido alvo de crítica por autoras como Marilda Iamamoto (1992) e Yazbek (1984).

Já em 1984, a necessidade do Serviço Social ser respaldado pela pesquisa e pela produção do conhecimento, sobre os determinantes estruturais que compõem a sociedade e a própria profissão, teve um grande impulso quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reconheceu o Serviço Social como uma área específica de pesquisa (LARA, 2008) com as seguintes linhas de investigação:

Fundamentos do Serviço Social, Serviço Social Aplicado, mais recentemente, Serviço Social do Trabalho, Serviço Social da Educação, Serviço Social do Menor, Serviço Social da Saúde, Serviço Social da Habitação. Atualmente, o Serviço Social integra, juntamente com as áreas de Direito, Comunicação, Economia, Administração, Arquitetura, Demografia

e Economia Doméstica, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas (LARA, 2008, p. 32).

Com isso, conclui-se que, entre 1970 e 1980, o Serviço Social no Brasil passou por um intenso processo de fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento, uma vez que a profissão em questão se distanciou de matrizes teóricas pautadas no conservadorismo, na filosofia neotomista e na fenomenologia e se aproximou de “matrizes teóricas que colocavam os movimentos sociais, as lutas de classes e a “questão social” como categorias de análises essenciais para o entendimento da realidade social” (LARA, 2008, p. 26).

Na década de 1990, ocorreram intensas transformações nos processos de “produção e reprodução da vida social” (ABESS, 1996, p. 6), que afetaram diretamente o trabalho dos assistentes sociais. Somado a este processo de mudança societária, a necessidade de constante avaliação e acompanhamento do currículo mínimo do Serviço Social, impulsionou os debates da categoria sobre a relevância do redirecionamento do processo formativo, assim, a década de 90 representou um momento de reforço ao “redesenho para a compreensão, direção e organização pedagógica da formação profissional em Serviço Social no Brasil, expressando uma síntese dos debates, problematizações e pesquisas” (ABESS, 1996, p. 6).

A ABESS e o CEDEPSS mobilizaram um intenso debate acerca da revisão curricular do Serviço Social, contando com o apoio representativo da categoria profissional com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos estudantes em Serviço Social através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (ABESS, 1996, p. 6). Portanto, a revisão curricular, só foi possível através de uma intensa articulação entre a categoria profissional e seu devido corpo representativo, objetivando “reafirmar os avanços do currículo anterior, bem como apontar e aprofundar novos elementos para se pensar a formação profissional pautada numa matriz teórica analítica crítica, a teoria social de Marx” (PORTES; PORTES; 2017, p. 218).

O processo de revisão curricular citado alhures, culminou na elaboração de um projeto de formação que foi expresso no documento publicado pela ABEPSS²¹ em 1996, denominado: “Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço

²¹As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, aprovadas em 1996, foram

Social” e de acordo com o documento em apreço:

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a LDB (Lei 9394) tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei. Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABEPSS,1996, p.5).

Objetivando atingir maiores padrões de qualidade na formação profissional, por conta da nova postura assumida nas Diretrizes Gerais de 1996, a pesquisa e a produção do conhecimento tiveram seu devido reconhecimento fortalecido no interior do Serviço Social, pois inicia-se um movimento de reconhecimento do significado social da profissão, inserido na divisão social e técnica do trabalho, sujeito às dominações/explorações provenientes do modo de produção capitalista, além da imersão dos assistentes sociais ao reconhecimento das relações sociais entre as classes sociais e da necessidade de referenciar a historicidade do Serviço Social atrelado ao contexto socioeconômico vigente.

Percebe-se que, ao assumir esta nova postura, torna-se imprescindível o fortalecimento da postura investigativa e interventiva da profissão atrelada às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como a única maneira possível de efetivação da práxis profissional (NETTO, 2011).

Ainda sobre as Diretrizes Gerais, as autoras Lorena Portes e Melissa Portes (2017), ressaltam que:

A proposta curricular da Abess organiza-se em eixos formativos: estruturantes e transversais. Os eixos estruturantes são considerados aqueles fundamentais, os pilares da formação, que devem dar a direção e a sustentação teórica, ética e política do processo formativo. Traduzem questões próprias do modo de produção capitalista, a produção e reprodução das relações sociais e a sociabilidade burguesa como forma de construir um processo de ensino-aprendizagem que leve em consideração a vida social e as contradições presentes na realidade. Os eixos transversais favorecem a interdisciplinaridade, buscando integrar temas deixados à margem do processo educacional. Possibilitam o acesso a saberes específicos, não ficando restritos a um ou outro componente curricular. São

estabelecidas pela ABESS, no mesmo ano em que a Associação Brasileira de Ensino se transforma em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), como forma de fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação;

transversais porque pretendem desenvolver conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, como está explicitado nas direções constitutivas do exercício e da formação profissional: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (PORTES; PORTES; 2017, p. 218).

Nesta seara, “o pressuposto central das Diretrizes em apreço é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional” (ABEPSS, 1996, p. 08). Além disso, a parte inicial do documento das Diretrizes Gerais apresenta quatro pressupostos da formação profissional, onze princípios da formação profissional e cinco diretrizes curriculares.

Dentre estes onze princípios da formação profissional, os que mais chamam atenção, em relação ao processo de fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento crítico, são: a dimensão investigativa e interventiva como condição central da formação e das devidas aproximações entre teoria e prática, a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, a ética perpassando, fundamentalmente, a formação curricular, além da indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e do “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 07).

Não menos importante, as cinco diretrizes curriculares expressas nas Diretrizes Gerais de 1996 são:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 07).

Percebe-se que para efetivar o projeto de formação, as Diretrizes Gerais de 1996, propõem que é essencial a adoção de um leque de conhecimentos indissociáveis que formam núcleos de fundamentação para promover as devidas mediações entre teoria e prática “que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 1996, p. 10). Neste contexto, a dimensão investigativa passa a ser indissociável do Serviço Social, levando em

consideração que este é corpo profissional requisitado a trabalhar com o entendimento e o enfrentamento às expressões da questão social. A autora Yolanda Guerra (2009, p. 17) apresenta que a dimensão investigativa:

questiona, problematiza, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão.

Com isso, a pesquisa torna-se essencial para a realização da “sistematização teórica da realidade social” distanciada do pragmatismo e associada com a teoria social de Marx (LARA, 2008, p. 31).

As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social delimitam claramente o campo de formação profissional e evidenciam os componentes principais que são as dimensões: teórico metodológica, técnico-operativa e ético-política. O assistente social deve estar capacitado para apreender, pela perspectiva da totalidade, as determinações da vida social da sociedade burguesa, o processo histórico da sociedade brasileira, o significado social da profissão e das suas demandas, a sua especificidade na divisão social do trabalho e, principalmente, compreender a estatura política que envolve a profissão. O projeto ético-político protagoniza valores bem articulados com os movimentos sociais, a classe trabalhadora e faz opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (LARA, 2008, p. 32).

Entende-se que, as Diretrizes Curriculares de 1996 elevaram a dimensão investigativa e interventiva das (os) assistentes sociais, objetivando contribuir para a formação e para a prática desses profissionais enquanto sujeitos históricos, inseridos na sociabilidade capitalista. Ademais, para ser possível subsidiar a pesquisa e a produção do conhecimento crítico, é imprescindível a adoção de um referencial teórico-metodológico que dê suporte à apreensão do movimento do real (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985).

De fato, é importantíssimo destacar que o avanço da pesquisa e da produção do conhecimento no interior do Serviço Social, deu-se através da adoção de um caráter teórico-metodológico pautado na perspectiva da totalidade, de um "exercício crítico que não abdica ou super valoriza a razão humana" (SILVA, 2007, p. 288), ou seja, adoção de uma perspectiva social crítica que dê suporte a "lógica da coisa" (SILVA, 2007, p. 288).

Este novo perfil de profissional, entre outras exigências, determina a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao ethos do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional (GUERRA, 2009, p.03).

A partir da aproximação com a teoria marxiana, a pesquisa e a produção do conhecimento devem ter a capacidade de dialogar criticamente a realidade concreta dos sujeitos inseridos no modo de produção capitalista. Desta forma, compreende-se que as dimensões investigativas e interventivas do Serviço Social pautam-se na construção de um conhecimento que consiga refletir para além da aparência e do imediato, às demandas e vulnerabilidades da classe trabalhadora (SILVA, J, 2007).

A inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar de tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx (NETTO, 2009, p. 693).

Nesta senda, a pesquisa precisa possibilitar as contínuas aproximações com a totalidade concreta e o conhecimento teórico deve apreender o objeto em sua própria existência. Com base nessas informações, a produção do conhecimento deve se debruçar sobre a necessidade de perquirir a realidade o tempo todo, sobre suas determinações dinâmicas e contraditórias, uma vez que “sem contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação (NETTO, 2011, p. 57).

Por isso, a autora Guerra (2009) apresenta que as relações sociais só podem ser compreendidas, a partir da historicidade dos processos sociais, da particularidade do conhecimento sobre o ser social e de um método que permite conhecer estes elementos, logo, a autora referenciada coloca que o conhecimento oriundo da razão crítico-dialético compõe o nível mais alto do conhecimento.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado” (GUERRA, 2009 p. 08).

Além disso, é importante demarcar que o conhecimento fundado na razão dialética, tem por objetivo capturar a lógica do objeto de estudo, bem como seu movimento, para desvelar seu processo constitutivo, seus fundamentos e sua capacidade de transformação. A autora Kameyama (1998, p. 09), expõe que o conhecimento teórico crítico tem maiores possibilidades de ser mais universal e de conseguir apropriar-se da realidade com a utilização de categorias de análise, “buscando captar e reproduzir o real por meio do pensamento”.

É, portanto, fundamental que a dimensão investigativa e interventiva do Serviço Social, sejam capazes de tecer as devidas aproximações com o materialismo histórico dialético que articula, simultaneamente, o método crítico-dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução (FERREIRA; SANTANA, 2018).

Faz-se necessário, ainda, ressaltar que o método em Marx não é composto por regras e/ou um “passo-a-passo” aplicável, mas constitui-se enquanto instrumentos que possibilitam compreender a unidade dos diversos. Este modo de explicar a realidade pauta-se no ponto de vista ontológico, ou seja, parte da vida real dos sujeitos que vivem “em dada historicidade construída a partir de um determinado legado sócio-histórico” (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 184).

O que vem a ser essa teoria? Pode-se dizer que a teoria é a forma de organização do conhecimento científico que nos proporciona um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, ideias, referentes à essência do objeto, a suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade (KAMEYAMA, 1998, p. 100).

Logo, o método em Marx busca manter-se em contínuo movimento de reconstrução das categorias ontológicas do ser social (LUKÁCS, 2012). Destaca-se que as categorias existem em si, independentemente da visão do pesquisador sobre o mundo, configurando-se, desta maneira, enquanto estruturas que a razão extrai do real, tornando-se estruturas complexas e ativamente reais, assim, são constitutivas da realidade e “expressam formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011, p. 59).

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 1985, p. 106).

No mais, as categorias de análise, formam as reconstruções possíveis da dinâmica do real em dada historicidade e não podem ser confundidas com amontoados de mediações da vida cotidiana, pois as categorias e a razão dialética, orientadas ontologicamente, “indicam que não se tratam apenas de relações imediatamente postas, mas de relações universais, socialmente explicadas, que remetem ao funcionamento de dada ordem social” (SANT’ANA; SILVA, 2013, p. 189).

Diferentemente de Hegel, Marx apreende a realidade como ponto de partida concreto que, reproduzido pelo pensamento, assume a feição de concretude pensada, de reprodução ideal de um dado ser que é, ele próprio, complexo e multidimensional e que não se apresenta enquanto totalidade de relações à intuição ou à empiria, demandando ser decifrado. Destes objetos, processos ou relações objetivos, existentes em si mesmos, salienta-se, antes de tudo, a contradição que lhes é imanente. Dito de outra forma, a ontologia estatutária marxiana parte da objetividade, a qual remete, simultaneamente, à concretude sensível e ao vir a ser contraditório e relacional. Em Marx, portanto, a análise é sempre concreta e de uma situação concreta, bem como ser é sempre ser objetivo (NOELI, 2014, p. 47).

Por certo, o materialismo histórico dialético possibilita realizar uma análise crítica sobre as relações sociais, objetivando a totalidade e a busca incessante pela captação das mediações que auxiliam no processo de aproximação com o concreto pensado, superando a visão empírica sobre o objeto (CISNE, 2018). Desta forma, “é preciso, portanto, reconstruir mentalmente – o mais fielmente possível – a totalidade do movimento da realidade complexa e contraditória que, por sua vez, possui uma dinâmica própria que não é abstratamente criada (SILVA, 2007, p. 288).

O marxismo não operou a dinamização da imutável substância, mas definiu como "substância" a dinâmica mesma do objeto, a sua dialética. Por conseguinte, conhecer a substância não significa reduzir os "fenômenos" à substância dinamizada, vale dizer, a algo que se esconde por detrás dos fenômenos e que deles não depende; significa conhecer as leis do movimento da coisa em si. A "substância" é o próprio movimento da coisa ou a coisa em movimento (KOSIK, 1969, p.28).

Este processo de superação da aparência é o processo do conhecimento que visa apreender a totalidade existente sobre a forma da razão, compreendendo que o conhecimento gnosiológico e a ontologia devem compor uma unidade, logo “desvendar o real é aproximar continuamente as categorias no plano do pensamento à sua contrapartida como constituinte do real, mediante uma luta com outras interpretações” (FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 78).

A totalidade concreta deve ser compreendida como a união de complexos sociais que vão se estabelecendo na sociedade, contida na dinâmica da vida social dos sujeitos, inseridos em dada sociabilidade alienante, ela significa: “a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1969, p. 35).

A totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução mental do realmente existente, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática; ao contrário, são a realidade “formas de ser, determinações da existência” elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas, dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto intensivo quanto extensivo (LUKÁCS, 1979, p. 28).

Nesta lógica, a pesquisa de caráter histórico ontológico exige um pesquisador apto a perquirir obstinadamente toda a complexidade de relações e processos. Para além,

O método marxiano do conhecimento pressupõe necessariamente duas vias: parte do conjunto de apreensões imediatas de certo objeto e, analiticamente, segue por meio de “[...] abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples” (MARX, 2008, p. 258). Porém, “[...] chegado a esse ponto, teria que fazer a viagem de modo inverso[...]” (MARX, 2008, p. 258) em direção ao objeto da representação inicial, mas agora “[...] como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 2008, p. 258). Em suma, das representações abstratas, reproduz-se o concreto no pensamento (MARX, 2008 apud FERREIRA; SANTANA, 2018, p. 75).

Por isso, a totalidade deve operar-se envolvendo, de maneira articulada três dimensões, são elas: a universalidade entendida enquanto relações universais, socialmente explicadas, como uma “totalidade complexa composta de totalidades parciais”, a singularidade, que possui um caráter essencial na reconstrução do real, mas sozinha, torna-se insuficiente para desvelar as categorias postas na realidade concreta, pois se expressa como um complexo aparentemente simples do movimento do real (KAMEYAMA, 1998, p. 11). Não só, a particularidade que é o campo das mediações, “das conexões explicativas realmente existentes e mentalmente construídas pela razão ontológica” (SANT’ANA; SILVA, 2013, p.189).

O ideal epistemológico, a construção elaborada para captar as mediações do movimento do real, consiste em um movimento simultâneo entre: o caminho da aparência para a essência, que consiste na capacidade de enxergar para além de como os fenômenos se apresentam. Do universal para o particular e

do particular ao universal, no qual o universal é entendido enquanto um plano de determinações gerais que se expressam nos fenômenos e o particular como princípio específico do objeto, no campo da singularidade e que não são percebidas de imediato, levando em consideração que a aparência dos fenômenos. Por fim, do abstrato, do factual, do imediato para o concreto, visto como produto da análise do empírico, a totalidade constitui-se como a apreensão do todo existente na realidade. A respeito deste assunto, o autor Kosik (1969) apresenta que:

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional): é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatidade, da evidência e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade. O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto . O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões (KOSIK, 1969, p.30).

Por este ângulo, o autor Karel Kosik (1969, p.39) aponta que a dialética materialista não é o momento da redução e sim da reprodução “espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e das explicações dos fenômenos culturais, partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”. Com isso, “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 22). Portanto, a teoria e o método de Marx buscam o entendimento da realidade para além da aparência dos fenômenos, captando as determinações que configuram a essência do objeto estudado, no caso desta Dissertação, da violência contra as mulheres.

Para a autora Kameyama (1998), a teoria marxiana já possui em si o método do conhecimento embutido, assim, o método referenciado e os estudos teóricos estão interligados e dependem um do outro, tornando essencial que os assistentes sociais e docentes não se apropriem somente da teoria, mas também deve haver um aprimoramento do método de análise.

A opção por uma determinada teoria, portanto, e em consequência, pelo método proposto por ela, é também uma escolha política, ou seja, a dimensão ético-política não pode ser concebida separada da dimensão

teórico-metodológica. A dimensão teórico-metodológica da profissão está diretamente relacionada com o processo de intervenção. Igualmente o projeto ético-político da profissão tem orientado as bases teórico-metodológicas, na medida em que pretende despertar o profissional de Serviço Social para o seu compromisso com a população excluída, na perspectiva de tornar-se um intelectual orgânico que atua na viabilização e no fortalecimento do saber e do poder popular no cotidiano (LISBOA; PINHEIRO, 2005, p. 205).

Evidencia-se que para compreender a realidade posta, é necessário acompanhar o movimento do método em apreço, para conseguir desvelar o máximo possível as determinações do objeto em estudo, buscando compreender a totalidade de determinações e as relações estabelecidas. Assim sendo, o “conhecimento converte o todo caótico em concreto pensado” (KAMEYAMA, 1998).

Ademais, a perspectiva materialista histórica crítico dialética é a única que produz a questão da revolução, pois, de acordo com Marx, o capitalismo é um modo de produção impossível de ser humanizado, uma vez que seus elementos fundantes pautam-se na dominação/exploração de uma classe social em detrimento da outra. Desta forma, o conhecimento a teoria marxiana está ligada à ideia de transformação societária, pois faz parte de um conjunto de princípios e exigências que conduzem os sujeitos no processo de conhecimento histórico e estrutural das condições estabelecidas socialmente. Destaca-se que a teoria em si não transforma o mundo, mas pode contribuir desde que seja entendida através daqueles que visam de verdade tal transformação concretizando, assim, a prática como atividade racional e social dos homens frente à transformação da natureza e da sociedade (FERREIRA; SANTANA, 2018).

A transformação do real, do imediatamente posto, para o concreto pensado exige a construção de um ideal epistemológico para superação das singularidades e desvelamento das particulares, uma vez que as determinações de classe se materializam em todas as regiões, todavia são atingidas com particularidades que não devem ser abandonadas no processo de perquirir instintivamente o real. Para ser possível estabelecer tais conexões, a pesquisa e a produção do conhecimento demandam um arsenal teórico capaz de respaldar estas abstrações, por isso a adoção da teoria social de Marx no bojo do Serviço Social foi capaz de trazer a pesquisa para o campo ontológico, objetivando auxiliar este profissional no processo de reconstrução das múltiplas mediações necessárias para entender as questões profissionais.

Conforme explicitado, o contato do Serviço Social com as produções

marxistas ocorre na década de 1980 e 1990 do século XX e até nos dias atuais, século XXI, é notório os benefícios deixados por essa aproximação que foi de extrema influência no Projeto Ético Político da profissão, nas Diretrizes Curriculares, no Código de Ética profissional, entre outros instrumentos jurídico-normativos. Após a aproximação com a teoria marxiana, entende-se que a pesquisa e a produção do conhecimento em Serviço social pautam-se na construção de um conhecimento que consiga refletir para além da aparência, as demandas e vulnerabilidades da classe trabalhadora, tendo em vista o modo de produção vigente (SILVA, J, 2007).

Para a autora Agnes Heller (1989) a práxis profissional das (os) assistentes sociais realiza-se no cotidiano, espaço nebuloso e caótico repleto de determinações. A práxis profissional deve estar em consonância com a produção do conhecimento em Serviço Social, levando em consideração as respostas exigidas, frente à realidade concreta posta cotidianamente no exercício profissional, além de “realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos” (GUERRA, 2009, p. 14).

Ademais, para refletir sobre a práxis profissional das (os) assistentes sociais é de suma importância levar em consideração que, tais profissionais, devem respaldar suas ações no materialismo histórico dialético e no Projeto Ético Político (PEP), que compõe-se por um leque de instrumentos normativos que constitui a matriz curricular do Serviço Social, além de orientar as ações profissionais das (os) assistentes sociais. Os instrumentos normativos supracitados, que constituem o PEP, são: a dimensão jurídica normativa, que viabilizam o arsenal legal e institucional da profissão, como o Código de Ética Profissional do Assistente Social, a Política de Estágio profissional, além das Legislações que orientam as áreas de atuações como a Lei Orgânica da Assistência Social Lei nº 8742/1993 (LOAS), a Lei nº 8662/1993 que Regulamenta a profissão em apreço (CFESS\CRESS, 2012).

A segunda dimensão denominada como dimensão político-organizativa, resulta nas entidades representativas da profissão como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Não menos importante, a terceira dimensão caracteriza-se a respeito do devir ético com a pesquisa e a produção do conhecimento, uma vez que a práxis profissional só vai encontrar condições objetivas quando os assistentes sociais, vinculados a teoria crítica, se debruçarem sobre o amplo arsenal de assuntos e

expressões da questão social que a profissão lida cotidianamente (CFESS\CRESS, 2012).

Daí entendermos que a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita (GUERRA, 2009, p. 12).

Entende-se que, como o Serviço Social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, buscando desvelar as razões dos processos de pauperização, antagonismos de classes, desigualdade social, violência contra as mulheres e o racismo estrutural, por exemplo. Assim, compreende-se que a práxis profissional deve fundamentar-se na teoria social crítica dialética de Marx, para conseguir dialogar criticamente com a realidade dos sujeitos, desenvolvendo conhecimentos que se pautam na realidade social, com foco em conhecimentos pertinentes tanto à prática e formação profissional quanto às demandas da população, para os assistentes sociais serem capazes de ir além do imediato das demandas apresentadas, para formulação dos instrumentos, técnicas e conhecimentos que devem orientar a prática profissional.

Por isso, as ações investigativas são elementos constitutivos do Serviço Social, como uma condição para a qualificação do exercício profissional. As (os) assistentes sociais devem compreender a intrínseca relação entre teoria e prática para ser um profissional capaz de refletir de forma crítica sobre a realidade posta, possibilitando refletir e atuar sobre as expressões da questão social (GUERRA, 2009).

Como já trabalhado no capítulo anterior, caracteriza-se o fenômeno da violência contra as mulheres como uma das expressões da questão social no sistema capitalista-patriarcal-racista, nesta lógica, a pesquisa torna-se um instrumento essencial para conhecer, explorar e sistematizar os dados sobre a referida violência e a produção de um conhecimento deve ser o mais fidedigno possível com as condições reais de vida das mulheres inseridas em uma sociedade pautada na tríade de dominação/exploração: classe, raça/etnia e ordem patriarcal de gênero.

Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se

estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica (GUERRA, 2009, p. 18).

Por isso, para exercer uma atuação competente junto às inúmeras demandas das mulheres, submetidas às situações de violência, pelo fato de serem mulheres, as (os) assistentes sociais devem ter suas ações respaldadas pela dimensão investigativa para respaldar o processo interventivo, objetivando conseguir tecer as devidas análises sobre o contexto das relações que constituem o modo de produção vigente, a fim de produzir respostas efetivas à violência em questão, através do entendimento das vulnerabilidades socialmente construídas, entendendo a violência contra as mulheres em suas bases econômicas, sociais, culturais e institucionais.

As diversas formas de violência contra as mulheres tornaram-se um objeto de intervenção dos assistentes sociais, ao passo que se concretizam como um fenômeno cotidianamente posto sobre o qual o Serviço Social deve estar em constante capacitação para formular um conjunto de reflexões e de proposições para a intervenção junto às mulheres que sofrem violência doméstica, violência sexual, violência patrimonial, entre outras formas de violência acometida contra as mulheres pelo modo de produção capitalista, pela ordem patriarcal de gênero e pelas marcas do racismo na sociedade atual.

As bases teórico-metodológicas do Serviço Social, bem como o Código de Ética da profissão são essenciais para proporcionar as direções fundamentais para tecer as explicações e interpretações da vida real, visando propor estratégias suficientemente capazes para intervir junto às expressões da violência contra as mulheres. Ainda, o Código de Ética do Serviço Social também se constitui enquanto um marco orientador na profissão “na medida que explicita a dimensão ético-político que os profissionais devem assumir perante os usuários, através de seus onze princípios fundamentais” (LISBOA; PINHEIRO, 2018, p. 203).

No que se refere ao projeto ético-político do Serviço Social, este aporte orienta os profissionais a discutir estratégias e encaminhamentos para as mulheres que sofrem e/ou sofreram alguma situação de violência, objetivando a entrega de um atendimento de qualidade e comprometido com os direitos das usuárias dos serviços que atendem as demandas provenientes da situação

endêmica da violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

Não menos importante, o projeto ético-político também fortalece a necessidade dos assistentes sociais em fomentar as instâncias de luta por políticas públicas que possam respaldar as necessidades de tais mulheres, bem como busca incentivar as mulheres a participarem dos movimentos que visem a erradicação das formas de violência na sociedade, principalmente, no que se refere às situações de violência provenientes da tríade de dominação, “para tanto, é essencial que sejam aprofundados os conhecimentos teóricos sobre o objeto de intervenção da prática, para uma atuação competente e compromissada com o projeto ético-político” (LISBOA; PINHEIRO, 2018, p. 200).

[...] o projeto ético-político da profissão tem orientado as bases teórico-metodológicas, na medida em que pretende despertar o profissional de Serviço Social para o seu compromisso com a população excluída, na perspectiva de tornar-se um intelectual orgânico que atua na viabilização e no fortalecimento do saber e do poder popular no cotidiano (LISBOA; PINHEIRO, 2018, p. 205).

Conclui-se que, o Serviço Social constitui-se enquanto uma profissão interventiva que possui um leque de instrumentos técnico-operativos que materializam a prática desses profissionais junto às mulheres que sofrem violência, dentre eles, a pesquisa - tanto qualitativa quanto quantitativa - constitui-se enquanto um importante instrumento que viabiliza “conhecer, explorar e sistematizar os dados” e a produção do conhecimento, consequência deste processo de pesquisa, permitem vislumbrar a violência contra as mulheres para além do senso comum, situando a violência em questão em seus respectivos agente causadores e tencionadores, objetivando a “transformação da sociedade, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, raça/etnia e gênero” (SANTOS, 2013, p. 03).

3.4 Os Programas De Pós-Graduação Em Serviço Social No Brasil

O Serviço Social além de uma profissão regulamentada, também se caracteriza como uma área do conhecimento. A data oficial da regulamentação desta profissão, em âmbito brasileiro, aconteceu em 1953 e desde então, duas competências profissionais têm destaque. Em resumo, a primeira competência refere-se à atuação no âmbito das políticas públicas e privadas e a segunda envolve o planejamento, a execução e a avaliação de pesquisa que possam contribuir para a análise da realidade social dos sujeitos e para subsidiar ações profissionais (BRASIL, 2017).

Como já explicitado no capítulo anterior, a CAPES e o CNPq elencaram o Serviço Social como uma área do conhecimento, entre os anos de 1970 e 1980, fato que influenciou diretamente no crescimento dos PPG, momento que configurou o Sistema Nacional de Pós-Graduação e a implementação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (BRASIL, 2017). Ademais, a inclusão do Serviço Social como uma área do conhecimento é mais do que um mero procedimento burocrático-administrativo, o relatório quadrienal de 2017 aponta que:

Esta inclusão reconhece a luta da categoria em prover status acadêmico a uma profissão que se legitima por meio de sua dimensão interventiva na divisão sócio técnica do trabalho. Cumpre reconhecer o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dos programas de pós-graduação, dos pesquisadores e de todas as coordenações da área na Capes na luta pela legitimação do conhecimento produzido pela área (BRASIL, 2017, p. 05).

Logo, o trabalho da ABEPSS, dos Programas de Pós-Graduação, dos pesquisadores e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) devem ser reconhecidos como fundamentais para o fortalecimento e legitimação do conhecimento que é produzido pelo Serviço Social nas articulações internas à categoria profissional, externas e institucionais (BRASIL, 2017).

Nesta seara, é possível elencar dois fatos principais que fomentam o crescimento dos PPG, o primeiro deles refere-se à revisão curricular que foi encaminhada pela ABESS em 1979, que ao assumir uma perspectiva crítica, propõe um aperfeiçoamento do corpo profissional, além da intenção de ruptura com a tradição norte-americana. O segundo fator de crescimentos dos PPG no Brasil desenvolveu-se através do processo de integração dos cursos de caráter confessional ao sistema federal de ensino superior, entre 1960 e 1970, que

ocasionou “maior preocupação com a produção do conhecimento de forma mais sistemática e, conseqüentemente, com a formação pós-graduada (BRASIL, 2017, p. 05).

Outro aspecto relevante para compreender a expansão da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil é o fato de que a expansão nacional dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil acompanhou a expansão das Instituições de Ensino Superior no país (BRASIL, 2017).

O Relatório de Avaliação da Quadrienal (2013-2016) publicado em 2017, apresenta que o crescimento percentual dos PPG na área de Serviço Social no Brasil, entre os anos de 1996 e 2016 foi equivalente a 280%, passando de doze para trinta e quatro PPG e o corpo docente era formado por cerca de 49% de docentes doutores em Serviço Social, os demais eram de outras áreas (BRASIL, 2017).

Em síntese, a situação dos 34 PPG em relação à área básica, em 2016, era a seguinte: 23 Programas em Serviço Social (67,6%); 06 em Política Social (17,6%); 03 em Políticas Públicas (8,8%) e 02 em Economia Doméstica (5,9%). À exceção dos 02 Programas em Economia Doméstica, os outros 32 PPG guardam interlocução com o objeto do Serviço Social e suas interfaces com a política social e as políticas públicas (BRASIL, 2017, p. 06).

Ainda de acordo com o Relatório supracitado, é possível vislumbrar que em 2016 os trinta e quatro PPG eram distribuídos da seguinte maneira:

12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste do Brasil (BRASIL, 2017, p. 07).

Percebe-se que a expansão dos PPG referenciados, tem como influência direta o processo de renovação acadêmica e profissional que se engendrou na profissão, que teve como viés a aproximação com a perspectiva crítica, principalmente no Movimento de Reconceituação, em sua terceira tendência, denominada de Intenção de Ruptura, que buscou romper com o conservadorismo e com os aspectos da Doutrina Católica que ainda pairavam sobre a profissão e afastaram o conhecimento crítico a respeito das contradições da sociedade capitalista (BRASIL, 2019).

A Pós-Graduação da área de Serviço Social é convergente com o processo histórico da profissão e sua configuração como área de conhecimento. Atua na defesa e no fortalecimento da esfera pública, com ênfase no sentido público e socialmente relevante da produção de conhecimento e sua necessidade de financiamento público estatal. Nas produções bibliográficas e técnicas da área, destaca-se a potencialidade para apreensão das

problemáticas que expressam as desigualdades socioeconômicas no país e a proposição de mecanismos e formas públicas de enfrentamento a essas desigualdades, bem como a formação de recursos humanos capazes de intervir qualificadamente nas expressões da questão social em níveis local, regional e nacional (BRASIL, 2019, p. 21).

Já no ano de 2018, ocorreu, através da apreciação da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), pela CAPES, a instauração de três novos PPG, dois em Serviço Social e um em Política Social, para além foram aprovados três Programas de Mestrado em Serviço Social e a aprovação, no mesmo ano, do curso de Doutorado em Serviço Social na UFJF. Ainda, 55,6% dos trinta e seis PPG existentes no Brasil, oferecem o curso a nível Mestrado e a nível Doutorado. (BRASIL, 2019).

Em síntese, a área de Serviço Social, em 2018, contabilizou 20 Cursos de Doutorado (PUC/RS, PUC/SP, PUC-Rio, UFMA, UFRJ, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UFF, FUFPI, UFES, UFV, UEL, UFSC, UCPel, UFRN, UFPA, UFAL e UFJF) e 36 Cursos de Mestrado, todos acadêmicos (BRASIL, 2019, p. 07).

De acordo com a Plataforma Sucupira, em 2023, o quadro dos Programas de Pós-graduação permanece o mesmo, sendo formado por trinta e seis PPG. Deste número total de PPG, dezesseis deles ofertam o curso apenas a nível Mestrado acadêmico e vinte PPG ofertam o curso a nível Mestrado e Doutorado, ambos na modalidade acadêmica. Faz-se necessário ressaltar que, os dados apresentados no Documento de Área 32 do Serviço Social (2019) demonstram que os cursos de Doutorado, no Brasil, tiveram um percentual de crescimento maior que 1000%, entre 1980 e 2017.

Não só, o caráter disciplinar dos cursos de Doutorado em Serviço Social no Brasil, também chama atenção, tendo em vista que 70% dos Doutorandos são graduados em Serviço Social, o que demonstra tamanha relevância dos PPG para a profissão. Este dado representa a dimensão investigativa e a dimensão interventiva da profissão, ao passo que as investigações se articulam em um movimento de busca pela unidade teórica/prática que seja capaz de enfrentar as dinâmicas postas na sociedade regida pelo capital e os seus respectivos desdobramentos para os sujeitos e para o âmbito profissional do assistente social.

Ainda, a inserção dos PPG e seus respectivos núcleos de pesquisa no interior do Serviço Social foram fundamentais para a produção científica em diversas áreas do conhecimento, levando em consideração a expressão e amplitude temática pesquisada por estes sujeitos no processo de pesquisa e a produção do

conhecimento crítico. Na medida em que, a sociedade mantém-se em constante movimento, a dimensão investigativa e interventiva dos assistentes sociais deve buscar acompanhar essas mudanças, uma vez que o Serviço Social está intimamente relacionado com as expressões da questão social (LARA, 2008).

De acordo com a pesquisa realizada pelas autoras Carvalho e Silva (2005, p. 204), as áreas de concentração e as linhas de pesquisa dos PPG em Serviço Social no Brasil "são eixos geradores e articuladores dos planos de Curso, dos projetos pedagógicos e das atividades de pesquisa e produção de conhecimento" nos referidos PPG. As pesquisadoras supracitadas analisaram o contexto dos PPG entre 2001 e 2003, bem como os eixos temáticos trabalhados. Assim, entre 2001 e 2003:

Os eixos temáticos centrais dos Programas de Pós-Graduação são representados pelo Serviço Social e a Política Social, seguidos de Estado/Instituição e dos Direitos Sociais, com destaque aos movimentos sociais, sujeitos privilegiados das políticas sociais e dos processos sociais em geral. Por outro lado, verificamos, no campo estudado, fragmentação de temáticas e pouca incidência de temas relevantes na atualidade para o Serviço Social Brasileiro, como exclusão social e pobreza, assistência social, saúde, seguridade social, gênero, família, criança e adolescente (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 205).

Desta forma, entende-se que os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil formam um espaço privilegiado de produção do conhecimento, tanto no que se refere às expressões da questão social quanto aos aspectos teóricos-metodológicos da profissão em debate, levando em consideração a pesquisa científica que respalda tal conhecimento. Para além, as contribuições desta dimensão investigativa do Serviço Social, contribui para as Ciências sociais como um todo, ao passo que pesquisa assuntos relacionados ao "trabalho, reestruturação produtiva, Proteção social, Seguridade Social, avaliação e análise de políticas e programas sociais" (GARCIA; FERNANDEZ, 2018, p. 272).

Para dialogar a respeito da Pós-Graduação, é necessário apresentar que a racionalidade empresarial, ocasionou uma reestruturação da organização interna das Universidades, readequando o sistema educacional a um processo de crescimento da perspectiva modernizadora capitalista. É sabido que a crise de acumulação de capital ocasionou a retomada do liberalismo, neste sentido, a conjuntura política pós 1970 elevou o neoliberalismo a outro patamar, ganhando espaço na conjuntura internacional e nacional. De acordo com os autores Dardot e Laval (2016) o neoliberalismo define-se enquanto um conjunto de discursos práticos

e dispositivos que vão determinar um novo modo de governo seguindo o princípio universal da concorrência. Não somente, o neoliberalismo ao tornar-se um discurso hegemônico, influenciou diretamente na forma com as pessoas compreendem o mundo, uma vez que se mantêm, dentre outros aspectos, a partir da afirmação da ideologia dominante capitalista e da naturalização destas nas relações sociais.

A mercantilização, proveniente do neoliberalismo, está presente em todas as esferas da vida social, inclusive na educação (PEREIRA, 2007). Com o aprofundamento do neoliberalismo e a Reforma do Estado Brasileiro, em especial ao que tange o ensino superior, demarcou-se que a educação não era mais de responsabilidade exclusiva do Estado, definindo a educação como um serviço que pode ser privado ou privatizado (CHAUÍ, 2003).

Outros fatores tiveram influência do avanço do neoliberalismo, principalmente no que diz respeito à implementação dos Mestrados Profissionais que “titulam para o mercado de trabalho e contribui com o alcance da meta do país no que se refere ao aumento do número de titulados. Nestes, em razão da sua natureza, formato e objetivos, a pesquisa inovadora e autônoma desaparece” (GUERRA, 2012, p. 01). A crítica realizada pela mesma autora, apresenta que esta modalidade profissional inserida nos Mestrados obedece à lógica mercantilista, pragmática e instrumental e responde as necessidades do modo de produção capitalista (GUERRA, 2012). Por isso, reitera-se que nesta Dissertação de Mestrado, foram selecionados os Mestrados acadêmicos para compor o quadro de análises das produções, por compreender que estes são espaços de fomento a pesquisa e a produção do conhecimento.

A partir dessas informações, o autor Abreu (2016), apresenta que este processo de mercantilização da educação é responsável pela precarização das relações de trabalho no interior das instituições e impulsionam o surgimento da graduação em instituições privadas e/ou de ensino a distância o que provoca uma baixa significativa na qualidade do ensino, além de impulsionar os financiamentos nas instituições de ensino privadas. Por isso, perpassa pelo ensino superior, em especial pela Pós-Graduação em Serviço Social, a necessidade de enfrentar este discurso neoliberal, através do fortalecimento da pesquisa e da produção do conhecimento, respaldados pela perspectiva materialista histórico-dialética, objetivando compreender as relações estruturais que perpassam o sistema patriarcal-capitalista-racista.

Neste cenário, faz-se necessário expor, novamente, a importância do processo de Intenção de Ruptura, engendrado no Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, que se respaldou pela crítica ao movimento de modernização e a reatualização do conservadorismo no interior da profissão, pautando-se na necessidade de construir novas bases teórico-metodológicas e práticas que deveriam estar distanciadas das perspectivas adotadas anteriormente, que deixaram fortes traços relacionados ao campo da neutralidade, do conservadorismo e da Doutrina Católica no Serviço Social brasileiro. Assim, a produção do conhecimento no bojo o Serviço Social deve reafirmar-se constantemente como parte de um movimento histórico de análise das expressões da questão social, no marco das relações entre o Estado e a sociedade civil e orientar-se através da realidade concreta dos sujeitos inseridos em dada sociabilidade.

Ademais, os primeiros Cursos de Pós-Graduação a nível Mestrado no país, foram implementados em 1972, na região Sudeste do Brasil, mais especificamente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), posteriormente, em 1976 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também engendrou o Curso de Pós-Graduação em Serviço Social a nível Mestrado (DOCUMENTO DA ÁREA, 2019).

Em adição, a região Sul do Brasil foi contemplada com o Curso de Pós-Graduação a nível Mestrado em Serviço Social em 1977, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Nos anos seguintes, foram implementados dois Cursos de Pós-Graduação na região Nordeste do país, o primeiro surgiu no ano de 1978, com o Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa (UFPB-JP) e o segundo em 1979, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No mais, ressalta-se que o primeiro curso a nível Doutorado em Serviço Social no Brasil iniciou em 1980, na PUC-SP (DOCUMENTO DA ÁREA, 2019, p. 03).

Ainda, o documento supracitado expõe que este processo de fortalecimento dos PPG em Serviço Social nas décadas de 1980 e 1970, está intimamente relacionado à inclusão do Serviço Social como área de conhecimento pelas agências de financiamento de pesquisa como a CAPES e o CNPq, representando um “momento de configuração do Sistema Nacional de Pós-

Graduação e de elaboração do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG)” (DOCUMENTO DA ÁREA, 2019, p. 04).

Para além, sabe-se que a partir dos anos de 1980, o fortalecimento da orientação marxiana como direção hegemônica para o projeto ético-político dos assistentes sociais e a gradual inserção do Serviço Social nas universidades, culminaram na intensificação e no fortalecimento da produção do conhecimento, por um viés ontológico do ser social e os PPG *stricto sensu* tornaram-se uma fonte inesgotável de produção do conhecimento a respeito de assuntos fundamentais para a sociedade brasileira e para a própria profissão (NÓBRE; MATIAS; SILVA, 2018).

O Serviço Social passa a ser considerado, tanto na Capes como no CNPq, área de conhecimento, situada no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, tendo constituído critérios próprios de avaliação de projetos de pesquisas e de Programas de Pós-Graduação, o que situa o Serviço Social brasileiro na dinâmica do fomento à pesquisa e à pós-graduação no País. Entendemos que o avanço da pós-graduação em Serviço Social, no Brasil, inscreve-se no interior do movimento de criação do “Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social” (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 197).

As autoras Silva e Carvalho (2007), apresentam que a expansão da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, iniciou por volta de 1972 e prosseguiu até os primeiros anos do “novo milênio” (p.200). Entre 1990 e 2000 os PPG se expandiram, principalmente nas universidades federais. No ano de 2014, já existiam no Brasil trinta e três Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, e destes, dezesseis ofertavam o curso a nível Mestrado e a nível Doutorado. O Documento da Área 32 demonstra que entre 1996 e 2016, os PPG expandiram 280%, com isso, percebe-se que o amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social, que objetiva romper com as marcas conservadoras e confessionais da profissão foi impulsionado por uma ampla sustentação científica provenientes da Pós-Graduação (DOCUMENTO DA ÁREA, 2019).

Ademais, merece destaque a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais em geral, ao eleger, como objeto de estudo, temas de relevância na atualidade, como trabalho, reestruturação produtiva, proteção social, seguridade social, avaliação e análise de políticas e programas sociais. Destacam-se igualmente, como objeto de pesquisa, os aspectos sociais relacionados aos seguintes temas: envelhecimento, terceiro setor, migrações, voluntariado, questão agrária, urbana e ambiental, questões identitárias, famílias, além da priorização de estudos sobre criança e adolescente, entre outros. Essa produção também expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais (DOCUMENTO DA ÁREA, 2019, p. 05).

No mais, reitera-se que os PPG, bem como os cursos de Mestrado e Doutorado, “constituem um lugar privilegiado de produção do conhecimento dada à centralidade que a pesquisa científica neles assume” (DOCUMENTO DA ÁREA, 2019, p. 05), este rico espaço de produção do conhecimento prioriza temas como as questões sociais, o avanço teórico-metodológico do Serviço Social e as políticas sociais na contemporaneidade (DOCUMENTO DA ÁREA, 2019).

Neste sentido, a seguir serão apresentados os dados da pesquisa realizada com base nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutorado que foram realizadas no interior dos Programas de Pós-Graduação selecionados para este estudo, objetivando analisar como a violência contra as mulheres é evidenciada nos referidos PPG.

4 OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

4.1 PESQUISA EM FOCO: AS FORMAS PELAS QUAIS A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES É EVIDENCIADA NAS PRODUÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo da Dissertação apresentará o mapeamento e as análises sobre a produção acadêmica do Serviço Social, mais especificamente, as Teses de Doutorado e as Dissertações de Mestrado dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social do Brasil, que versam a respeito da violência contra as mulheres.

Esta dissertação tem por objetivo analisar como essa violência é evidenciada nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil, no período de 2010 a 2021.

Definiram-se, como objetivos específicos: - analisar as contribuições das produções acadêmicas em Serviço Social para o debate a respeito da violência contra as mulheres; - perquirir como a violência contra as mulheres é abordada nos estudos em foco; - identificar as linhas de pesquisa dos programas em estudo e suas apreensões sobre a violência contra mulheres.

Para tanto, realizou-se pesquisa documental a partir do: Relatório Sucupira, do sistema de avaliação da CAPES 2017/2022, bem como dos currículos Lattes dos docentes²². Para a pesquisa de bibliográfica, optou-se pela análise das produções de teses e dissertações dos PPGs em Serviço Social. Tendo em vista o volume de produção dos PPGs em Serviço Social brasileiros, fez-se necessária a construção de critérios de amostragem.

Para isso, foram eleitos quatro (04) critérios: 1 - Os PPGs devem ter nacionalidade brasileira; 2 - Os PPGs devem estar locados em uma Instituição Pública de Ensino; 3 - Os PPGs devem ofertar o curso à nível Mestrado e Doutorado; 4 - Foram selecionados os PPGs mais antigos de cada Estado brasileiro.

Nesta perspectiva, doze (12) PPG compuseram a amostra, pois se enquadraram em todos os critérios estipulados para a seleção dos referidos Programas. Em relação ao âmbito geral, de acordo com o site oficial do Relatório

²² A pesquisa foi realizada entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023. Ressalta-se que os sites podem estar com informações desatualizadas.

Sucupira²³(2023), atualmente existem trinta e seis (36) Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, deste total, vinte (20) PPG ofertam o curso a nível Mestrado e a nível Doutorado e doze (12) foram selecionados para esta pesquisa. Seguem no Quadro abaixo, as informações de identificação de cada Pós-Graduação elencado para este estudo.

Quadro 2 - Identificação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social selecionados para esta pesquisa.

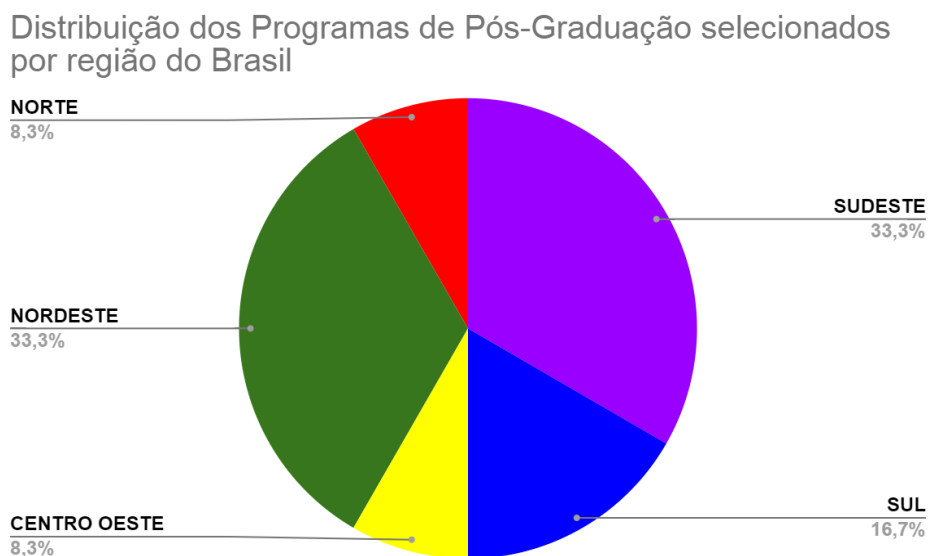
Universidade	Região	Programa de Pós-Graduação
Universidade Federal do rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro - Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Estadual Paulista (UNESP/FR)	São Paulo - Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Minas Gerais - Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Espírito Santo - Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Política Social
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Santa Catarina - Sul	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Paraná - Sul	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social
Universidade De Brasília (UNB)	Brasília - Centro Oeste	Programa de Pós-Graduação em Política Social
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Pará - Norte	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal De Alagoas (UFAL)	Alagoas - Nordeste	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal De Pernambuco (UFPE)	Pernambuco - Nordeste	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal Do Rio Grande do Norte (UFRN)	Rio Grande do Norte - Nordeste	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal Do Maranhão (UFMA)	Maranhão - Nordeste	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Fonte: a própria autora.

²³ O relatório Sucupira constitui-se como um sistema de monitoramento e avaliação dos PPGs brasileiros pela CAPES.

Em relação ao levantamento geográfico destes Programas de Pós-Graduação, o gráfico a seguir irá elucidar esta distribuição:

Gráfico 1 - Distribuição geográfica dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil.



Fonte: a própria autora

Com base nos dados apresentados até o momento, observa-se que os PPGs estão localizados, majoritariamente, na região Nordeste do Brasil (33,3%) e na região Sudeste do país em questão (33,3%). Neste cenário, é de suma importância ressaltar que a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, deve ser analisada em seu devido contexto histórico de expansão. De acordo com o Documento de Área, publicado em 2019, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com a CAPES, o processo de expansão da Pós-Graduação brasileira em Serviço Social, iniciou-se por volta de vinte anos após a regulamentação do Serviço Social enquanto uma área de conhecimento e uma profissão.

Para além desses aspectos, é fundamental dialogar e apresentar, mais especificamente, os doze (12) Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* selecionados para este estudo. Neste sentido, evidencia-se que três PPGs possuem como área de concentração "Política Social"²⁴, um possui como área de concentração "Serviço Social e Política Social"²⁵ e oito PPGs tem como área de

²⁴ Estão localizados nas respectivas universidades: UFES, UNB e UFMA.

²⁵ Localizado na UEL.

concentração “Serviço Social”²⁶. No que tange à vinculação institucional, dez PPGs estão vinculados a Universidades Federais e dois estão locados em Universidades Estaduais de ensino. Portanto, este estudo abarca, em sua maioria, Programas de Pós-Graduação que são ofertados por Universidades Federais.

Após selecionar os Programas de Pós-Graduação que se encaixam nos recortes espaciais previamente selecionados, iniciou-se o processo de mapeamento das produções, mais especificamente, das Teses de Doutorado e das Dissertações de Mestrado dos respectivos PPGs, objetivando, de maneira geral, analisar as formas pelas quais a violência contra as mulheres é evidenciada nos respectivos PPGs.

Faz-se necessário pontuar que o mapeamento das referidas produções foi realizado a partir de uma busca minuciosa nas bibliotecas virtuais disponibilizadas nos sites oficiais de cada Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social selecionado. Para conseguir estruturar este processo de busca e mapeamento, foram utilizados os seguintes descritores: Violência contra as mulheres, Patriarcado, Gênero, Mulheres, Relações Sociais de Sexo e Feminicídio.

Buscou-se, primeiramente, contabilizar as produções que foram publicadas do ano de 2010 até o ano de 2021. Com este arsenal de produções publicadas, foi possível aplicar os descritores, para identificar quais Dissertações ou Teses aproximavam-se da temática principal desta pesquisa²⁷.

É interessante ressaltar que, inicialmente os descritores foram aplicados nos títulos, em seguida das palavras chaves e por último no resumo dos trabalhos. Assim, foi possível capturar quais produções se aproximaram da temática e quais produções apresentaram a violência contra as mulheres de maneira central em suas pesquisas.

No cenário supracitado, primeiramente, foram encontradas mil, seiscentos e sessenta e cinco (1.665) Dissertações de Mestrado publicadas nos PPG selecionados e nos 11 anos pré-determinados. Em um segundo momento, ao fazer a aplicação dos descritores, foi possível mapear um total de cento e dezessete (117) Dissertações de Mestrado que se aproximam do debate sobre a temática

²⁶ Estão localizados nas respectivas universidades UFRJ, UFSC, UNESP/FR, UFJF, UFAL, UFPE, UFRN e UFPA.

²⁷ Violência contra as mulheres.

principal desta Dissertação. Conclui-se que do total de Dissertações publicadas entre 2010 e 2021, nos respectivos PPG, 7% apresentam um ou mais descritores.

A seguir será exposta a disposição das cento e dezessete (117) produções mapeadas, que apresentam um ou mais descritores, por Programa de Pós-Graduação selecionado:

Quadro 3 - Quantificação das Dissertações de Mestrado encontradas com base nos descritores, por PPG selecionado.

Programa de Pós-Graduação	Quantificação das Dissertações de Mestrado encontradas nos PPG elencados, que foram publicadas entre 2010 e 2021 e que possuem um ou mais descritores:
PPGSS UFRJ	13
PPGSS UNESP/FR	10
PPGSS UFJF	06
PPGSS UFSC	13
PPGSSER UEL	05
PPGSS UFPA	04
PPGPP UFMA	17
PPGPS UNB	11
PPGSS UFPE	18
PPGSS UFAL	02
PPGSS UFRN	16
PPGPS UFES	02

Fonte: a própria autora

A partir dos dados dispostos, observa-se que 15% das Dissertações foram realizadas no PPGPP da UFMA, 15% no PPGSS da UFPE, 14% das referidas produções foram executadas no PPGSS da UFRN, 11% das Dissertações foram encontradas no PPGSS da UFRJ e este último percentual vale para o PPGSS da UFSC. Já os dois Programas de Pós-Graduação que possuem os menores percentuais de publicação, em relação aos recortes espaços-temporais elencados para esta pesquisa, são o PPGSS da UFAL e o PPGPS da UFES, cada um possui um percentual de 2% de publicações que dialogam com os descritores elencados.

Por fim, é sumário esmiuçar que deste total de cento e dezessete (117) Dissertações, aproximadamente 2% (que correspondem a quarenta Dissertações de Mestrado) versam com centralidade a violência contra as mulheres, ao passo que os demais se aproximam deste diálogo, mas não o fazem central.

No que tange às Teses de Doutorado, o caminho metodológico para realização do mapeamento foi o mesmo utilizado nas Dissertações de Mestrado. Assim, foi concretizado um mapeamento dos trabalhos como um todo e em um segundo momento foram aplicados os descritores. Neste sentido, nos PPG elencados, foram publicadas quinhentas e oitenta e seis (586) Teses de Doutorado, entre os anos de 2010 e 2021. Deste número total de publicações, trinta e três (33) produções apresentam um ou mais descritores, portanto 5% dialogam sobre temáticas que se aproximam do fenômeno da violência contra as mulheres. No mais, destes trinta e três (33) trabalhos publicados, apenas 2% tematizam a violência contra as mulheres com centralidade em suas pesquisas.

Abaixo, será apresentada a quantificação das Teses encontradas com base nos descritores, a partir de suas distribuições por PPG selecionado.

Quadro 4 - Quantificação das Teses de Doutorado encontradas com base nos descritores, por PPG selecionado.

Programa de Pós-Graduação/ Universidade	Quantificação das Teses de Doutorado encontradas nos PPG elencados, que foram publicadas entre 2010 e 2021 e que possuem um ou mais descritores:
PPGSS/UFRJ	08
PPGSS/UNESP/FR	04
PPGSS/UFJF	Sem dados disponíveis no site oficial
PPGSS/UFSC	04
PPGSER/UEL	00
PPGSS/UFPA	00
PPGPP/UFMA	05
PPGPS/UNB	02
PPGSS/UFPE	07
PPGSS/UFAL	00
PPGSS/UFRN	02

PPGPS/UFES	01
------------	----

Fonte: a própria autora.

Os dados supracitados demonstram que, 25% das Teses de Doutorado que se enquadram nos recortes delimitados nesta produção, estão localizadas no PPGSS da UFRJ, enquanto 21% foram realizadas no PPGSS da UFPE, 15% no PPGPP da UFMA, 12% no PPGSS da UFSC e este último percentual vale para o PPGSS da UNESP/FR. Ainda, no PPGSER da UEL, no PPGSS da UFPA, no PPGSS da UFAL e no PPGSS da UFJF não foram encontrados trabalhos publicados que correspondem aos descritores estabelecidos.

Conclui-se que, foi possível mapear um total de mil, seiscentos e sessenta e cinco (1.665) Dissertações de Mestrado, sendo que deste total, 7% das produções apresentam um ou mais descritores e 2% versam com centralidade o fenômeno da violência contra as mulheres. No universo das Teses de Doutorado, o mapeamento dos trabalhos de 2010 a 2021, resultou em uma amostra de quinhentas e oitenta e seis (586) Teses publicadas e, ao aplicar os descritores, foi possível vislumbrar que 5% dos trabalhos apresentam um ou mais descritores e 2% utilizam a referida violência como tema central de análise.

Neste cenário, foram encontrados um total de dezesseis (16) Dissertações de Mestrado publicadas entre 2020 e 2021, nos respectivos PPGs e que contemplavam um ou mais descritores, entretanto, sete (07) Dissertações foram analisadas. Já no que envolve as Teses de Doutorado, a partir do mesmo marco temporal delimitado para as investigações das Dissertações, foi possível mapear onze (11) Teses de Doutorado que possuem um ou mais descritores, porém, quatro (04) produções foram analisadas neste estudo.

Esta delimitação do número de Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutorado teve como fundamento a necessidade de captura das produções que tratam diretamente da violência contra as mulheres como tema central de pesquisa ou que dialogue a respeito deste fenômeno no corpo do trabalho, desta forma, foram analisados sete (07) Dissertações de Mestrado e quatro (04) Teses de Doutorado, que serão apresentadas a seguir:

Quadro 5 - Dissertações de Mestrado analisadas.

Título	Referência Bibliográfica
“Não era amor, era cilada” - o trabalho da patrulha Maria da penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no município de Duque de Caxias	Copello, Vaniele soares da cunha. “não era amor, era cilada” - o trabalho da patrulha Maria da Penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no município de Duque de Caxias. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (mestrado em serviço social) – Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Escola De Serviço Social, Programa De Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.
Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do Degase	Oliveira, Mariana Nicolau. Parede cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do Degase. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (mestrado em serviço social) – Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Escola De Serviço Social, Programa De Pós-Graduação em Serviço Social, 2021.
Gênero e famílias: entre mudanças e permanências	Julião, Helena Vicentini. Gênero e famílias: entre mudanças e permanências. 2021. 106 f. Dissertação (mestrado em serviço social) – Faculdade De Ciências Humanas E Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Franca, 2021.
As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI Florianópolis	Araújo, Soraia aparecida de as contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do paefi Florianópolis/ orientadora, Luciana Patrícia Zucco.-SC, 2020. 152p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal De Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa De Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2020.
O partear em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar	Ricio, Paula Gabrielle, Nascimento, 1989- o partear em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: desvendando uma violência. 2020. (mestrado em política social) - Universidade Federal Do Espírito Santo, Centro De Ciências Jurídicas E Econômicas
Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro.	Fonseca, Renata Priscila Oliveira. Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro. 2020. 128 f., il. Dissertação (mestrado em política social)— Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

<p>Prostitutas travestis e transexuais do Jd. Itatinga – SP: narrativas da atuação da polícia na zona</p>	<p>Mendonça, Carolina Camarotto. Prostitutas travestis e transexuais do Jd. Itatinga – SP: narrativas da atuação da polícia na zona. 2020. 124p. - Dissertação (mestrado) Universidade Federal De Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa De Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2020.</p>
---	---

Fonte: a própria autora.

Quadro 6 - Teses de Doutorado analisadas.

Título	Referência Bibliográfica
<p>Feminismo e capitalismo: contribuições teóricas a partir do feminismo materialista francês.</p>	<p>Olivio, Maria Cecília; Feminismo e Capitalismo: Contribuições teóricas a partir do Feminismo Materialista Francês. Maria Cecilia Olivio, orientadora Maria Reina de Avila Moreira, 2021. p. 210 - Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.</p>
<p>Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito.</p>	<p>Bortoli, Ricardo. Violências de Gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: Os sentidos de masculinidades segundos os/as operadores/as do direito; Ricardo Bortoli; orientadora Luciana Zucco, coorientador Adriano Beiras, 2020. 158 p. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.</p>
<p>A classe trabalhadora tem sexo nem gênero crítica da “ordem patriarcal de gênero” de HeleiethSaffioti.</p>	<p>Calado, Joana. A classe trabalhadora não tem sexo nem gênero? : crítica da Ordem Patriarcal de Gênero de HeleiethSaffioti; Joana Calado, orientadora Vania Manfroi, 2020. 294p. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.</p>

Feminicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo tribunal de justiça do estado do maranhão no âmbito da lei n. 13.104/2015.

Façanha, Josanne Cristina Ribeiro Ferreira. Feminicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no âmbito da Lei n. 13.104/2015.. 2021. 143 f. Tese(Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

Fonte: a própria autora.

A partir da apresentação inicial das produções que se enquadram nos recortes estipulados para a viabilidade desta pesquisa, é fundamental relatar ao leitor que todos os dados foram esquematizados em um amplo processo de tabulação, com a reestruturação de um instrumento de coleta de dados, com a finalidade de resguardar o rigor científico do mapeamento e da pesquisa como um todo. O instrumento de coleta de dados foi reestruturado na Plataforma Google, mais especificamente, no aplicativo “Planilhas Google” e possui cinco (05) páginas, dispostas com informações referentes aos PPG, as Dissertações mapeadas, as Teses mapeadas e as produções que entraram para o corpo de análise deste trabalho. Portanto, cada produção mapeada está disposta neste instrumento de coleta de dados com informações como: ano, autor, instituição, PPG, título, descritores, região, link de acesso, entre outras informações necessárias.

Após o levantamento das referidas produções, procedeu-se às análises com base nas questões norteadoras contidas, majoritariamente, no título, resumo e introdução das produções em destaque. Logo de início, foi possível constatar que, todas as Dissertações de Mestrado selecionadas, tem autoria feminina e, no que se refere às Teses de Doutorado, apenas um trabalho foi escrito por um homem, o autor Dr. Ricardo Bortoli.

Ainda, como podemos observar, tais trabalhos apontam para uma vasta produção do conhecimento a respeito das expressões da questão social que afetam, majoritariamente, as mulheres na sociedade atual. Contudo, apenas quatro produções (três Dissertações de Mestrado e uma Tese de Doutorado) tem como centralidade a temática “violência contra as mulheres”.

Outro ponto de importante destaque refere-se ao caráter das pesquisas que foram analisadas.

Quadro 7 - Tipo de Pesquisa das Dissertações e das Teses de Doutorado em relação aos procedimentos:

Pesquisa - Título	Tipo de pesquisa
Dissertação - Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro.	Pesquisa bibliográfica e documental.
Dissertação - Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do DEGASE.	Pesquisa bibliográfica e documental.
Dissertação - O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar.	Pesquisa bibliográfica, documental e de campo.
Dissertação – “Não era amor, era cilada” - o trabalho da patrulha Maria da Penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no município de Duque de Caxias.	Pesquisa documental e bibliográfica.
Dissertação - Gênero e famílias: entre mudanças e permanências.	Pesquisa bibliográfica e documental.
Dissertação - Prostitutas travestis e transexuais do jd. Itatinga – SP: narrativas da atuação da polícia na zona	Pesquisa bibliográfica e de campo.
Dissertação - As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI - Florianópolis	Pesquisa documental.
Tese - Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito	Pesquisa documental e teórico-empírica.
Tese - Feminismo e capitalismo: contribuições teóricas a partir do feminismo materialista francês	Pesquisa de natureza teórico-conceitual.

Tese - Femicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo tribunal de justiça do estado do maranhão no âmbito da lei n. 13.104/2015	Pesquisa documental e bibliográfica.
Tese - A classe trabalhadora tem sexo nem gênero - crítica da “ordem patriarcal de gênero” de Heleieth Saffioti	Pesquisa bibliográfica.

Fonte: a própria autora.

Com a apresentação dos tipos de pesquisa alhures, é possível compreender que das sete (07) Dissertações que compõem o campo de análise deste trabalho, quatro (04) são de caráter bibliográfico e documental, (01) apresenta só o caráter documental, uma (01) é caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e de campo e uma (01) pesquisa apresenta-se como bibliográfica, documental e de campo. No universo das quatro (04) Teses analisadas, uma (01) apresenta o caráter documental e teórico empírico, uma (01) teórico conceitual, uma (01) Tese de Doutorado apresenta-se como bibliográfica e uma (01) produção se coloca como exploratória, documental e bibliográfica.

A análise dos dados acima permite afirmar que a investigação sobre a violência contra as mulheres, nas produções selecionadas para este estudo, não prioriza a busca in lócus para aproximação da realidade social das mulheres que são atingidas pela referida violência, tendo em vista o baixo número de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que utilizam a pesquisa de campo para compor seus trabalhos. Todavia, é importante salientar que este baixo índice de produções que utilizaram a pesquisa de campo para compor o quadro de procedimentos metodológicos, pode ter sofrido influência da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que configurou em um processo de isolamento social em todo o território brasileiro, dificultando a ida in lócus dos pesquisadores aos campos pesquisados.

No que se referem as onze (11) produções selecionadas para este estudo, apenas duas (02) Dissertações apresentaram que optaram por utilizar a pesquisa de campo para compor seus trabalhos. Em relação a estas duas (02) Dissertações, a autora Ricio (2020 - UFES) utilizou a pesquisa de campo como procedimento para compor a sua Dissertação de Mestrado, através do uso da entrevista semi-estruturada com amostra final de vinte e quatro (24) mulheres

puérperas da região da Grande Vitória - ES. No mais, a autora Mendonça (2020 - UFSC) também apresentou que fez uso da pesquisa de campo para compor seu quadro de procedimentos metodológicos, para isso, a Mestre em questão realizou a observação direta e cinco (05) entrevistas individuais semi estruturadas com mulheres (mulheres cis, transexuais ou travestis) que já trabalharam ou que trabalham na zona do Jardim Itatinga.

Nesta seara, reafirma-se que pesquisa de campo é de suma importância para a produção do conhecimento, pois permite o contato e o diálogo direto com as diversas expressões da realidade social dos sujeitos. “Para o marxismo, enquanto aporte metodológico do Serviço Social, a Pesquisa de Campo é de fundamental importância, por permitir que o sujeito esteja em contato direto com o objeto (LIMA, 2018, p. 123).

Outro ponto que chama atenção é a ocorrência tanto nas Dissertações de Mestrado, quanto nas Teses de Doutorado de pesquisas que são caracterizadas como pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais. Em relação à pesquisa bibliográfica é fundamental apresentar que são de suma importância para as produções, uma vez que permite reunir informações sobre um conhecimento socialmente construído com fontes constituídas a partir de livros, artigos científicos e produções que possuem um rigor científico mais elaborado.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2008, p. 50).

O caráter bibliográfico permite analisar a realidade social com base no conhecimento compartilhado por outros atores e pesquisadores, sendo fundamental para situar a violência contra as mulheres em seu devido campo

histórico, social e cultural, uma vez que o acesso e a utilização de um estudo sobre as produções já publicadas são capazes de direcionar o pesquisador a análise histórica e estrutural desta violência.

É possível notar que a co-relação entre pesquisa bibliográfica e documental é expressa com mais solidez nas Dissertações de Mestrado, ao passo que das sete (07) selecionadas, cinco (05) apresentam a utilização destas duas caracterizações de pesquisa para compor o campo de análise. Esta co-relação permite ao pesquisador apropriar-se de outras fontes do conhecimento, que não apresentam um trato científico elaborado como nas Diretrizes, Leis, Normas, entre outros documentos que não receberam um tratamento analítico, ou que “de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc” (GIL, 2008, p. 51).

No que tange a estas cinco (05) Dissertações de Mestrado e a única Tese de Doutorado de caráter bibliográfico e documental, é interessante apresentar quais as fontes de conhecimento que estão sendo utilizadas para compor tais produções, nesta lógica, uma (01) Dissertação demarca que realizou a pesquisa documental, mas não apresenta os documentos que foram utilizados, apenas apresenta que a pesquisa bibliográfica e a documental foram realizadas através de organização e fichamento dos textos estudados, um (01) trabalho fez uso dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e dos Planos Pluri Anuais publicados para compor o campo de análise documental e utilizou como subsídio para a pesquisa bibliográfica livros, Teses, Dissertações e artigos das principais plataformas de pesquisa acadêmica, sobre Estado, Feminismo, Relações Patriarcais de Gênero, Capitalismo, Trabalho, Divisão Sexual do Trabalho no campo marxiano e marxista.

Ainda, uma (01) Dissertação de Mestrado menciona que fez o uso dos fluxos de atendimento, do Plano de trabalho da Patrulha Maria da Penha e das fichas de acompanhamento dos casos para realizar a pesquisa documental, mas não dialoga, no resumo, na introdução e nas conclusões, sobre as especificidades da pesquisa bibliográfica e, por fim, uma (01) Dissertação apresenta uma pesquisa documental com base nas legislações nacionais e normativas internacionais, bem como caracteriza-se como bibliográfica, pois faz uso de artigos científicos existentes no Scielo e no Google Acadêmico, no que refere-se às temáticas: adolescentes em privação de liberdade e gênero no contexto da privação de liberdade.

A única Tese de Doutorado que se apresenta como uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental realizou uma pesquisa documental ancorada, majoritariamente, nas decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no que se relaciona com os casos de feminicídio ocorridos entre 2015 a 2019, além de utilizar a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Lei Maria da Penha. Neste cenário, a pesquisa bibliográfica se desenhou, em especial, a partir de artigos e livros sobre as temáticas apresentadas ao longo da fundamentação teórica.

No mais, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são procedimentos capazes de fortalecer a fundamentação teórica e as análises proferidas em cada trabalho apresentado, ao passo que contribuem para a contextualização histórica, cultural, social, econômica e política das temáticas evidenciadas em cada produção.

Partindo para a exposição das abordagens de pesquisa e dos tipos de pesquisa com base nos objetivos dos trabalhos selecionados, segue abaixo a apresentação das Dissertações de Mestrado e das Teses de Doutorado:

Quadro 8 - Abordagens de Pesquisa utilizadas e tipos de Pesquisa das Dissertações de Mestrado e das Teses de Doutorado em relação aos objetivos:

Pesquisa - Título	Tipo de pesquisa
Dissertação - Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro.	Pesquisa com abordagem qualitativa.
Dissertação - Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do DEGASE.	Não apresenta esta informação nos campos de análise.
Dissertação - O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar.	Pesquisa com abordagem qualitativa.
Dissertação – “Não era amor, era cilada” - o trabalho da patrulha Maria da Penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no município de Duque de Caxias.	Pesquisa exploratória, descritiva com uma abordagem qualitativa.

Dissertação - Gênero e famílias: entre mudanças e permanências.	Não apresenta esta informação nos campos de análise.
Dissertação - Prostitutas travestis e transexuais do jd. Itatinga – SP: narrativas da atuação da polícia na zona	Pesquisa com abordagem qualitativa.
Dissertação - As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI - Florianópolis	Pesquisa com abordagem qualitativa.
Tese - Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito	Pesquisa com abordagem qualitativa e exploratória.
Tese - Feminismo e capitalismo: contribuições teóricas a partir do feminismo materialista francês	Pesquisa de natureza teórico-conceitual.
Tese - Femicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo tribunal de justiça do estado do maranhão no âmbito da lei n. 13.104/2015	Pesquisa com abordagem qualitativa e exploratória.
Tese - A classe trabalhadora tem sexo nem gênero - crítica da “ordem patriarcal de gênero” de Heleieth Saffioti	Não apresenta esta informação nos campos de análise.

Fonte: a própria autora.

Destaca-se que nem todos os resumos e introduções deixam explícitos a abordagem de pesquisa utilizada, nem os tipos de pesquisa com base nos objetivos das referidas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

No que se refere às abordagens de pesquisa, das sete (07) Dissertações expostas alhures, cinco (05) trabalhos classificam suas pesquisas com a abordagem qualitativa e duas (02) não apresentam esta informação no trabalho. Em relação as quatro (04) Teses de Doutorado, duas (02) pesquisas se classificam a partir da abordagem qualitativa, uma tese se classifica a partir da natureza teórico-conceitual e uma (01) não apresenta esta informação ao longo do corpo do texto.

Observa-se que do total de Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutorado²⁸, sete (07) trabalhos denominam-se como pesquisas de abordagem qualitativa, o que expõe a necessidade em responder questões relacionadas ao universo da realidade social, trabalhando com elementos do “universo dos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, movendo os pesquisadores pelo anseio de perquirir a realidade social” (MINAYO, 2001, p. 22).

A dimensão política estratégica da investigação ancorada na pesquisa qualitativa no Serviço Social possibilita um potencial investigativo para a profissão, visando, majoritariamente, enaltecer o papel transformador e político dos Assistentes Sociais. Atualmente, na sociedade capitalista-patriarcal-racista, é de suma importância produzir conhecimentos que vão além dos fragmentos desconexos do real, possibilitando ao pesquisador vislumbrar os objetivos de pesquisa apreendendo as particularidades do movimento do real, além de fomentar uma capacidade reflexiva que consiga abranger múltiplas e complexas perspectivas da compreensão do movimento do real.

Mais do que conhecer fragmentos do real incomparáveis e desconexos, as linguagens qualitativas permitem identificar o comum sob a aparência de heterogeneidade, permitem sistematizar, sem neutralizar a singularidade, permitem superar o óbvio e articular níveis de intervenção distintos [...], conectando diferentes linguagens e processos de ação. Permitem também valorizar o conhecimento de proximidade e as concepções e impactos das políticas, dos projetos e das ações junto de pessoas e territórios (ALBUQUERQUE; ARCOVERDE. 2017, p. 244).

A autora Maria Lúcia Martinelli (2008) aponta que a palavra chave para compreender a pesquisa qualitativa é a “compreensão” (MARTINELLI, 2008, p. 35), desta forma, nesta abordagem de pesquisa, o pesquisador não valoriza apenas os dados sobre os fenômenos, mas insere em suas análises a parte histórica destes dados, esmiuçando o significado social dos sujeitos inseridos em dada sociabilidade, objetivando a permanente busca pela compreensão do movimento da realidade para os objetos de estudo delimitados. Por isso, a pesquisa de abordagem qualitativa deve manter-se em constante interação com a pesquisa quantitativa, bem como a pesquisa quantitativa deve fazer o mesmo movimento de interação com a abordagem qualitativa, objetivando aproximar-se das dimensões, magnitude e intensidade dos fenômenos sociais (MARTINELLI, 2008, p. 36).

²⁸ Doze (12) trabalhos no total.

Certamente, há diferentes modos de conceber o conhecimento, assim como há também diferentes modos de realizar a pesquisa. Fazê-lo no âmbito do Serviço Social, pela via qualitativa, deve expressar uma opção teórica-metodológica fundada em nosso projeto ético-político, no qual a perspectiva da emancipação social dos sujeitos e o reconhecimento de sua singularidade e autonomia ocupam lugar central. Isso põe em cena uma importante questão: a pesquisa nas profissões humano-sociais, e especialmente o Serviço Social, não é apenas um procedimento operativo, mas sim a expressão de uma opção política que se concretiza em uma opção teórico-metodológica. O método de pesquisa é uma expressão política, uma extensão de nosso projeto ético-político (MARTINELLI, 2008, p. 36).

Sabe-se que, a realidade social imposta aos sujeitos pelo sistema capitalista-patriarcal-racista é mantenedora e precursora das expressões da questão social, portanto, esta complexidade das relações sociais, políticas e econômicas exigem do assistente social a manutenção de práticas de pesquisa que mantenham-se interconectadas com a ação profissional, uma vez que o processo investigativo é capaz de construir um conhecimento reflexivo, crítico e interventivo sobre a realidade social, "uma capacidade reflexiva que permite a construção de uma teoria da/na ação profissional" (ALBUQUERQUE, ARCOVERDE. 2017, p. 250).

A utilização da abordagem qualitativa nas produções que versam sobre a violência contra as mulheres é de suma importância para situar além dos dados sobre a referida violência, as causas da perpetuação histórica e social deste fenômeno social, além de evidenciar a necessidade de fortalecimento dos aspectos ético-políticos da pesquisa para a compreensão da violência contra as mulheres.

Outro ponto de importante se refere aos tipos de pesquisa em relação aos objetivos dos trabalhos, tendo em vista que do total de Dissertações de Mestrado, apenas uma (01) Dissertação de caracteriza como exploratória, as demais não apresentam esta informação ao longo do desenvolvimento do trabalho. Já no que se relaciona com as quatro (04) Teses de Doutorado, duas (02) se classificam como exploratórias e as demais não apresentam a informação em questão.

A partir dessa apresentação inicial das produções em discussão, buscaremos a seguir, identificar quais as principais matrizes teórico-metodológicas utilizadas nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutorado objetivando aproximar-se cada vez mais do entendimento das formas pelas quais a violência contra as mulheres é evidenciada nas referidas produções do Serviço Social.

4.2.1 Matrizes Teórico-Metodológicas utilizadas nos estudos em foco sobre a violência contra as mulheres

Conforme apresentado anteriormente, foram encontradas sete (07) Dissertações de Mestrado e quatro (04) Teses de Doutorado que se referem à violência contra as mulheres, publicados entre 2020 e 2021 e que se enquadram nos demais recortes espaços-temporais eleitos para este estudo. A seguir, a partir destas produções, serão explicitadas as matrizes teórico-metodológicas elencadas para compor estas pesquisas, bem como irá apresentar o reflexo das matrizes escolhidas para a produção do conhecimento sobre o referido fenômeno social.

Quadro 9 - Matriz teórico-metodológica das produções

Pesquisa - Título	Matriz Teórico-metodológica
Dissertação - Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro.	A autora aponta que utilizou a perspectiva crítica-dialética de Karl Marx para a sua pesquisa, ou o método dialético de Marx, todavia, apresenta também, "hipóteses do trabalho" na introdução.
Dissertação - Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do DEGASE.	A autora apresenta, no resumo, que partiu da teoria marxista da reprodução social com intersecções entre a criminologia feminista e crítica para compor sua Dissertação.
Dissertação - O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar.	A autora apresenta, no resumo, que utilizou a perspectiva materialista-histórico-dialética para compor sua Dissertação.
Dissertação – “Não era amor, era cilada” - o trabalho da patrulha Maria da Penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no município de Duque de Caxias.	A autora aponta, na introdução, que utilizou a matriz teórico-crítica marxista, o método materialista histórico-dialético, para a sua pesquisa, todavia, apresenta também, que a Dissertação iniciou-se a partir de uma "hipóteses do trabalho".
Dissertação - Gênero e famílias: entre mudanças e permanências.	A autora apresenta, no resumo, que utilizou a perspectiva materialista histórico-dialética para compor sua Dissertação.

Dissertação - Prostitutas travestis e transexuais do Jd. Itatinga – SP: narrativas da atuação da polícia na zona	A autora não aponta nem no resumo e nem na parte introdutória do trabalho a matriz teórico-metodológica que sustenta as análises. Todavia, discorre na introdução que atua em uma perspectiva contrária ao método positivista e que parte de "hipóteses do trabalho".
Dissertação - As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI - Florianópolis	A autora aponta, na introdução, que utilizou a Interseccionalidade como matriz teórico-metodológica.
Tese - Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito	O autor aponta, na introdução, que o caminho escolhido para a tese em questão coloca em diálogo diferentes campos de abordagens da realidade na produção de sentidos que é sistematizada por perguntas e hipóteses.
Tese - Feminismo e capitalismo: contribuições teóricas a partir do feminismo materialista francês	A autora apresenta, no resumo, que utilizou a perspectiva materialista histórico-dialética para compor sua tese de doutorado.
Tese - Femicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo tribunal de justiça do estado do maranhão no âmbito da lei n. 13.104/2015	A autora não apresenta no resumo e nem na introdução qual matriz teórico-metodológica utilizada.
Tese - A classe trabalhadora tem sexo nem gênero - crítica da “ordem patriarcal de gênero” de Heleieth Saffioti	A autora apresenta, na introdução, que utilizou o materialismo histórico para servir de “lanterna” ao longo de seu trabalho.

Fonte: a própria autora.

As bases teórico-metodológicas constituem-se enquanto um conjunto de conhecimentos que geram as devidas aproximações ao conhecimento e ao objeto em análise (IAMAMOTO, 1999). Em relação às matrizes teórico-metodológicas adotadas nas pesquisas, vale situar que estas informações foram transcritas, das Dissertações de Mestrado e das Teses de Doutorado, da maneira como as (os) próprias (os) autoras (es) intitulam a perspectiva de análise adotada.

De início, destaca-se que uma (01) Dissertação e uma (01) Tese não anunciam no resumo e/ou na introdução a matriz teórico-metodológica escolhida para compor as pesquisas. A apresentação do método é de suma importância para

os leitores conseguirem compreender a forma da pesquisa, bem como sua relação com determinada teoria. Elucidar o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para coletar e analisar a realidade dão concretude teórica e analítica e rigor científico às pesquisas.

No que tange as sete (07) Dissertações de Mestrado, cinco (05) produções apresentaram que utilizaram o método materialista histórico-dialético para compor suas pesquisas. Em relação às outras duas (02) Dissertações, uma (01) delas não aponta qual perspectiva utilizada, discorre que atua em um viés contrário ao método positivista e inicia sua introdução apontando as “hipóteses” de seu trabalho e, por fim, um (01) trabalho aponta, na parte introdutória, que utilizou a Interseccionalidade como matriz teórico-metodológica.

No tocante das Teses de Doutorado, das quatro (04) produções elencadas, duas (02) anunciaram que utilizaram o método materialista histórico-dialético para subsidiar suas pesquisas, ainda, duas (02) Teses não apontam qual matriz teórico-metodológica utilizam.

Chama-se atenção para as diferentes nomenclaturas utilizadas para referenciar ao método materialista histórico-dialético, uma vez que, tanto as Dissertações de Mestrado quanto às Teses de Doutorado nomeiam de formas distintas a utilização do método em questão. No tocante às nomenclaturas das produções à nível Mestrado e Doutorado, verificou-se que 45% nomeiam o método como “método materialista histórico-dialético”, ao passo que 11% dos trabalhos referem-se ao método como “Materialismo histórico”, 22% como “Método dialético”, 11% como “Teoria marxista da reprodução social” e 11% das produções nomeiam o método como “perspectiva crítica dialética de Karl Marx”.

Ao referenciar o método em evidência como “método dialético”, os leitores da pesquisa podem associar a outras perspectivas de análise, uma vez que a dialética antecede os estudos de Marx, esta forma de se referenciar ao método materialista histórico-dialético, dá margem para associação com as elaborações metodológicas de outros autores como Aristóteles e Hegel, que Marx, inclusive, que tecem críticas às formas de apropriação do conhecimento distanciados da análise material, social e histórica.

Outro ponto refere-se a nomenclatura “teoria marxista da reprodução social”, neste cenário, é importante salientar que a teoria está relacionada ao campo das elaborações da obra marxiana e marxista e por mais que seja indissociável do

método, ela não é o método, pois este configura-se como a forma de apreender a realidade posta através das categorias centrais, contendo as formas de exposição e os instrumentos utilizados no percurso da pesquisa e da produção do conhecimento.

Estas diferentes formas de nomear o método em Marx, pela categoria profissional dos assistentes sociais, mostra-se de suma relevância para traçar os avanços e os percalços que esta categoria profissional realizou ao longo do processo de consolidação desta perspectiva, bem como de ruptura com os aspectos conservadores e positivistas da profissão. Os questionamentos que estas observações podem gerar, não serão respondidos nesta pesquisa, levando em consideração o objetivo geral e os específicos, entretanto, formam um interessante objeto de pesquisa no campo da produção do conhecimento nos PPG em Serviço Social.

O filósofo Karl Marx, buscou um caminho epistemológico que fosse capaz de subsidiar o conhecimento e a interpretação da realidade histórica e social que o era apresentado, atribuindo a dialética um caráter materialista e histórico, objetivando interpretar a realidade histórico social, principalmente, no que se refere ao modo de produção capitalista e seu arsenal de categorias. O autor Netto (1989) pontua o quanto Marx foi capaz de analisar criticamente a sociedade capitalista, desenvolvendo neste processo uma teoria social crítica que fundamenta-se em três pilares fundamentais: o materialismo histórico-dialético, a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução, que constituem uma unidade dialética. Desta forma, o referido método em Marx configura-se enquanto um movimento dialético, a partir de uma visão ontológica da realidade social em que a teoria, o método e o concreto social formam uma unidade metodológica.

Diferentemente de Hegel, Marx apreende a realidade como ponto de partida concreto que, reproduzido pelo pensamento, assume a feição de concretude pensada, de reprodução ideal de um dado ser que é, ele próprio, complexo e multidimensional e que não se apresenta enquanto totalidade de relações à intuição ou à empiria, demandando ser decifrado. Destes objetos, processos ou relações objetivos, existentes em si mesmos, salienta-se, antes de tudo, a contradição que lhes é imanente. Dito de outra forma, a ontologia estatutária marxiana parte da objetividade, a qual remete, simultaneamente, à concretude sensível e ao vir a ser contraditório e relacional. Em Marx, portanto, a análise é sempre concreta e de uma situação concreta, bem como ser é sempre ser objetivo (NOELI, 2014, p. 56).

Ainda, para o pensador Marx, o método não possui uma fórmula, pois o conteúdo diz a forma da análise, o método de análise. Este economista

analisa o concreto, a matéria, assim, nenhuma fórmula prévia pode conseguir analisar a essência e a materialidade desta matéria. Desta forma, o método em apreço, afasta-se das hipóteses e se constrói a partir de reflexões sucessivas da realidade, de reflexões aprofundadas, objetivando elucidar o todo caótico e contraditório que é posto no real. Nesta perspectiva, o método em Marx articula a reprodução do real de uma maneira racional, que utilizando a mediação para superar a singularidade/imediaticidade, alcança a universalidade para encontrar a particularidade, em um movimento ininterrupto de aproximação com o real (HILLESHEIM, 2022).

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica, é apreender a essência (estrutura e dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, por meio de procedimentos analíticos e operando sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento, mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

Em linhas gerais o método em discussão objetiva reproduzir a realidade que está em movimento, por isso, Marx não sistematiza um método, pois, para este filósofo não é possível formar uma estrutura de análise antes de apropriar-se do objeto em estudo.

O objeto a ser estudado deve ser analisado em todas as suas formas e estruturas, indo além da aparência dos fenômenos sociais. O pensador Marx tem a teoria como uma forma de conhecimento que se difere das demais e que possui particularidades, tendo em vista que o método materialista histórico-dialético considera o conhecimento do objeto como ele é em si mesmo, distanciando a pesquisa e as análises dos anseios do sujeito pesquisador, assim “para Marx o objeto da pesquisa tem existência objetiva, não depende do sujeito, do pesquisador, para existir” (NETTO, 2011, p. 20).

Evidencia-se que para compreender a realidade posta, é necessário acompanhar o movimento do método em apreço, para conseguir desvelar o máximo possível as determinações do objeto em estudo, buscando desvelar a totalidade de determinações e das relações estabelecidas. Portanto, é de suma importância adotar o método materialista histórico-dialético para compreender a temática violência contra as mulheres, para estabelecer um conjunto de conhecimentos a partir da lógica constitutiva do sistema de dominação/exploração contra os corpos femininos, que seja possível desvelar suas determinações em sua historicidade,

objetivando a superação das abstrações sobre o fenômeno em apreço. Com a aproximação da teoria marxiana e do método em questão, entende-se que a pesquisa e a produção do conhecimento versam a construção de um conhecimento que seja capaz de refletir para além da aparência, as demandas e vulnerabilidades das mulheres, levando em consideração a sociedade capitalista-patriarcal-racista.

Compreende-se que a produção do conhecimento deve manter-se atrelada à teoria marxiana, para conseguir dialogar criticamente com a realidade dos sujeitos inseridos no modo de produção vigente. É imprescindível que a relação teoria, prática e práxis profissional estejam em consonância com a pesquisa e a produção do conhecimento no interior do Serviço Social, posto que este será o profissional que irá atuar diretamente nas expressões da questão social (IAMAMOTO, 1999).

A partir do movimento de “intenção de ruptura”, na última vertente do Movimento de Reconceituação, os assistentes sociais construíram o Projeto Ético-Político Profissional, que direcionou a atuação profissional para a ruptura com os aspectos conservadores, elevando a necessidade de análise da realidade a partir das múltiplas determinações e contradições tanto na atuação profissional quanto na formação destes profissionais. O autor Netto (2005) apresenta que a intenção de ruptura buscou romper com a perspectiva modernizadora e com a reatualização do conservadorismo no Serviço Social, este movimento foi ganhando notoriedade ao passo que as reflexões produzidas com aproximação à teoria marxista ganharam espaço, principalmente, no período pós Ditadura Militar no Brasil.

Desta maneira, a aproximação e a apropriação da teoria social em Marx e da tradição marxista no interior do Serviço Social proporcionaram ao corpo profissional a realização de um processo de formação profissional que buscou apreender as contradições da sociedade capitalista-patriarcal-racista, que é produtora e reprodutora das expressões da questão social, que possui suas raízes sobre a lei geral da acumulação capitalista e na apropriação de outros sistemas de dominação/exploração como a ordem patriarcal de gênero e o racismo.

A utilização do materialismo histórico-dialético, enquanto o método de interpretação da realidade constitui-se como um marco necessário para conseguir desvelar as contradições de dada sociabilidade alienante e os limites do Serviço Social inscrito na totalidade da lei geral de acumulação capitalista.

As produções marxianas e marxistas se deram ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX até os dias atuais. Esta interlocução – embora não seja a única no campo plural que marca o Serviço Social – vem sendo intensamente aprimorada e sistematizada em inúmeros livros, artigos, comunicações de congressos e encontros de pesquisadores,⁴ bem como tem surtido efeitos práticos extremamente significativos nas diretrizes curriculares nacionalmente aprovadas para os cursos de Serviço Social no Brasil (com impactos muito positivos na formação profissional), na revisão do Código de Ética do Assistente Social (1993) e na formulação de um projeto ético-político claramente comprometido com demandas oriundas da “classe que vive do trabalho” (SILVA, 2007, p. 289).

O Serviço Social assumiu a teoria social crítica como uma matriz para dar embasamento a formação profissional e ao exercício profissional, como consta em diversos documentos importantes que fazem parte do projeto ético-político da profissão, como no código de ética de 1993, a Lei de regulamentação da profissão nº 8.662 de 07 de Junho de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, que caminham na reafirmação do Serviço Social com uma formação fundamentada em uma análise crítica da realidade social, objetivando romper com a visão fatalista e messiânica da profissão.

Desta forma, a relação entre teoria, prática e a práxis profissional deve estar em consonância com a produção do conhecimento em Serviço Social, tendo em vista as respostas frente à realidade concreta, posta cotidianamente no exercício profissional. Assim, a produção do conhecimento deve estar atrelada à teoria marxiana, para conseguir dialogar criticamente com a realidade dos sujeitos, desenvolvendo conhecimentos que se pautam na realidade social, com foco em assuntos pertinentes tanto à prática profissional quanto às demandas da população. Nesta seara, a pesquisa deve possibilitar as contínuas aproximações com a totalidade concreta e o conhecimento teórico deve apreender o objeto em sua própria existência (NETTO, 2011).

Portanto, a teoria marxiana está ligada à transformação, pois faz parte de um conjunto de princípios e exigências que conduzem os sujeitos no processo de conhecimento e de transformação em um movimento, no qual o conhecimento tende a transformação, que é a prática social. A prática é o marco inicial da teoria e a base principal e substancial do conhecimento (KAMEYAMA, 1998).

Para a autora Nobuco Kameyama (1998), a teoria marxiana já possui em si o método do conhecimento embutido, o método e os estudos teóricos estão interligados e dependem um do outro e é imprescindível que alunos e

docentes não se apropriem somente da teoria, mas também deve haver um aprimoramento do método de análise. A formação profissional deve pautar-se na capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, direcionando o profissional a formação de uma compreensão crítica sobre os processos sociais, a partir da totalidade e a respeito do significado e desenvolvimento sócio histórico da profissão (ABEPSS, 1999).

Destaca-se que a recusa ao método de Marx no Serviço Social relaciona-se com as correntes filosóficas que permanecem na profissão e que ganham força política e social em períodos de ascensão da dominação burguesa. Desta forma, chama-se atenção as três (03) produções (uma Dissertação e duas Teses) que não fizeram alguma referência sobre o método utilizado e as demais produções que demarcaram o uso do método em Marx para as suas pesquisas, pois esta caracterização da pesquisa, não impossibilita o pesquisador de recair sobre ecletismos metodológicos ou dificuldades na interpretação da realidade social, que pode ser diretamente influenciada pelo sucateamento do Ensino Superior e do ataque às políticas de ensino, pesquisa e extensão, principalmente na área das Ciências Sociais.

No mais, a formação profissional precisa estar em constante processo de incorporação e aprofundamento do método materialista histórico-dialético, tendo em vista a necessidade de apreensão das demandas postas cotidianamente aos assistentes sociais, principalmente no que tange à violência contra as mulheres, que se apresenta como um fenômeno social enraizado e naturalizado pelas suas bases de sustentação estrutural que são o modo de produção capitalista, a ordem patriarcal de gênero e o racismo. Por isso, a produção do conhecimento que se oriente com base em uma matriz teórico-metodológica que busca, primariamente, pelo conhecimento do concreto, da realidade posta e suas múltiplas determinações.

4.2.2 As Formas Pelas Quais A Violência Contra As Mulheres é Evidenciada Nas Produções Elencadas e as Categorias De Análise Utilizadas.

Diante do percurso metodológico, bem como do objetivo geral e dos objetivos específicos, este subtítulo apresentará as aproximações sobre as formas como a violência contra as mulheres é evidenciada nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutorado elencadas para este estudo. Concomitantemente, irá apresentar as categorias de análise que foram utilizadas para compor as análises das produções, os descritores encontrados, entre outras informações relevantes.

Para dar início a esta fase da pesquisa, é necessário apresentar quais descritores de análise estão presentes em cada produção selecionada. Com isso, faço menção novamente aos descritores elencados para esta pesquisa: Violência contra as mulheres, Patriarcado, Gênero, Mulheres, Relações Sociais de Sexo, Violência e Femicídio. Os descritores supracitados foram utilizados para compor, majoritariamente, o mapeamento das Dissertações de Mestrado e das Teses de Doutorado e foram encontrados no título dos trabalhos, bem como nos resumos. Abaixo, o quadro irá apresentar quais descritores estão presentes em cada trabalho.

Quadro 10 - Descritores encontrados em cada produção selecionada

Pesquisa - Título	Descritores
Dissertação - Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro.	Gênero; mulheres;
Dissertação - Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do DEGASE.	Gênero; Violência;
Dissertação - O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar.	Violência; Mulheres; Patriarcado;
Dissertação – “Não era amor, era cilada” - o trabalho da patrulha Maria da Penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no município de Duque de Caxias.	Violência; Mulheres; Gênero; Violência contra as mulheres;

Dissertação - Gênero e famílias: entre mudanças e permanências.	Gênero; Mulheres; Violência; Patriarcado;
Dissertação - Prostitutas travestis e transexuais do jd. Itatinga – SP: narrativas da atuação da polícia na zona	Mulheres; Patriarcado; Violência; Gênero;
Dissertação - As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI - Florianópolis	Violência; Gênero;
Tese - Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito	Violência; Gênero; Mulheres;
Tese - Feminismo e capitalismo: contribuições teóricas a partir do feminismo materialista francês	Gênero; Relações Sociais de Sexo;
Tese - Femicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo tribunal de justiça do estado do maranhão no âmbito da lei n. 13.104/2015	Femicídio; Violência; Gênero; Mulheres;
Tese - A classe trabalhadora tem sexo nem gênero - crítica da “ordem patriarcal de gênero” de Heleieth Saffioti	Gênero;

Fonte: a própria autora.

A utilização de tais descritores foi fundamental para o processo de mapeamento dos trabalhos selecionados, facilitando o processo investigativo nos sites e nas bibliotecas online de cada Programa de Pós-Graduação. Ademais, a escolha dos descritores foi realizada a partir de palavras-chaves que pudessem abranger as produções que se aproximam da temática violência contra as mulheres ou que abordam com centralidade este fenômeno, para isso foram elencadas palavras que pudessem auxiliar no processo de mapeamento, tendo em vista as inúmeras publicações realizadas entre 2010 e 2021. A exemplo disso, por mais que pesquisar por “mulheres”, possa parecer muito generalista, em relação ao rigor científico na busca pelos materiais, as escolhas dos descritores foram estrategicamente pensados para conseguir abarcar, no mapeamento, o maior

número de trabalhos possíveis que pudessem teorizar a respeito da temática escolhida nesta pesquisa.

Com base nestas informações é possível vislumbrar que do total de onze (11) Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, a maioria foi encontrada com base nos principais descritores: “gênero” (34%), “violência” (27%) e “mulheres” (24%). Ainda, o descritor “patriarcado” apareceu em 9% das produções (todas Dissertações de Mestrado) e, por fim, “feminicídio” e “relações sociais de sexo” foram utilizados apenas 1 vez, cada descritor em uma Tese de Doutorado diferente. Um ponto importante da análise proposta começa a se desvelar, logo nesta parte da pesquisa, uma vez que a categoria patriarcado aparece muito menos nas pesquisas do que o conceito de gênero, fato que será analisado nas próximas considerações.

Para adensar a discussão sobre como a violência contra as mulheres é evidenciada nas referidas produções é válido apresentar que: do total de sete (07) Dissertações de Mestrado, três (03) abordam, especificamente, a violência contra as mulheres como temática central e as outras quatro (04) produções não apresentam a temática em apreço de maneira central, mas discorrem sobre a mesma para complementar a discussão sobre as suas referidas temáticas de análise.

Em relação as quatro (04) Teses de Doutorado selecionadas para este estudo, uma (01) tematiza de maneira central a violência contra as mulheres e as outras três (03) referem-se à violência contra as mulheres, mas não a colocam como elemento central de pesquisa. De maneira geral, das onze (11) produções selecionadas, quatro (04) colocam a temática desta pesquisa como central em suas análises e sete (07) outras Dissertações e Teses não trilham o mesmo caminho em relação à temática principal.

As produções que versam, com centralidade, a respeito do fenômeno da violência contra as mulheres, são no âmbito das Dissertações: “O partear em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar” (RICIO, 2020) que trata, majoritariamente, da violência obstétrica contra as mulheres na sociedade patriarcal, racista e capitalista; “Não era amor, era cilada - O trabalho da patrulha Maria da Penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no Município de Duque de Caxias” (COPELLO, 2020), que o próprio título já demonstra qual tipo de violência contra as mulheres é mais referenciada ao longo do trabalho; e “Prostitutas, travestis e transexuais do Jd. Itatinga - SP: narrativas da

atuação da polícia na zona” (MENDONÇA, 2020), que dialoga, principalmente, sobre a violência policial contra as mulheres prostitutas, trans e travestis;

Ademais, as outras quatro (04) Dissertações, dividem-se entre: “Gênero e famílias: entre mudanças e permanências” (JULIÃO, 2021) que apresenta as relações de gênero nas famílias contemporâneas, tendo em vista a naturalização dos estereótipos sociais provenientes do sistema socioeconômico vigente; “As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI Florianópolis” (ARAÚJO, 2020) que analisa a influência de raça, gênero e classe sobre a violência contra as meninas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) em Florianópolis; “Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro” (FONSECA, 2020) que traz uma análise sobre os sentidos das políticas sociais para as mulheres no modo de produção capitalista no Brasil, diante de um Estado Social que mantém as relações sociais estruturais do sistema em voga; Por fim, “Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do DEGASE” (OLIVEIRA, 2021), versam sobre uma investigação de como o atendimento socioeducativo às adolescentes em cumprimento de medida de internação estrutura-se partir da categoria gênero.

Já no âmbito das Teses de Doutorado, a única produção que trata com centralidade da violência contra as mulheres é “Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito” (BORTOLI, 2020) que buscou compreender qual a relação entre os sentidos de masculinidades manifestos nos registros processuais efetuados por operadores (as) do direito na Delegacia, na Promotoria e no Judiciário com vistas ao enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres em Blumenau. As demais Teses de Doutorado são: “Feminismo e capitalismo: contribuições teóricas a partir do feminismo materialista francês” (OLÍVIO, 2021) que versa sobre a concepção de feminismo expressa pelas categorias do feminismo materialista francês; “A classe trabalhadora tem sexo nem gênero: crítica da ordem patriarcal de gênero de Heleieth Saffioti” (CALADO, 2020) que se refere a uma busca pela compreensão das concepções elaboradas pela autora Heleieth Saffioti sobre a ordem patriarcal de gênero; e “Feminicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no âmbito da Lei nº. 13.104/2015”

(FERREIRA, 2021) que é uma Tese de Doutorado que se propôs a analisar, com base na Lei Maria da Penha e na Lei do Feminicídio, as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com base no recorte temporal de 2015 a 2019.

Após esta apresentação sintética das produções, é importante esmiuçar que dentro dos campos das justificativas para as pesquisas, as mais recorrentes estão: 1 - as vivências empíricas dos pesquisadores dentro e fora do ambiente acadêmico (aparece em três Dissertações e três Teses); 2 - as experiências profissionais (foi pontuada em 1 Dissertação e 2 Teses); - 3 - Participação em Grupos de Estudo e Pesquisas de Iniciação Científica (apresentada em 4 Dissertações e 1 Tese). As demais justificativas, que são menos recorrentes, referem-se ao estágio, a residência profissional, a participação em Seminário temático e a produção da Dissertação de Mestrado.

Evidenciar as justificativas que levaram as (os) pesquisadoras (es) a escolha de suas temáticas centrais, torna-se muito relevante para esta pesquisa, levando em consideração a necessidade de compreender quais são os principais agentes motivadores e propulsores da pesquisa e da produção do conhecimento a respeito da violência contra as mulheres. É notório o quanto as vivências empíricas são referenciadas, em maior número, nas pesquisas selecionadas por este estudo. As vivências empíricas delimitam um espaço de experiências vividas e observadas pelos pesquisadores e constitui-se como a porta de acesso principal às investigações e as produções do conhecimento, pois inquietam os pesquisadores a perquirir o percurso histórico, social, político e econômico que cercam um determinado fenômeno.

Entretanto, é sumário ponderar que as vivências empíricas devem ser analisadas através de um método capaz de ultrapassar o entendimento da aparência dos fenômenos e captar as determinações que configuram a essência do que se propõe a analisar. Olhar para além da realidade posta demanda a escolha de um arsenal teórico para respaldar o processo de conhecimento. O empírico, não se explica em si, desta forma, o pesquisador deve refletir obstinadamente sobre a complexidade das relações e dos processos estruturais da sociedade, partindo do ideal epistemológico do método em Marx, buscando captar as mediações do movimento do real para transformá-las em concreto pensado.

Por fim, o único trabalho de autoria masculina, também fez referência às vivências empíricas enquanto uma justificativa para a escolha da temática. Diferentemente, das demais autoras que apresentaram as suas “vivências empíricas” enquanto mulheres em uma sociedade regida pela dominação/exploração dos seus corpos, o autor (BORTOLI, 2020), pontuou outras expressões do modo de produção capitalista-patriarcal-racista que foram fundamentais para sua iniciação enquanto pesquisador social na área, como a sua inserção no curso de Serviço Social, onde se viu sozinho enquanto figura masculina, tendo em vista os rebatimentos da ordem patriarcal de gênero na profissão, bem como a sua atuação profissional, posteriormente, com homens denunciados e autores de violência contra as mulheres, que gerou uma grande inquietação no referido autor, a respeito das “violências de gênero” e os sentidos da masculinidade.

Faz-se necessário salientar que todas as informações apresentadas servem para conseguirmos refletir sobre as formas pelas quais a violência contra as mulheres vem sendo compreendida nas produções dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social do Brasil. Para além, será realizada uma apresentação de como a referida violência é evidenciada, utilizando as produções, bem como as categorias e os conceitos que surgiram para contextualizar tal fenômeno.

Logo de início, ao realizar a leitura das Dissertações e das Teses elencadas, nos marcos sinalizados desta pesquisa, foi muito expressivo a forma como a violência contra as mulheres é caracterizada como “violência de gênero” em 67% das produções, sendo encontradas em cinco (05) Dissertações e duas (02) Teses de Doutorado.

Neste sentido, as Dissertações que tratam da referida violência como “violência de gênero”, são: 1º “Não era amor, era cilada - O trabalho da patrulha Maria da Penha no enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica no Município de Duque de Caxias” (COPELLO, 2020); 2º “Prostitutas, travestis e transexuais do Jd. Itatinga - SP: narrativas da atuação da polícia na zona” (MENDONÇA, 2020); 3º “Gênero e famílias: entre mudanças e permanências” (JULIÃO, 2021); 4º “As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI Florianópolis” (ARAÚJO, 2020); e 5º “Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do DEGASE” (OLIVEIRA, 2021).

Em relação às Teses de Doutorado, as produções que versam sobre a “violência de gênero” são: 1º Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito (BORTOLI, 2020); e 2º “Feminicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no âmbito da Lei nº. 13.104/2015 (FERREIRA, 2021).

É importante salientar que todos os dados apresentados até o momento servem para conseguirmos refletir sobre as formas pelas quais a violência contra as mulheres vem sendo evidenciada nas produções dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social do Brasil. Para além, compreende-se a importância de elucidar as categorias de análise dos respectivos trabalhos, levando em consideração que estas são capazes de representar o nível de abstração do conhecimento que vem sendo produzido, principalmente, no que refere-se a violência contra as mulheres.

Para adentrar nesta etapa, é riquíssimo esmiuçar a diferença entre as categorias de análise e os conceitos utilizados na elaboração de uma pesquisa. Diferentemente das categorias, os conceitos remetem às aspirações mais simples da realidade, aos complexos ainda não analisados, “[...] os conceitos, são as abstrações que remetem a determinações mais simples” (NETTO, 2011, p. 42).

No que tange às categorias de análise, o autor Triviños (1987), expõe que as categorias, no método de Marx, são compreendidas como:

Formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento. Para o marxismo, as categorias se formaram no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social. Esta última afirmação é fundamental. Ela significa que o sistema de categorias surgiu como resultado da unidade do histórico e do lógico, no movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência (idem, p. 55).

Assim, as categorias de análise e a razão dialética, ao serem orientadas ontologicamente, são capazes de indicar as relações universais, socialmente explicadas e que remetem ao funcionamento de dada ordem social (SANT’ANA; SILVA, 2013). A partir disso, entende-se que as categorias configuram-se como estruturas, complexos ativamente reais, que a razão extrai do movimento do real. Logo, a categoria é constitutiva da realidade, nesse sentido, o método em Marx deve manter-se em um ininterrupto movimento de reconstrução das categorias

ontológicas do ser social (LUKÁCS, 2012). Desta forma, as categorias das produções elencadas são de extrema importância para a compreensão de como a violência contra as mulheres é abordada nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutorado.

Em relação aos termos mais recorrentes, localizados nas referidas produções, é possível visualizar um campo de análise diverso no que refere-se a violência contra as mulheres. Entretanto, há uma recorrência à utilização de alguns termos como “gênero”, “violência de gênero”, “capitalismo” e “patriarcado”, mesmo apresentando perspectivas e abordagens distintas.

Os termos referenciados, são utilizados como conceitos e categorias, dependendo do trabalho analisado. As autoras (OLIVEIRA, 2021), (COPELLO, 2020), e (ARAÚJO, 2020) caracterizam o termo gênero como categoria em suas Dissertações, além disso, o autor (BORTOLI, 2020) e as autoras (OLÍVIO, 2021), (CALADO, 2020) e (FERREIRA, 2021) também fazem uso do “gênero” como categoria de análise em suas Teses de Doutorado. Enquanto “gênero” foi utilizado como categoria em sete (07) trabalhos, “patriarcado” apareceu em duas (2) produções como categoria de análise, são elas: uma Dissertação com autoria de (RÍCIO, 2020) e uma Tese elaborada por (FERREIRA, 2021). No mais, “capitalismo” e “classe” foram elencados como categorias de análise em três (03) Dissertações escritas por (RÍCIO, 2020), (ARAÚJO, 2020) e (OLIVEIRA, 2021).

A partir destas informações, é possível analisar como a violência contra as mulheres é evidenciada nas referidas produções em destaque. Assim, a autora (OLIVEIRA, 2021), tem como objetivo geral da sua Dissertação “analisar como o atendimento socioeducativo destinado às adolescentes em cumprimento de medida de internação estrutura-se a partir da categoria gênero, preocupando-se em compreender como a execução do referido atendimento se dá no sentido da ruptura ou manutenção das desigualdades de gênero” (OLIVEIRA, 2021, p. 14). Nesta produção, a violência contra as mulheres é referenciada como “violência de gênero” e este fenômeno estaria submetido às relações de dominação e submissão provenientes das desigualdades estabelecidas entre os gêneros. Além disso, a mesma autora apresenta que a “violência de gênero” torna-se fundamental para as desigualdades de gênero, tendo em vista que é a referida violência é elemento “fundante” da sociedade patriarcal.

Ainda sobre a Dissertação supracitada, a autora pontua que a violência de gênero pode ser compreendida como uma relação de poder e de dominação que submete as mulheres às normas da cultura patriarcal, podendo expressar-se no âmbito público e privado, beneficiando o capital, levando em consideração que submete as mulheres a uma dupla violação: tanto no âmbito familiar quanto “pelas mãos dos capitalistas” (OLIVEIRA, 2021, p. 20).

Ainda sobre a Dissertação apresentada alhures, é possível visualizar um distanciamento da categoria “ordem patriarcal de gênero”, uma vez que a autora utiliza a categoria gênero somada ao conceito de patriarcado. Neste sentido, Oliveira (2021) situa a “violência de gênero”, a partir das desigualdades de gênero que são construídas nas relações sociais entre os homens e as mulheres no modo de produção capitalista, por meio das estruturas de poder, da cultura e da tradição, sendo assim, o referido fenômeno é caracterizado pela hierarquia e dominação entre os gêneros em uma ordem social andocêntrica.

No mais, a autora Oliveira (2021) utiliza a autora Saffioti (2004), (2015) para dialogar sobre a “categoria” gênero, enquanto uma categoria histórica e analítica que “observa as relações sociais considerando os efeitos das construções do que é ser homem e do que é ser mulher” (OLIVEIRA, 2021, p. 18). Para contextualizar a violência de gênero, a autora em apreço utilizou, majoritariamente, as autoras ARRUZZA; BHATTACHARYA e FRASE (2019). Nesta mesma etapa da pesquisa, Oliveira (2021) ainda reforçou que nem toda violência de gênero parte de uma construção do sistema capitalista, pois está enraizada na subordinação das mulheres ao trabalho, com base em gênero e na acumulação de capital. Para esta Dissertação, as violências de gênero, também, podem ser derivadas das relações de exploração e dominação de classe, gênero e raça para manutenção do status quo.

Já a autora Copello (2020), optou pelo uso exclusivo da categoria gênero em sua Dissertação de Mestrado. O objetivo geral desta produção foi “analisar o trabalho da Patrulha Maria da Penha no enfrentamento a violência contra as mulheres e na proteção dessas no município de Duque de Caxias” (COPELLO, 2021, p.20). Da mesma forma, a autora apresentou um distanciamento da categoria “Ordem Patriarcal de gênero”, uma vez que a violência contra as mulheres é analisada como uma expressão das desigualdades de gênero que determinam as estruturas históricas das relações sociais. Neste cenário, Copello (2021) indica que gênero parte de uma construção cultural e social que estabelece as relações entre

homens e mulheres, portanto, o “papel” dos homens e das mulheres na sociedade é constituído culturalmente e socialmente, principalmente pelo machismo e pela misoginia (COPELLO, 2021, p. 09)

A mesma autora faz menção, majoritariamente, a violência doméstica contra as mulheres e até chega a pontuar a sociedade patriarcal enquanto um sistema hierárquico, em que acontecem as relações de poder entre os homens e as mulheres, mas não aprofunda o debate sobre a categoria ordem patriarcal de gênero, situando a violência contra as mulheres dentro do campo das desigualdades de gênero, que estabelecem as relações sociais pela hierarquia sexual (COPELLO, 2021).

A Dissertação em debate apresenta a violência contra as mulheres como uma violação dos Direitos Humanos, sendo, portanto, responsabilidade da sociedade e do Estado em combater este fenômeno, através de políticas públicas de enfrentamento a violência de gênero. Nessa perspectiva, a autora ainda expõe que, o modo de produção capitalista e as relações de gênero se formaram de maneira involuntária, sem a pretensão de ser, porém, para compreendermos as “particularidades” da formação do ser homem e do ser mulher na sociedade atual, a autora Copello (2021) expõe que é imprescindível o entendimento de ambas as conjunturas.

Ademais, a autora Copello (2021) utilizou a autora Saffioti (1997) (2004), para discorrer a respeito de gênero, enquanto uma construção cultural e social que estabelece as relações entre os homens e as mulheres e define o que é ser homem e ser mulher, sendo, portanto, uma categoria essencial para a compreensão das desigualdades de gênero e das violências perpetradas contra as mulheres. Por fim, outras autoras também foram citadas como Guimarães (2005), Scott (1995)(2005), além de utilizar Portella (2005) para discorrer que a violência contra as mulheres atravessa as relações sociais, como as de raça e de classe, por isso, a violência contra as mulheres é um elemento estrutural na subordinação das mulheres.

No que refere-se a Dissertação elaborada por Araújo (2020), o objetivo geral foi analisar a violência a partir de seus elementos constitutivos, como, por exemplo, raça, classe e gênero de forma articulada, inter-relacionada e combinada, a partir de um estudo onde foram analisados os prontuários das meninas e de suas famílias atendidos pelo PAEFI de Florianópolis, na busca de

contextualizar a violência e os/as atores envolvidos/as, identificar o entendimento de violência contra meninas das/os profissionais que prestam assistência aos casos registrados e avaliar como figuram os marcadores de gênero, raça e classe nos registros. Esta produção elenca como categorias de análise “violência, gênero, raça e classe” em uma perspectiva do intercruzamento entre elas, capaz de produzir uma realidade complexa, caracterizada por sistemas de subordinação ao capital que estabelecem as relações sociais de subordinação e dominação (ARAÚJO, 2020, p. 17).

Por mais que a autora supracitada não tenha elencado a ordem patriarcal de gênero como uma categoria de análise, a mesma refere-se a este sistema sendo fundamental ao funcionamento do capitalismo, por isso é assimilado e potencializado pelo modo de produção capitalista para manutenção de uma “classe inferior” que pudesse operar o sistema (ARAÚJO, 2020, p. 35). Sendo assim, compreender o patriarcado torna-se fundamental para a referida autora, para ser possível situar a opressão vivenciada pelas mulheres historicamente. Nesta Dissertação, as autoras Pateman (1993), Saffioti (2004) e Azevedo (2017) foram utilizadas como referencial teórico para discorrer a respeito da importância do uso do “patriarcado”, “na medida em que nos permite nomear o problema, pois não fazê-lo incorre no erro de inviabilizá-lo” (ARAÚJO, 2020, p. 49).

Na Dissertação supracitada, a autora buscou compreender a violência contra as meninas e não contra as mulheres, apresentando o debate a partir da perspectiva interseccional oriunda do Feminismo Negro, que abrange gênero, raça e classe enquanto elementos essenciais na produção e reprodução das desigualdades estruturalmente violentas. Por isso, ao analisar um contexto, como o atendimento do PAEFI, (ARAÚJO, 2020) é necessário entender que a situação de violência transcende este contexto, por ser uma violência estrutural.

No que tange às produções que fazem o uso da categoria patriarcado em suas pesquisas, a Dissertação de autoria de (RÍCIO, 2020) tem como objetivo geral fazer a análise, a partir do relato de mulheres que pariram na região da Grande Vitória- ES, sobre a relação entre violência na assistência ao parto e a sociedade patriarcal, racista e capitalista. A principal preocupação da autora é a relação entre a violência obstétrica e os possíveis determinantes que marcam as relações sociais na sociedade capitalista contemporânea (RÍCIO, 2020, p. 08). No que diz respeito à utilização da categoria patriarcado, a autora aponta que a

violência contra as mulheres, fenômeno que engloba a violência obstétrica, tem como base uma construção histórico-social oriunda do patriarcado, do racismo e do capitalismo, que promovem um sistema de dominação e exploração que atende à lógica do mercado.

Para além, buscando compreender a violência contra as mulheres, a autora (RÍCIO, 2020), aponta que o movimento do método em Marx deve ser realizado ininterruptamente para ser possível captar as mediações que envolvem a referida violência, bem como a violência obstétrica contra as mulheres. Ainda, a autora em questão é enfática ao ponderar que não é possível dialogar sobre a violência em apreço desconectado do trinômio: “sexo, raça e classe”, levando em consideração o extenso processo de controle dos corpos femininos a partir da instauração do sistema patriarcal.

A autora Rício (2020) fez uso das autoras Saffioti (2015), para esmiuçar as condições das mulheres sobre o regime patriarcal, que consiste em um sistema de dominação e exploração das mulheres, que utiliza a ideologia sexista e a violência para legitimar uma estrutura de poder locado aos homens. Não só, as autoras Falquet (2008), Guillaumin (2014), Cisne (2018) e Kergoat (2010) compõem, majoritariamente, a fundamentação teórica realizada na Dissertação em questão. Desta forma, a violência contra as mulheres é evidenciada nesta produção a partir de suas bases estruturais como o capitalismo, o racismo e a ordem patriarcal de gênero, que tornam a mulher um ser inferiorizado em relação aos homens e que culminaram em um “nó” de dominação/exploração que não pode ser desatado quanto as práticas sociais.

Outras três (03) Dissertações não apresentam nenhuma categoria de análise e/ou quando o fazem, as categorias são referentes ao método elencado na referida pesquisa. A autora Fonseca (2020) buscou analisar como as políticas sociais para as mulheres respondem às necessidades de produção e reprodução do modo de produção capitalista brasileiro, após a expansão da cidadania destinada às mulheres no Brasil. A maior preocupação da autora foi aferir os limites e retrocessos no campo das políticas sociais para as mulheres. Para, além disso, Fonseca (2020) apresentou, com mais profundidade, a relação entre o Estado e as políticas sociais destinadas às mulheres, contextualizando o Estado enquanto um regulador do modo de produção capitalista que está marcado, também, pelo patriarcado.

Não só, a Dissertação em apreço não apresenta o diálogo sobre a violência contra as mulheres no resumo ou na parte introdutória do trabalho, todavia, pondera que para uma análise do Estado é de suma importância situar os elementos classe, raça/etnia e sexo/gênero, pois são fenômenos concretos na reprodução da sociedade patriarcal-racista-capitalista, que mantém as mulheres em situação de submissão em relação aos homens (FONSECA, 2020, p. 25).

Outro ponto que merece destaque é a forma como a autora supracitada expõe que o patriarcado não pode ser reduzido às situações interpessoais, uma vez que possui um caráter e uma consistência social e histórica que foi assimilado pelo modo de produção capitalista, que se apropriou do patriarcado e do racismo para estabelecer as dominações/explorações contra as mulheres e, principalmente, contra as mulheres negras e pobres. Neste cenário, Fonseca (2020) fez o uso de autores como Arruza (2015), Saffioti (1987), Mascaro (2013), Cisne (2012) e Davis (2016) para embasar sua fundamentação teórica.

A Dissertação de autoria de Julião (2021) tem como objetivo compreender como se estabelecem as **relações de gênero** nas famílias contemporâneas. A autora não apresenta no resumo ou na introdução nenhuma caracterização da violência contra as mulheres, mas pondera que o contexto escravista e senhoril que marcou o Brasil, se revela atualmente na desigualdade e na violência de gênero, raça e classe. A violência mais referenciada na Dissertação em apreço relaciona-se a violência dentro de um aspecto geral dos sujeitos da família e aprofunda o debate demarcando as relações sociais pautadas no gênero, que configuram como situações de desigualdade para as mulheres e para o homens, além de constituir diferentes papéis sociais.

Ainda, Julião (2021) analisa as referidas violências com base no modo de produção capitalista que se apropriou de um modelo cisgênero, monogâmico e heterossexual para perpetuar as situações desiguais entre homens e mulheres. Portanto, a sociedade contemporânea além de se constituir como capitalista, não deve ter a questão racial e cis-heteropatrarcalinvisibilizada. Outrossim, esta Dissertação também tece uma crítica ao uso do termo patriarcado, por não o considerar adequado, uma vez que quando utilizado como sinônimo de opressão masculina, pode obscurecer distinções existentes neste campo, além de naturalizar o biológico e o binário, dependendo da forma como for utilizada. De qualquer maneira, Julião (2021) não apoia a abolição do uso do termo patriarcado,

mas argumenta que para utilizá-lo deve-se perceber o seu lugar na história. Neste cenário, a autora Gayle Rubin (2017) foi referenciada para afirmar a existência de um sistema sexo-gênero como “uma parte da vida social em que reside a opressão das mulheres” (JULIÃO, 2021, p. 32). Não só, autores como Saffioti (2015), Haraway (2004), Almeida (2020), Scott (2019) Louro e Butler (2018) foram utilizados para compor o quadro de fundamentação teórica a respeito das relações familiares na contemporaneidade.

A última Dissertação que não elenca nenhuma categoria de análise, foi elaborada por Mendonça (2020) e trata, majoritariamente, da análise do papel da polícia na regulamentação da prostituição a partir das narrativas de prostitutas travestis e transexuais da zona do Jardim Itatinga, em Campinas /SP. Mendonça (2020) apresenta a polícia como uma instituição que reproduz as opressões da sociedade, associado ao patriarcado, ao racismo e ao cissexismo. O modelo de segurança pública no Brasil, segundo a autora, é marcado pelo modo de produção capitalista, ao racismo estrutural, ao patriarcado e à cisnormatividade, que também se constitui como um fator estruturante da sociedade sendo capaz de determinar exclusões sociais a determinados grupos sociais. Neste sentido, a autora aponta que a cisnormatividade é uma categoria que refere a toda a estrutura societária, o passo que determina a existência de apenas dois sexos e seus gêneros correspondentes (MENDONÇA, 2020).

A violência mais retratada nesta dissertação refere-se a violência policial e institucional, que para a autora Mendonça (2020), a violência em questão pode estar relacionada às opressões da sociedade e em outra relacionada ao contexto de criminalidade, uma vez que o conservadorismo moral promove a lógica de um inimigo interno, desviante, bandido, vagabundo, pobre, criminoso, ou simplesmente LGBT'S (MENDONÇA, 2020, p. 50).

Nesta seara, a Dissertação supracitada aponta que os negros, as mulheres, as prostitutas e as travestis são considerados os desviantes, os que não se enquadram no padrão homem branco, cisgênero, heterossexual e rico. Desta forma, a violência e a intolerância são meios importantes de reprodução das masculinidades, do patriarcado, do racismo e do cissexismo. Para aprofundar o debate, Mendonça (2020) utilizou autores como Leite, Olivar e Rodrigues (2013), além de Tavares (2014), Góes (2017), Collins (2017), Hirata (2014), Cisne (2018) e Kergoat (2013), para subsidiar a fundamentação teórica de sua pesquisa.

Em relação às Teses de Doutorado, todas as quatro (produções) fazem o uso do conceito de gênero como uma categoria de análise e uma (01) Tese utiliza “patriarcado” como categoria. A única Tese que coloca a violência contra as mulheres como uma temática mais central, possui como categorias de análise “sexo e gênero”, “relações de gênero”, “identidade de gênero” e “masculinidades”. O autor da Tese em apreço, (BORTOLI, 2020), discorre que seu objetivo geral consiste em:

[...] apreender a relação entre os sentidos de masculinidades manifestos nos registros processuais efetuados pelos/as operadores/as do direito na Delegacia, na Promotoria e no Judiciário e os procedimentos/encaminhamentos realizados com vistas ao enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres em Blumenau (BORTOLI, 2020, p. 10).

Neste sentido, o mesmo autor afirma que gênero é uma categoria histórica e complexa e que possui diversos contextos e significados, para além das relações homens-mulheres, pode ser pensada entre as relações homem-homem e mulher-mulher. Em relação à violência contra as mulheres, Bortoli (2020) apresenta que a expressão “violências de gênero contra as mulheres” é a melhor escolha para abarcar temática, tendo em vista que a dominação relaciona-se as configurações de gênero sendo atravessada pela sexualidade, raça, cultura, desigualdade econômica, entre outros elementos, formando uma estrutura social que produz e re-produz as masculinidades. Assim, compreender a relação entre os sentidos de masculinidades manifestos nos referidos registros executados pelos/as operadores do direito é de suma importância para o autor Bortoli (2020), pois tais profissionais carregam diversas responsabilidades no que se refere às funções no combate às violências ou reprodução destas.

Ademais, Bortoli (2020) expõe que existe um campo complexo em relação ao debate conceitual sobre as violências de gênero, pois não existe um consenso sobre a utilização do patriarcado. O mesmo autor apresentou o patriarcado como um conceito e expôs, de maneira sintética, a visão de algumas autoras como Saffioti (2004), Pateman (1993), Machado (2000) e Morgante (2014) que fazem o uso do patriarcado, mesmo que de maneiras distintas e com ressalvas diferentes, para elucidar as situações de dominação que as mulheres estão submetidas em relação aos homens.

Para o autor Bortoli (2020), o patriarcado possui importância quando se trata de aprimorar os estudos sobre a referida violência, todavia o “conceito patriarcado pode ser utilizado, desde que seja redefinido e, sobretudo, considere as

configurações e singularidades das relações de gênero (BORTOLI, 2020, p. 10). No mais, Bortoli (2020) discorre que a violência de gênero é empregada como qualquer violação de direitos das mulheres e que a adoção da “categoria gênero” foi capaz de ampliar as concepções das violências sofridas pelas mulheres. Entretanto, o mesmo autor não aprofunda o debate sobre a conceituação da violência contra as mulheres, pois sua pesquisa focou em apresentar às políticas públicas de enfrentamento a referida violência, bem como os serviços socioassistenciais destinados ao atendimento das situações de violência de gênero em Blumenau-SC.

Partindo para a segunda Tese de Doutorado, que faz uso da categoria gênero, a autora Olívio (2021) busca analisar as categorias do feminismo materialista francês à luz da produção e reprodução. Esta Tese não tem como centralidade o debate sobre a violência contra as mulheres, levando em consideração que se propõe a compreender as concepções de feminismo expressa pelas categorias desenvolvidas pelo feminismo materialista francês, todavia, discorre sobre a importância de situar o processo de dominação-exploração masculina no modo de produção capitalista, apresentando a disparidade de classes envolvida às dimensões de raça/etnia e sexo/gênero.

Ainda, a autora Olívio (2021) expõe que a divisão sexual do trabalho, a relação social de sexo e o patriarcado são algumas das dimensões que sustentam as relações sociais desiguais entre homens e mulheres na sociedade capitalista e não podem ser negligenciadas na discussão das inúmeras violências que as mulheres, homossexuais e pessoas trans sofrem diariamente.

A terceira Tese de Doutorado apresentada, elaborada por Ferreira (2021), chama atenção por elencar “gênero” e “patriarcado” como categorias de análise para sustentar a compreensão sobre as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão entre os anos de 2015 e 2019, utilizando como parâmetros a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio.

A maior preocupação desta autora foi analisar o quanto a tríade patriarcado/racismo/capitalismo interfere nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Para isso, o uso das categorias em destaque, foi necessário para a autora conseguir estudar o fenômeno diante as contrações capital/trabalho. Para além, ambas as categorias são “lentes de desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres dentro e fora do ambiente doméstico” (FERREIRA, 2021, p. 14).

A violência que mais aparece nesta produção é a violência doméstica, compreendida como uma violência de gênero e uma violação dos Direitos Humanos. Neste cenário, Ferreira (2021) utilizou a autora Saffioti (1987) para discorrer sobre a violência contra as mulheres, que é também caracterizada como violência de gênero, como uma manifestação do poder dos homens sobre as mulheres em “função de seu gênero” (FERREIRA, 2021, p. 15). Ainda, os autores Muraro (2015), Del Priore (2013), Davis (2016), Gonzalez (2011) e Pateman (1993) foram citados ao longo do trabalho para dialogar a respeito da ordem patriarcal de gênero e da imbricação entre classe, raça e patriarcado para o entendimento da situação violenta em que as mulheres estão submetidas. No mais, a autora em questão expõe que as mulheres estão submetidas a um processo sócio-histórico marcado pela ordem patriarcal de gênero, logo as violências contra as mulheres se apresentam devido a identidade de gênero ou orientação sexual das vítimas, tendo como principais motivadores a dominação/exploração que as mulheres sofrem na sociedade regida pelo patriarcado, capitalismo e o racismo.

No mais, a Tese de Doutorado em questão, aborda com mais profundidade as políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, enfatizando a trajetória histórica de implementação de tais políticas, bem como o envolvimento do movimento feminista na conquistas dos “direitos para as mulheres” e faz uma apresentação da Rede de Enfretamento ao fenômeno em discussão.

A última Tese de Doutorado a ser apresentada, foi elaborada pela Doutora Calado (2020) e tem como objetivo geral compreender o que a autora Heleieth Saffioti definiu como “ordem patriarcal de gênero” e suas relações com o sistema capitalista (CALADO, 2020, p. 09). Para tal finalidade, a autora elencou “gênero” e “totalidade” para compor seu quadro de categorias de análise. Faz-se necessário salientar que, esta produção não tematiza a violência contra as mulheres, mas dialoga com temas relevantes para este fenômeno, pois procura apreender as articulações entre a universalidade do capital, do patriarcado e a exploração das mulheres trabalhadoras a partir da obra e Saffioti.

Ademais, a autora Calado (2020) preocupou-se em levantar elementos que pudessem responder à questão da exploração de sexo/gênero, vinculada à divisão de classe e dominação, levando em consideração a busca por compreender se tal exploração parte de uma questão estrutural e simbiótica entre

patriarcado e capitalismo ou, pelo contrário, se o patriarcado já não se estabelece mais como parte da estrutura do sistema socioeconômico vigente (CALADO, 2020, p. 19). É sabido que esta produção não tematiza a violência contra as mulheres, mas trabalha com assuntos que fazem menção a este fenômeno. Ao realizar a busca por informações, foi possível visualizar na conclusão desta Tese, que na sociedade capitalista, os trabalhadores, diferentemente das sociedades feudais, são livres proprietários de suas respectivas forças de trabalho e, por isso, ser proprietário dos meios de produção não estaria mais submetido ao privilégio do “sexo”, já que nas sociedades feudais, só os senhores poderiam ser proprietários.

Neste cenário, a autora em questão aponta que o marco estrutural do capitalismo é a condição de classe, e não mais as condições étnicas ou sexuais, ao passo que tanto homens quanto as mulheres podem exercer o direito de propriedade. Por isso, Calado (2020) conclui sua Tese apontando a impossibilidade de demarcar o patriarcado como parte estrutural da sociedade capitalista, todavia, a autora em apreço não desconsidera a existência da “violência machista”, mas não a considera como fruto da ordem patriarcal de gênero (CALADO, 2020, p. 261-279).

Com o propósito de analisar as formas pelas quais as produções dos referidos Programas de Pós-Graduação evidenciam a violência contra as mulheres, foi apresentado uma série de informações relevantes para construir tais análises. Podendo, portanto, visualizar as produções de maneira mais individualizada é de suma relevância compreender alguns aspectos que são recorrentes nas Dissertações de Mestrado e nas Teses de Doutorado que foram elencadas para este estudo.

Faz-se necessário salientar que o entendimento da violência contra as mulheres é atravessa por diversas vertentes feministas, dessa forma, existe um campo polissêmico em relação ao referido fenômeno, tendo em vista que as correntes feministas estão ligadas a compreensões epistemológicas diferentes, logo, o que separa as correntes feministas é as distintas vertentes adotadas para compreender os elementos que caracterizam a violência contra as mulheres. São vastas as correntes em questão, como o feminismo marxista, o feminismo radical, o feminismo pós-moderno, o feminismo liberal, entre outros. Esta pesquisa não tem intenção de apontar qual vertente constitui-se enquanto uma “verdade absoluta”, ou uma apontar formas corretas ou incorretas de apontar os desdobramentos e as estruturais que fomentam a violência contra as mulheres, mas propõem-se a

levantar aspectos relevantes para tecer a análise de como a referida violência aparece nas produções elencadas.

Dito isso, um ponto de grande relevância para esta pesquisa, refere-se ao fato de que 67% dos trabalhos abordam a violência contra as mulheres enquanto violência de gênero. Em relação a caracterização da violência contra as mulheres enquanto “violência de gênero”, ressalta-se que seu uso pode distanciar o leitor do entendimento do sujeito que sofre a violência, tendo em vista que pode representar tanto a violência de homens contra mulheres quanto a violência de mulheres contra homens (SAFFIOTI, 2015). Portanto, o uso da “violência de gênero” em detrimento do uso “violência contra as mulheres”, deve estar conectado com um aprofundamento teórico sobre as relações hierárquicas entre homens e mulheres.

Referir-se à violência de gênero como sinônimo de violência contra a mulher é cair na armadilha da ocultação dos sujeitos, o que politicamente é uma perda em termos de denúncia e organização feminista. Daí a opção teórico-política pela denominação violência contra a mulher (CISNE; OLIVEIRA, 2017, p. 81).

As referidas autoras, ainda chamam à atenção ao quanto é tendencioso o uso da expressão “violência de gênero” para referir-se ao fenômeno da violência contra as mulheres, pois esta troca pode gerar confusão em especificar que se trata da violência sofrida por mulheres pelo fato de serem mulheres, acarretando no afastamento da concepção de que as mulheres são as principais atingidas pelo sistema patriarcal.

Para além, foi possível observar que o processo de esvaziamento da utilização da categoria “Ordem Patriarcal de Gênero”, pode ser notado já na segunda etapa do mapeamento desta pesquisa, que consistiu na busca pelas produções com base nos descritores de análise. Neste cenário, “patriarcado” apareceu em 9% das produções, ao passo que “gênero” estava em 34% dos títulos, palavras chaves e do resumo das Dissertações e das Teses de Doutorado. Entre as categorias de análise, também foi possível observar o mesmo processo, levando em consideração que sete (07) produções - sendo três Dissertações e quatro Teses - elencaram gênero como categoria e dois (02) trabalhos apresentaram patriarcado com categoria de análise - uma Dissertação e uma Tese.

Dentro deste aspecto, apresenta-se que gênero ganhou centralidade no debate feminista por volta de 1960-1970, se concretizando mesmo a partir da década de 1980. O termo em apreço ganhou tanta centralidade que inviabilizou a

categoria patriarcado. A autora Saffioti (2004) discorre sobre os interesses que rondam o esvaziamento da categoria patriarcado nos estudos sobre a submissão das mulheres na sociedade estruturalmente patriarcal-capitalista-racista. O processo de fomento do uso do conceito de gênero em detrimento da categoria ordem patriarcal de gênero, camufla, distrai, afasta a atenção ao poder do patriarca, podendo naturalizar a dominação/exploração masculina.

Com isso, é de suma importância demarcar que as diferenças entre homens e mulheres tornam-se desigualdades, uma vez que para além do gênero, o sistema patriarcal coloca as mulheres em uma situação de subalternidade (SAFFIOTI, 2004). Assim, a utilização do conceito de gênero em detrimento do uso da categoria “ordem patriarcal de gênero”, não apresenta, necessariamente, a relação entre desigualdades e poder. Dito isso, “para a discussão conceitual, este ponto é extremamente relevante, uma vez que gênero deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração, enquanto os demais termos marcam a presença masculina neste pólo” (SAFFIOTI, 2015, p. 74).

A preferência pelo uso do conceito de gênero em relação à categoria “ordem patriarcal de gênero” ou “patriarcado” foi observada nos trabalhos produzidos por: Oliveira (2021), Copello (2021), Julião (2021), Bortoli (2020) e Calado (2020). As produções em questão, além de demarcarem a violência contra as mulheres como sinônimo de violência de gênero, argumentam que as relações de dominação e submissão são oriundas das desigualdades estabelecidas entre os gêneros, demarcando as relações sociais através das diferenciações relacionadas ao ser homem e ser mulher, caracterizados pelas “questões de gênero”. Ainda, as “desigualdades de gênero”, evidenciada nestas produções, determinam as estruturas históricas das relações sociais e, tais desigualdades estão localizadas, majoritariamente, no campo da cultura. Neste sentido, o autor Bortoli (2020) apresenta que a adoção da categoria gênero foi capaz de ampliar as concepções sobre as violências sofridas pelas mulheres.

No mais, as autoras Copello (2021), Julião (2021), Calado (2020) e o autor Bortoli (2020), tecem considerações em relação ao uso do patriarcado para evidenciar o fenômeno da violência contra as mulheres. As autoras Julião (2021) e Calado (2020) criticam o uso do termo patriarcado, mais especificamente, a autora Julião (2021) desconsidera o uso do termo patriarcado para dialogar a respeito da violência contra as mulheres, pois a categoria em questão pode vir a naturalizar a

questão biológica das desigualdades de gênero e o binário. A autora em apreço, usou como referencial teórico o autor Miguel (2017) para corroborar com a ideia de que o patriarcado impede uma compreensão exata da complexidade da dominação masculina nas sociedades contemporâneas, por isso, “não se trata de abolir o uso do conceito de patriarcado ou substituí-lo pelo uso de gênero, mas de perceber o seu lugar na história e as conotações a que estão implícitas a ele” (JULIÃO, 2021). Vale ressaltar que o autor Bortoli (2020) também considera que para o uso do patriarcado, para aproximar-se da violência contra as mulheres, deve ser “redefinido e considerar as configurações e singularidades das relações de gênero” (BORTOLI, 2020, p. 10).

No que refere-se a autora Calado (2020), a mesma aponta que o patriarcado não faz parte da estrutura societária vigente, levando em consideração que no modo de produção capitalista, o marco estrutural são as relações de classe e não mais as condições étnicas ou sexuais.

Nesse sentido, pretendemos que se compreenda o desenvolvimento da sociedade capitalista, como as relações humanas reformularam-se e o que aconteceu nas modificações da lógica do trabalho, que tornou obsoletas as relações familiares tradicionais no molde patriarcal, e, com isso, cria-se a base material para se iniciar um processo de ruptura do pilar matricial do patriarcado, isto é, surgem as brechas na forma de propriedade patriarcal. Aqui nos voltamos para a compreensão das perspectivas feministas e socialistas, que no nosso entender devem ser procuradas na forma como se estrutura o capitalismo (CALADO, 2020, p. 18)

Ademais, Calado (2020) reforça que o patriarcado não é mais suficiente para explicar as situações de submissão em que as mulheres estão submetidas, “defendemos que a emergente sociedade burguesa trouxe à luz uma cultura mundial com contornos bem distintos da anterior” (CALADO, 2020, p.17). No mais, a autora em apreço, apresenta que a exploração das forças de trabalho, no modo de produção capitalista, é realizada independentemente das condições de “sexo” de quem trabalha, logo, evidencia-se que para esta autora o fenômeno do patriarcado/sexo/gênero esta inserido em um aspecto mais amplo, que seria as condições de classe.

Em contrapartida, os trabalhos que referem-se ao patriarcado e/ou a ordem patriarcal de gênero, foram elaborados por: Araújo (2020), Mendonça (2020), Ferreira (2021), Rício (2020), Fonseca (2020) e Olívio (2021). Todas as autoras citadas caracterizam o patriarcado a partir de um sistema de dominação/exploração apropriado pelo modo de produção capitalista, que promove as situações violentas a

que as mulheres estão submetidas.

Não só, as autoras supracitadas, partilham que a violência contra as mulheres, assim como as demais situações de submissão destas aos homens, devem ser analisadas dentro do aspecto patriarcado-capitalismo-racismo. Portanto, nestes trabalhos a violência contra as mulheres, parte de uma violência estrutural oriunda da ordem patriarcal de gênero, que foi potencializada com os recortes classistas e raciais. Os referenciais teóricos mais utilizados para construção destas formulações foram Saffioti (2004) - (1987), Cisne (2018) - (2012), Kergoat (2010), Davis (2016) e Falquet (2008).

Neste cenário, das onze (11) produções selecionadas, três (03) Dissertações de Mestrado e duas (02) Teses de Doutorado demarcam a violência contra as mulheres como uma expressão das desigualdades de gênero, categorizando gênero como uma construção social do masculino e do feminino, passando a ser utilizado para compor a compreensão da violência contra as mulheres, situando este fenômeno ao campo cultural da sociedade capitalista.

Ainda, as outras quatro (04) Dissertações de Mestrado e as outras duas (02) Teses de Doutorado vinculam a violência contra as mulheres a uma violência de cunho estrutural na sociedade, pois, para além das questões de gênero, o fenômeno em debate, é oriundo da sociedade patriarcal-capitalista-racista, constituindo um sistema de dominação/exploração que sustenta as relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres. Todavia, destes trabalhos, apenas uma Dissertação e uma Tese de Doutorado apresenta “patriarcado” como uma categoria de análise e não um conceito, desta forma, percebe-se que os estudos sobre a ordem patriarcal de gênero, no interior das esferas de produção do conhecimento no Serviço Social, ainda carecem de um aprofundamento teórico que seja capaz de esmiuçar a complexidade das relações sociais que estão envoltas das condições de classe, raça/etnia e da ordem patriarcal de gênero, pois ao aprofundar o debate a respeito das violências contra as mulheres ao campo cultural, ou exclusivamente das desigualdades oriundas das relações de “gênero”, invisibiliza-se as questões estruturais que tornam as mulheres, principalmente as mulheres pretas e pobres, o grupo social mais subordinado e que mais sofre com os aspectos da dominação/exploração provenientes do sistema capitalista, racial e patriarcal.

Não só, a palavra “gênero” aparece, aproximadamente, 1240 vezes nas Dissertações de Mestrado selecionadas, ao passo que a palavra “patriarcado”

foi utilizada 145 vezes, nas mesmas produções. Já nas Teses de Doutorado, a palavra “gênero” foi usada cerca de 900 vezes e a palavra “patriarcado” 300 vezes, todavia, 250 vezes a palavra “patriarcado” foi utilizada na Tese elaborada por Calado (2020), que discorre sobre o termo no sentido de criticá-lo e caracterizá-lo como insuficiente para representar as relações sociais no modo de produção vigente. Este processo de manter a ordem patriarcal de gênero sobre o manto da invisibilidade fortalece aqueles que se beneficiam com as condições de submissão e violência do sistema patriarcal-capitalista-racista, tendo em vista que todas as relações sociais são permeadas por tais condições de dominação/exploração. Por mais, que todos as produções selecionadas tenham relacionado a violência contra as mulheres as condições impostas pelo modo de produção capitalista, é preciso avançar nesta discussão, pois o capitalismo não atua sozinho, este apropriou-se de outros sistemas de dominação/exploração para manutenção da sua condição de poder e acumulação de capital.

Outro ponto de destaque nas produções que se distanciaram da categoria “patriarcado”, é que apenas o trabalho de Bortoli (2020), não apresentou o uso da perspectiva materialista histórico-dialética para compor seus trabalhos, este fato apresenta uma inconsistência e uma invisibilidade a respeito da perspectiva feminista e marxista do patriarcado, levando em consideração a não adoção da condição estrutural e sistêmica que as mulheres estão submetidas.

A perspectiva materialista que defendemos em contraposição ao culturalismo, não implica na desconsideração da cultura como importante. Consideramos a cultura indispensável para entender a desigualdade e as violências que as mulheres sofrem. Precisamos, todavia, compreender como a cultura é produzida e reproduzida (CISNE; VERÔNICA, 2021, p. 08).

Assim, é possível visualizar que este esvaziamento da categoria patriarcado, mesmo em produções que apontam uma matriz teórica metodológica ancorada no método de Marx, é parte de uma construção “de uma hegemonia conservadora neste campo do conhecimento, conseqüentemente, no arrefecimento de seu potencial de transgressão, subversão e transformação no plano da política” (CISNE; FERREIRA, 2021, p. 11).

As autoras Cisne e Ferreira (2021) apresentam que as perspectivas pós-modernas, impulsionam o debate sobre as condições desiguais das mulheres estarem ligadas a fatores “ideoculturais ou simbólicos e concebidas como

representações em torno das quais as identidades individuais se constroem e as relações microssociais e interpessoais se forjam” (idem, p. 12). O uso do conceito de gênero ganhou mais autoridade nos anos de 1980, na esfera acadêmica, com o intuito de ser uma expressão que carregue menos a relação com o confronto à ordem societária vigente. Logo, os “estudos de gênero”, possuem um caráter mais neutro e mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de carregar uma postura mais acadêmica e/ou científica (CISNE, 2014, p. 65).

No contexto de emergência das perspectivas pós-modernas, com sua crítica às metanarrativas e a quaisquer perspectivas universalizantes, o conceito passa a ser utilizado com forte referência à dimensão simbólica e da linguagem como construtores do sexo social. Elimina-se, assim, a referência às relações sociais materiais que produzem os grupos sociais sexuados e a relação de subordinação entre eles. São privilegiados os discursos e as normas que produzem as diferentes formas de ser homem e ser mulher na sociedade, como tornou-se de uso corrente, nas relações interpessoais cotidianas (CISNE; FERREIRA, 2021, p. 12).

Logo, a perspectiva pós-moderna transporta o debate sobre a estruturação das desigualdades de gênero, uma vez que enfatiza “a construção da sexualidade, por excelência, na construção das identidades de gênero” (CISNE; FERREIRA, 2021, p. 13).

Oportuniza-se destacar que, os resultados permitiram concluir que embora as Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado, no interior dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil apresentem uma tímida produção a respeito da violência contra as mulheres, é importante salientar que a produção do conhecimento a respeito do fenômeno em apreço, deve respaldar-se no conhecimento da realidade concreta, distanciando-se das concepções que não exaltam a questão estrutural que constitui o “vir a ser” das violências e das desigualdades sofridas pelas mulheres. Assim, carece de um aprofundamento analítico em relação às categorias que sustentam a dominação/exploração das mulheres na sociedade atual que é regida pelas condições de classe, raça/etnia e patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação de Mestrado teve como objetivo geral analisar as formas pelas quais a violência contra as mulheres é evidenciada nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil. Neste intuito, realizou-se um estudo exploratório, de natureza qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental respaldada pela perspectiva materialista histórico-dialética, por entender que “as relações sociais de sexo, raça e classe se imbricam dialeticamente e dão materialidade ao sistema patriarcal-racista-capitalista. Esse sistema configura uma unidade indivisível e contraditória, conformando uma totalidade” (CISNE; FERREIRA, 2021, p. 08).

Desta forma, compreende-se que a temática foi elencada a partir da sua lógica constitutiva, enquanto um sistema de dominação/exploração, de maneira que seja possível desvelar suas determinações em sua historicidade, buscando superar as abstrações do fenômeno estudado.

A questão central que envolveu este trabalho foi: “de que forma é construída a produção do conhecimento sobre a violência contra as mulheres a partir dos Programas de Pós Graduação em Serviço Social?”. Objetivando responder a questão, esta dissertação abordou os conceitos e categorias que cercam a produção do conhecimento em Serviço Social a respeito da violência contra as mulheres, pormenorizando as principais concepções que envolvem esta temática, tais como violência, gênero, patriarcado, capitalismo, relações sociais de sexo, entre outros aspectos relevantes para trabalhar com a temática “violência contra as mulheres”.

A partir da delimitação do recorte espaço-temporal para esta Dissertação de Mestrado, foi possível realizar o mapeamento das produções em doze (12) PPG *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil, dos 36 existentes na data da realização deste trabalho. Neste cenário, foram mapeadas 1.665 Dissertações de Mestrado publicadas entre 2010 a 2021, nos Programas de Pós-Graduação selecionados. Deste total de publicações, 07% apresentaram um ou mais descritores elencados a priori e 02% versam com centralidade a violência contra as mulheres.

No caso das Teses de Doutorado, foram mapeadas 586 produções publicadas entre 2010 e 2021. Desta totalidade de trabalhos, 05% apresentam um ou mais descritores e apenas 02% tematizam de maneira central o fenômeno em questão. Este cenário demonstra a necessidade de fomentar o estudo a respeito da

violência contra as mulheres no interior das esferas de pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social, levando em consideração que o referido fenômeno caracteriza-se como uma das expressões da questão social no sistema capitalista-patriarcal-racista.

Logo, a pesquisa e a produção do conhecimento, respaldados pela perspectiva materialista histórico-dialética, tornam-se essenciais para conhecer, explorar e sistematizar os dados sobre a referida violência e a produção de um conhecimento deve ser o mais fidedigno possível com as condições reais de vida das mulheres inseridas em uma sociedade pautada na tríade de dominação/exploração: classe, raça/etnia e ordem patriarcal de gênero.

No que tange aos objetivos específicos desta pesquisa, foi possível visualizar que as Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado conferem diversas contribuições ao debate da violência contra as mulheres, pois o avanço da formação em nível de Pós-Graduação, principalmente após 1980, demonstra uma expressiva produção teórica do Serviço Social brasileiro, gerando uma bibliografia consistente a respeito da violência em apreço, que é resultante de fatores como o amadurecimento das pesquisas, do movimento ininterrupto de fomento da produção do conhecimento em nível Ensino, Pesquisa e Extensão, além da estruturação dos grupos e núcleos de pesquisa.

Desta forma, os estudos a respeito da violência contra as mulheres, nos PPG selecionados, apresentam contribuições empíricas e teóricas sobre a compreensão do fenômeno estudado, pois revelam, em sua maioria, as estruturas de poder que promovem e naturalização das relações sociais pautadas no sistema patriarcal-capitalista-racista.

Foi possível, ainda, identificar que sete (07) produções – entre Dissertações e Teses – fazem menção ao uso da perspectiva materialista histórico-dialética para compor seus trabalhos, todavia, ao realizar as análises propostas, conclui-se que o positivismo e o conservadorismo ainda refletem diretamente no interior, levando em consideração o afastamento da violência contra as mulheres da perspectiva feminista materialista posta em alguns trabalhos, bem como as diferenças entre nomenclaturas apresentadas para caracterizar o uso do método em Marx, o distanciamento das categorias de análise que envolvem o método em questão, a apresentação de “hipóteses” em determinados trabalhos, entre outros elementos que podem ser compreendidos a partir da existência do Positivismo, do

Existencialismo e da Fenomenologia, que mesmo após o Projeto Ético Político da profissão se respaldar na Teoria Social Crítica Marxista, não deixaram de existir e de influenciar a produção do conhecimento no interior da profissão.

Assim sendo, evidencia-se que a formação profissional precisa estar em constante processo de incorporação e aprofundamento do método materialista histórico-dialético, tendo em vista a necessidade de apreensão das demandas postas cotidianamente aos assistentes sociais, principalmente no que se refere à violência contra as mulheres, que se apresenta como um fenômeno social enraizado e naturalizado pelas suas bases de sustentação estrutural que são o modo de produção capitalista, a ordem patriarcal de gênero e o racismo. Por isso, a produção do conhecimento deve ser fortalecida constantemente em uma direção que se oriente com base em uma matriz teórico-metodológica que busque, primariamente, pelo conhecimento do concreto, da realidade posta e suas múltiplas determinações.

Portanto, compreende-se que existem lacunas quanto ao entendimento da violência contra as mulheres nas produções analisadas, principalmente no que se refere às questões relacionadas ao conceito de gênero e a categoria ordem patriarcal de gênero. Como já apresentado, as produções relacionam o fenômeno em questão a dois principais fatores: o primeiro relaciona-se as desigualdades estabelecidas entre os gêneros, demarcando as relações sociais através das diferenciações relacionadas ao ser homem e ser mulher, caracterizados pelas “questões de gênero” no modo de produção capitalista. Não só, o uso da expressão “violência de gênero” para referir-se ao fenômeno da violência contra as mulheres, pode gerar confusão em especificar que trata-se da violência sofrida por mulheres pelo fato de serem mulheres, acarretando no afastamento da concepção de que as mulheres são as principais atingidas pelo sistema patriarcal.

As produções que relacionam a violência contra as mulheres aos aspectos de gênero, além de demarcarem a violência contra as mulheres como sinônimo de violência de gênero, argumentam que as relações de dominação e submissão são oriundas das desigualdades estabelecidas entre os gêneros, categorizando gênero como construção social do masculino e do feminino, passando a ser utilizado para compor a compreensão da violência contra as mulheres, situando este fenômeno ao campo cultural da sociedade capitalista.

Salienta-se que o gênero nasce de um contexto de diferenciação e desigualdade entre homens e mulheres e “diz respeito às representações do

masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (SAFFIOTI, 2004, pág. 116). Com isso, é de suma importância demarcar que as diferenças entre homens e mulheres tornam-se desigualdades, uma vez que para além do gênero, as relações sociais de sexo e/ou o sistema patriarcal coloca as mulheres em uma situação de subalternidade (SAFFIOTI, 2004).

Outro fator elencado para evidenciar a violência contra as mulheres foi à utilização da concepção de dominação/exploração que as mulheres sofrem por estarem submetidas ao sistema patriarcal-capitalista-racista. Estas produções apontaram o patriarcado como uma estrutura fundamental para a compreensão das inúmeras situações de violências e opressão contra as mulheres, caracterizando a violência contra as mulheres a uma violência estrutural na sociedade, pois, para além das questões de gênero, o fenômeno em debate, é oriundo da sociedade patriarcal-capitalista-racista, constituindo um sistema de dominação/exploração que sustenta as relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres.

Esta concepção é apresentada em seis (06) produções selecionadas, entretanto, apenas dois (02) trabalhos optaram pelo uso do patriarcado como uma categoria de análise, o restante, mesmo os que se aproximam da concepção sistêmica do patriarcado, o colocaram como um conceito.

Dito isso, faz-se necessário um aprofundamento teórico, no interior das esferas de pesquisa e produção do conhecimento do Serviço Social, que seja capaz de esmiuçar a complexidade das relações sociais que estão envoltas das condições de classe, raça/etnia e da ordem patriarcal de gênero, pois ao atribuir o debate a respeito das violências contra as mulheres ao campo cultural, ou exclusivamente das desigualdades oriundas das relações de “gênero”, invisibiliza-se as questões estruturais postas nas relações sociais de sexo que tornam as mulheres, principalmente as mulheres pretas e pobres, o grupo social mais subordinado e que mais sofre com os aspectos da dominação/exploração provenientes do sistema capitalista, racial e patriarcal.

É sumário esmiuçar a categoria relações sociais de sexo, nos estudos sobre a violência contra as mulheres, para não deixarmos de evidenciar aqueles que se fortalecem e se beneficiam com a condição de submissão das mulheres aos homens. Com isso, por mais que todas as produções apontem que o modo de produção capitalista impõe as condições desiguais para as mulheres, bem

como usa destas para se beneficiar, é de suma importância avançar na compreensão de que por mais que a desigualdade social seja um elemento estruturante da sociedade capitalista, ela é mediada, também, pelas condições de dominação/exploração provenientes da Ordem Patriarcal de Gênero e pelo Racismo.

Outro ponto que merece destaque encontra-se no fato de que dez (10) produções demarcaram o vetor racial em suas pesquisas, apontando de maneira acertada, que o racismo constitui um dos agravantes para as situações de violência sofridas pelas mulheres pretas no Brasil, levando em consideração que as mulheres pretas são caracterizadas enquanto o grupo social mais marginalizado no território brasileiro, por conta do percurso histórico da América Latina e em especial do Brasil, a partir da violação colonial perpetrada pelos senhores brancos no período da escravidão.

Desta forma, é fundamental que o Serviço Social mantenha-se em um movimento ininterrupto de formação continuada, principalmente, com ações que possam garantir um aprofundamento teórico-metodológico das expressões da questão social, bem como seus elementos estruturantes que perpassam a sociedade patricial-capitalista-racista, para ser possível desenvolver pesquisas como instrumentos importantes para o conhecimento da realidade que este profissional irá intervir. Por isso, é necessário que os organismos representativos busquem democratizar estes espaços, respaldando-se em um conhecimento que ultrapasse a prática imediatista e conservadora presentes na profissão, que são responsáveis por distanciar o conhecimento e a prática profissional das estruturas de dominação/exploração que transitam em todas as relações sociais.

A análise das produções selecionadas demonstrou um vasto campo de apreensões, que não foram esgotadas nesta Dissertação, levando em considerações seus objetivos, bem como as condições objetivas para a construção de uma pesquisa tão complexa. No mais, propõe-se que há de se fomentar a pesquisa e a produção do conhecimento sobre a violência contra as mulheres a luz dos sistemas de dominação/exploração que estruturalmente mantém as mulheres em situação de submissão aos homens, levando em consideração a tímida produção que tematiza o fenômeno em discussão e as diferentes perspectivas adotadas, que majoritariamente se afastam da categoria Ordem Patriarcal de Gênero dos referidos estudos. Assim, considerando que a prática profissional do assistente social deve

apreender as mediações postas no movimento do real, a Ordem Patriarcal de Gênero trata-se de uma mediação fundamental do sistema de opressão.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez Editora, n. 7, p. 58-76, 1996.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Brasil registra oito casos de feminicídio por dia, diz Ministério Público**. 2017. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/brasil-registra-oito-casos-de-feminicidio-por-dia-diz-ministerio-publico/>>. Acesso em: 05/01/ 2023

AGUIRRE, Rosário. **Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas**. IN:

ARRIAGADA, Irma (coord.) **Famílias y políticas públicas: uma história de desencuentros**. Santiago do Chile, Libros de la CEPAL, outubro de 2007 (disponível em PDF pela internet)

BRASIL. ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRASIL. **Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior diretoria de avaliação (capes)**. Relatório da avaliação quadrienal 2017: serviço social 2017.

BRASIL. **Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior diretoria de avaliação (capes)**. Documento da área 32: serviço social 2019. Disponível em: [://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf](http://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf). Acesso 07 jan 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

BONACCHI G., GROPPI, A. (orgs.). **O dilema da cidadania**. UNESP. São Paulo, 1995. pp. 205-234.

CAPES. **Relatório de Avaliação 2013-2016/ Quadrienal 2017**. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf>. Acesso em 05 jan. 2019.

CARDOSO, P. F. G. **80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero**. IN: IN: HOLLANDA, Heloisa, B. (org.), Pensamento Feminista, Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. 440p.

CARVALHO, D. B. B.; SILVA e SILVA, M. O. **Recursos humanos e atividades de formação dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social.** In: *Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2005, p. 51-68.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018., 286 p.

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: uma análise feminista-materialista.** *Temporalis - Brasília (df)*, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

CISNE, Mirla **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** 2. ed. São Paulo:Outras Expressões, 2015

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018 211. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>. Acesso em 3/2022.

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social.** Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. V.8. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão.** 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

CISNE, M.; OLIVEIRA, G. M. J. C. **Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro.** *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 77-96, jul./dez. 2017.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1993.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo. 2010.

FONSECA, C. **Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo.** *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 16, p. 261-275, 2001.

FORTUNA, S. A. **Violência de gênero: uma análise das principais matrizes teórico metodológicas que fundamentam a produção científica atual.** Projeto de Pesquisa PROPPG/UEL. 2016.

FORTI, V. L. **Considerações sobre o sétimo princípio fundamental do código de ética dos assistentes sociais: o pluralismo em debate.** In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL-RJ. (Org.). Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 87-9

FORTUNA, S. L. A. ; GUEDES, O. S. **A produção do conhecimento e o projeto ético-político do Serviço Social.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 25-33, jan./abr. 2020 ISSN 1982-0259. Disponível em <<https://bit.ly/2TgKWDB>>. Acessado em: 06 de jan. 2023

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022.** São Paulo: FBSP, 2022.

GARCIA, Maria Lúcia T.; FERNANDEZ, Cristiane B. **Graduação e pós-graduação em serviço social no Brasil.** Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262-75, ago./dez. 2018.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GUEDES, O. S. **Implicações da concepção neotomista de homem na gênese do serviço social brasileira –1930/1940.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In: **CFESS & ABEPSS. Serviço Social.** Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CEAD/UnB/CFESS/ ABEPSS, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **A questão negra no Brasil.** IN: Rios. Flávia e Lima, Márcia (orgs.) Por um feminismo afro latino-americano. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2020. Pg. 183-190.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica.** IN: Rios. Flávia e Lima, Márcia (orgs.) Por um feminismo afro latino-americano. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2020. Pg. 49-64.

GUILLAUMIN, Colette. **Prática do Poder e Ideia de Natureza.** IN: FERREIRA, Veronica et al. **O patriarcado Desvendado, teorias de três feministas materialistas:** ColetteGuillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014. Pp. 65-100. Pode ser acessado pela Internet.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporális, ano II, nº 3. Brasília: 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche**. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018. p. 66-87.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Relógios da Violência**. Disponível em: <<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>. Acesso em: 5 jan. 2023.

KAMEYAMA, N. **“Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social”** in MOTA, A. E. (org) A nova fábrica de consensos, Cortez, São Paulo, 1998.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais**. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, v.86, mar. 2010.

KERGOAT, Danièle . **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LARA, Ricardo. **Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica**. Revista Katálysis, Florianópolis, p. 73-82, abr. 2008. ISSN 19820259.

LESSA, S. **“Heller e Lukács: a centralidade do trabalho”**, Revista Raízes, mestrado em Economia e Sociologia, Ed. UFPB, (1996b) - Campina Grande.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliana Aparecida. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 08, n. 02, p. 199-210, jul./dez. 2005.

LORDE, Audre. **Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo**. In: LORDE, Audre. Irmã outsider. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155 - 167. ISBN 788551304311.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002b.

HOLLANDA, Heloisa, B. (org.), **Pensamento Feminista, Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. 440p.

MARX, Karl. Grundrisse: **manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo. 2011.A. Introdução. 3. O Método da economia política, p. 54 - 61.

MARX, Karl. **A sagrada família ou a crítica da crítica crítica**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2008.

MARX, K. **O capital**. 10.ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro 1. v.I, II.

MARX, K. **O Capital, Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 32º ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade”, e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, L. F. **Modelo Capes de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012?** Administração: Ensino e Pesquisa, v. 4, n. 11, p. 579-600, 2010

NETTO, J. P. **La construcción del proyecto ético-político del Servicio Social frente a la crisis contemporánea**. BORGIANNI, E.; GUERRA, Y. A. D.; MONTAÑO, C. (Org.). *Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 271-296.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. Ed. – São Paulo, Cortez, 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Revista Temporalis, ano II, nº 3. Brasília: 2001.

NETTO, J. P. BRAZ, J. M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo SP: Cortez, 2006. 257 p. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

NETTO, J. P. **Para a crítica da vida cotidiana**. In: Cotidiano: conhecimento e crítica. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 17, n.50, p. 87-132, abr. 1996.

NÓBRE, B. M.; MATIAS C. S. T.; SILVA, X. **A. Pesquisa e conhecimento da realidade no serviço social**. Revista Temporalis, Brasília, ano 18, n. 35, jan./jun. 2018

ORTIZ, F. G. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PPGCI/UEL. **Programa Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina**. Página inicial. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/sersocial/>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSS/UERJ. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. Página inicial. Disponível em: <http://www.PPGservicosocial.uerj.br/>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSS/UFRJ. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Página inicial. Disponível em: <https://pos.ess.ufrj.br/index.php/sobre-o-PPGss>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSS/UFSC. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina**. Página inicial. Disponível em: <https://PPGss.ufsc.br/pb/>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSER/UNESP-FR. **Programa Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Franca**. Página inicial. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/#!/ensino/pos-graduacao/stricto-sensu/servico-social/>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSER/UFJF. **Programa Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista**. Página inicial. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/PPGservicosocial/>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGPS/UFES. **Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santos**. Página inicial. Disponível em: <https://politicassocial.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGPS>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGPS/UNB. **Programa Pós-Graduação em Política Social da Universidade De Brasília**. Página inicial. Disponível em: <http://www.politicassocial.unb.br/>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSS/UFAL. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Alagoas**. Página inicial. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/pos-graduacao>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSS/UFPE. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco**. Página inicial. Disponível em: <https://www.ufpe.br/PPGss>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSS/UFRN. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Página de apresentação. Disponível em:

https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=376. Acesso em 01 de out. de 2022.

PPGPP/UFMA. **Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão**. Página inicial. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&id Programa=893. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PPGSS/UFPA. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará**. Página inicial. Disponível em: <https://PPGss.propesp.ufpa.br/index.php/br/>. Acesso em: 01 de out. de 2022.

PORTES, Lorena Ferreira; Portes, Melissa Ferreira. **A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios**. REVISTA EM PAUTA. V 15, p. 213-227, 2017.

PORTES, Lorena Ferreira; Portes, Melissa Ferreira. **A produção de conhecimento sobre a formação profissional em Serviço Social: as tendências explicativas sobre a profissão**. Revista Humanidades em Perspectivas | vol.1 n.1 | jan/jun 2019

REISDÖRFER, Lara. A. L. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **As origens do conceito de Gênero. Gênero, Patriarcado, Violência**. Editora Fund. Perseu Abramo, São Paulo, 2004. pp. 95-139.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade 2. ed.** Petrópolis: Vozes, 1976

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher Brasileira: opressão e exploração**. Achiamé, Rio de Janeiro, 1984.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência doméstica ou a lógica do galinheiro**. In: KUPSTAS, M.(Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

SARACENO, C. **A dependência construída e a interdependência negada**. In KERGOAT, Daniele. **Dinâmica da Consubstancialidade das Relações Sociais**. Novos Estudos, CEBRAP, 86-2010, pp93-103.

SILVA, J. F. S. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Revista Temporalis, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, M. O. S.; CARVALHO, D. B. B. (Org.). **Serviço, Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira; SANT'ANA, Raquel Santos. **O Método na Teoria Social de Marx: e o Serviço Social?** In: Temporalis. Brasília, DF: ABEPSS, 2013.:

SGUISSARDI, V. **Produtivismo acadêmico**. In: Oliveira, D. A.; Duarte, A.; Vieira, L. (Org.). Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFMG, 2010. 22 p.

TREIN, E.; RODRIGUES, J. **O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento - mercadoria**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, p. 769-819, 2010.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE/ Sindicato **Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Semestral.

YAZBEK, Maria Carmelita. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 88, anoXXVI, jun. 2006.

YAZBEK, M. C; RAICHELIS, R.; MARTINELLI, M. L. **O Serviço Social Brasileiro em Movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 95, 2008.

YAZBEK, M.C. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS**. Serviço social: direitos e sociais competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 125-142.

APÊNDICES

APÊNDICE A

MAPEAMENTO DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO, PUBLICADAS ENTRE 2010 E 2021, COM BASE NOS DESCRITORES ELENCADOS.

UNIVERSIDADE	REGIÃO	ANO	Título
UFRJ	RJ - SUDESTE	2021	Insurgências de mulheres negras frente à negação da vida: do luto à luta!
UFRJ	RJ - SUDESTE	2020	Aqui A Bala Come, Não Tem Aviso Prévio": Favela, Necropolítica E A Resistência Das Mulheres-mães Guardiãs Da Memória
UFRJ	RJ - SUDESTE	2020	Mulheres no ponto cego da história: entre o compasso e o descompasso das políticas públicas de gênero no Brasil – perspectivas futuras para a cidadania das mulheres
UFRJ	RJ - SUDESTE	2020	Mulher e poder naval: o trabalho feminino na marinha do Brasil
UFRJ	RJ - SUDESTE	2020	"não Era Amor, Era Cilada" - O Trabalho Da Patrulha Maria Da Penha No Enfrentamento Ao Fenômeno Da Violência Doméstica No Município De Duque De Caxias
UFRJ	RJ - SUDESTE	2019	"se Eu Não Vier, Ninguém Vem": Tensões Femininas No Cuidado
UFRJ	RJ - SUDESTE	2018	Reflexões introdutórias acerca da relação entre feminismo e marxismo
UFRJ	RJ - SUDESTE	2018	As percepções de policiais militares do estado do rio de janeiro acerca da violência de gênero contra a mulher
UFRJ	RJ - SUDESTE	2015	Violência de gênero e políticas públicas os centros de referência de atendimento à mulher no enfrentamento à violência
UFRJ	RJ - SUDESTE	2021	Paredes cor de rosa: relações de gênero na internação feminina do DEGASE
UFRJ	RJ - SUDESTE	2017	Divisão sexual do trabalho, uma das principais formas de exploração do capital sobre o trabalho?
UFRJ	RJ - SUDESTE	2017	O enfrentamento da violência de gênero: uma análise a partir das bases de dados dos crimes de violência física, sexual e feminicídios
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2011	O protagonismo das mulheres nas famílias contemporâneas
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2011	Dos Pés À Cabeça: A Reestruturação Produtiva E A Atuação Das Mulheres Nas Indústrias No Município De Franca/sp
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2012	Levantadas do chão: a construção da identidade de gênero no processo implementação das políticas públicas agrárias para as mulheres
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2012	Qualidade de vida das mulheres de carreira docente
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2021	Gênero e famílias: entre mudanças e permanências
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2018	Olhares De Dentro: Uma Análise Sobre Os Significados Do Centro De Referência De

			Assistência Social (cras) Para Mulheres Do Bairro Parque Das Hortências, Araraquara, Sp
UNESP/ FRANCA	SP SUDESTE	- 2011	Vidas precarizadas: um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina
UNESP/ FRANCA	SP SUDESTE	- 2014	Mãe / mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina
UNESP/ FRANCA	SP SUDESTE	- 2017	A educação e a diversidade sexual e de gênero: uma análise a partir da proposta dos temas transversais na perspectiva dos educadores
UNESP/ FRANCA	SP SUDESTE	- 2020	As mulheres que vieram antes: os fundamentos teóricos e a construção social do feminismo no contexto euro americano
UFJF	MG SUDESTE	- 2014	O processo de feminização do trabalho e as implicações para a saúde da mulher trabalhadora: análise das pesquisas em serviço social
UFJF	MG SUDESTE	- 2016	O debate do movimento feminista na produção acadêmica do serviço social
UFJF	MG SUDESTE	- 2013	Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira: uma experiência de luta por direitos e liberdade
UFJF	MG SUDESTE	- 2021	O Movimento Feminista E A Questão Da Perspectiva De Classe: Um Estudo Sobre A Greve Internacional De Mulheres De 2017 (jim 2017)
UFJF	MG SUDESTE	- 2016	As Mulheres E O Feminismo No Movimento Sindical: Um Estudo Das Experiências Do Andes-sn
UFJF	MG SUDESTE	- 2018	Feminismo e representação política
UFSC	SC - SUL	2010	Lei Maria da penha do papel à implementação : concepções sobre violência contra a mulher presentes nos operadores do sistema de justiça.
UFSC	SC - SUL	2014	O estado da arte sobre gênero no serviço social
UFSC	SC - SUL	2016	A matricialidade sociofamiliar na política de assistência social: as diferentes perspectivas e interpretações teóricas no serviço social
UFSC	SC - SUL	2016	O caráter do patriarcado na ordem social do capital: um estudo sobre a relação entre exploração e dominação da mulher trabalhadora na contemporaneidade.
UFSC	SC - SUL	2017	“eu Aborto, Tu Abortas, Somos Todas Clandestinas” Mídia E Aborto: Uma Perspectiva Do Feminismo Decolonial.
UFSC	SC - SUL	2020	As contribuições do feminismo negro interseccional no estudo da violência contra meninas: o caso do PAEFI Florianópolis
UFSC	SC - SUL	2020	Prostitutas travestis e transexuais do jd. Itatinga – sp: narrativas da atuação da polícia na zona
UFSC	SC - SUL	2019	Aspectos Sociais E De Gênero Da Obesidade Em Mulheres No Serviço De Cirurgia Bariátrica Do HU/UFSC
UFSC	SC - SUL	2019	Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas

			e códigos de conduta
UFSC	SC - SUL	2011	A Prática Profissional Do Assistente Social No Enfrentamento Da Violência: A Desafiadora (re) Construção De Uma Particularidade
UFSC	SC - SUL	2012	Mulheres Negras Soropositivas E As Interseccionalidades Entre Gênero, Classe E Raça/etnia
UFSC	SC - SUL	2020	Políticas Públicas Para As Mulheres E A Atuação Do Conselho Estadual Dos Direitos Da Mulher/sc
UEL	PR - SUL	2013	Diversidade Sexual No Sistema Prisional : Um Olhar Sobre O Preconceito E A Discriminação Em Relação À Diversidade Sexual A Partir Da Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" De Presidente Prudente/sp
UEL	PR - SUL	2013	O matriciamento nos núcleos de apoio à saúde da família: a percepção do assistente social
UEL	PR - SUL	2018	O debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de serviço social das universidades públicas do norte do Paraná
UEL	PR - SUL	2011	Trabalho das mulheres e divisão sexual do trabalho: projetos de geração de renda nos municípios do vale do ivaí - pr
UEL	PR - SUL	2013	Trabalho em rede como estratégia de enfrentamento à violência contra mulheres : um estudo do município de Maringá
UFPA	PA - NORTE	2013	Lei Maria Da Penha: Avaliação Dos Seis Anos De Implantação Em Belém/pa.
UFPA	PA - NORTE	2013	Tráfico de mulheres: um estudo sobre a produção acadêmica brasileira
UFPA	PA - NORTE	2014	Gênero E Políticas De Previdência Social No Brasil Análise Da Presença Diferenciada De Homens E Mulheres No Serviço De Reabilitação Profissional Do INSS Na Cidade De Belém-pa
UFPA	PA - NORTE	2017	A política de assistência social e o CRAS Salinópolis na discussão de gênero
UFMA	MA- NORDESTE	2017	Programa Brasil Carinhoso: Uma Análise No Contexto De Reconfiguração Da Política Social E No Atendimento Das Demandas Das Mulheres-mães Em São Luís/ma
UFMA	MA- NORDESTE	2016	Mulheres No Setor De Telemarketing: Uma Análise Na Cidade De São Luís/ma Em Tempos De Flexibilização E Precarização Do Trabalho
UFMA	MA- NORDESTE	2015	A educação profissional e a política pública mulheres mil: a implementação no âmbito do ifma em são luís
UFMA	MA- NORDESTE	2017	Mulheres negras e as relações de gênero: narrativas de construção da identidade de mulheres negras participantes do bloco afro akomabu do centro de cultura negra do maranhão
UFMA	MA- NORDESTE	2017	Contribuições À Intervenção No Social Das/os Profissionais De Trabalho Social: Análise Do Uso Da Perspectiva De Gênero Das/os Trabalhadoras/es Sociais Da Área Da Saúde Na

			Cidade De Cali-colômbia
UFMA	MA- NORDESTE	2014	A Violência De Gênero, O Ministério Público E A Aplicação Da Lei Maria Da Penha: Uma Análise Na Cidade De São Luís/ma
UFMA	MA- NORDESTE	2010	A Delegacia Especial Da Mulher De São Luís (ma) À Luz Da Lei Maria Da Penha: Uma Reflexão Sobre As Práticas Institucionais De Enfrentamento Da Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher
UFMA	MA- NORDESTE	2012	Análise da violência doméstica e intrafamiliar física e psicológica contra gestantes: percepções e repercussões na vida de mulheres atendidas na unidade mista do itaqui bacanga em são luís ma
UFMA	MA- NORDESTE	2014	Lei Maria da penha e poder judiciário: entendimento jurisprudencial do tribunal de justiça do estado do maranhão nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher entre os anos de 2006 a 2013
UFMA	MA- NORDESTE	2019	O poder judiciário e a efetividade da lei maria da penha: análise da atuação do tribunal de justiça do estado do maranhão nos processos de violência psicológica contra as mulheres durante o período de 2006 a 2017
UFMA	MA- NORDESTE	2019	Violências contra as mulheres e a atuação do poder legislativo para o seu enfrentamento: análise das proposições apresentadas nos anos de 2011 a 2018 na assembléia legislativa do maranhão.
UFMA	MA- NORDESTE	2015	Geração De Renda Para As Mulheres: Uma Avaliação De Impactos Do Programa Mulheres Mil Na Ótica De Egressas Em São Luís/ma
UFMA	MA- NORDESTE	2017	Corporalidades transgressoras: desafios das transformações corporais de pessoas transgênero no contexto da política social de saúde na colômbia
UFMA	MA- NORDESTE	2017	Violência no Brasil: os perfis ocultos de encarcerados e vítimas de mortes violentas
UFMA	MA- NORDESTE	2017	Impactos Do Programa Bolsa Família Na Vida Das Famílias Egressas Com Foco Nas Mulheres Titulares Do Benefícios Em São Luís/ma
UFMA	MA- NORDESTE	2019	Verso E Reverso Das Medidas Protetivas De Urgência: Atuação Da Vara Especial De Violência Doméstica E Familiar Contra Mulher Na Comarca De São Luís/ma, À Luz Da Lei Maria Da Penha
UNB	DF- CENTRO OESTE	2010	O enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual no contexto da política de assistência social.
UNB	DF- CENTRO OESTE	2010	Título: Ações Afirmativas De Gênero E Trabalho: O Programa Pró-equidade De Gênero Na Eletronorte
UNB	DF- CENTRO OESTE	2015	Mulheres Deficientes E A Abjeção Dos Corpos: Um Estudo Do Programa Pró-equidade De Gênero E Raça.
UNB	DF-	2016	O comércio de drogas ilegais na trajetória de

	CENTRO OESTE		trabalho de mulheres presas a penitenciária feminina do df.
UNB	DF-CENTRO OESTE	2017	"faca Só Lâmina": Um Estudo Dos Papéis Desempenhados Pelas Famílias Nos Processos De Proteção Social Das Mulheres Presas No Df.
UNB	DF-CENTRO OESTE	2018	A inserção das mulheres nas carreiras da gestão governamental: divisão sexual do trabalho e análise da política social - trabalho
UNB	DF-CENTRO OESTE	2020	Relações patriarcais de gênero e estado social: uma análise das políticas sociais para as mulheres no processo de produção e reprodução do capitalismo brasileiro.
UNB	DF-CENTRO OESTE	2020	Conservadorismo religioso e suas implicações na condição de submissão da mulher na sociedade brasileira
UNB	DF-CENTRO OESTE	2012	Aplicação da lei Maria da penha: um estudo sobre estereótipos de gênero no judiciário
UNB	DF-CENTRO OESTE	2018	A atenção á saúde ás travestilidades e transexualidades em São Paulo
UNB	DF-CENTRO OESTE	2019	A categoria bancária nas perspectivas de gênero e raça
UFPE	PE NORDESTE	- 2010	Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra: uma aproximação a partir das práticas das participantes do movimento de mulheres rurais do sertão central de Pernambuco
UFPE	PE NORDESTE	- 2010	Ações do movimento feminista pelo fim da violência doméstica contra a mulher, no estado de Pernambuco: conquistas e desafios
UFPE	PE NORDESTE	- 2010	As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas
UFPE	PE NORDESTE	- 2010	Violência contra a mulher e política pública de saúde: as contradições nos serviços de assistência à mulher vítima de violência sexual
UFPE	PE NORDESTE	- 2010	Violência de gênero e cidadania feminina: análise dos casos acompanhados pelo núcleo multidisciplinar Maria da penha do tribunal de justiça do Piauí
UFPE	PE NORDESTE	- 2018	Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública
UFPE	PE NORDESTE	- 2019	Violência obstétrica: as disputas discursivas e a luta das mulheres
UFPE	PE NORDESTE	- 2017	Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências
UFPE	PE NORDESTE	- 2016	Direitos Reprodutivos E Direitos Sexuais De Mulheres Vivendo Com Hiv/aids Atendidas Em Um Serviço De Referência De Recife/pe
UFPE	PE NORDESTE	- 2010	(des) Construção Da Democracia De Gênero No Discurso Jornalístico Sobre Violência Contra A Mulher Nos Jornais Impressos Piauienses Meio Norte E O Dia

UFPE	PE NORDESTE	- 2019	Seguridade Social No Brasil E Os Movimentos Das Mulheres Pelo Direito À Aposentadoria Das "donas De Casa De Baixa Renda" Contradições E Tendências
UFPE	PE NORDESTE	- 2011	A mulher como sujeito da cidade: uma história de vida nas lutas pelo viver e produzir o urbano no Ibura
UFPE	PE NORDESTE	- 2013	Um enfoque de gênero na política urbana - experiências de participação feminina no recife
UFPE	PE NORDESTE	- 2019	Feminismo no sertão: as particularidades da frente de mulheres no cariri cearense
UFPE	PE NORDESTE	- 2011	Flexibilizando O Trabalho: Desigualdade De Gênero, Saúde E Precarização Das Atividades Das Pessoas Trabalhadoras Na Feira-livre De Picos-pi
UFPE	PE NORDESTE	- 2017	Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências
UFPE	PE NORDESTE	- 2019	Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contra discursos das ativistas digitais negras
UFPE	PE NORDESTE	- 2019	Desigualdades das relações sociais de sexo e acesso aos altos cargos de gestão de uma empresa bancária
UFAL	AL NORDESTE	- 2018	Tráfico de mulheres para exploração sexual: uma expressão de alienação
UFAL	AL NORDESTE	- 2020	Leacock e os fundamentos da subordinação da mulher
UFRN	RG NORDESTE	- 2021	As rosas da resistência nascem no asfalto": uma análise da violência cometida contra as mulheres trans durante o governo Bolsonaro
UFRN	RG NORDESTE	- 2019	"você Não É Gisele Bündchen": Manifestações Da Violência Institucional Contra Mulheres No Cotidiano Dos Serviços Do SUS
UFRN	RG NORDESTE	- 2018	Nos bares, na lama, nos lares, na cama: uma análise ontológica da violência contra mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo.
UFRN	RG NORDESTE	- 2018	A (in)visibilidade Da Violência Institucional No Âmbito Do Sistema Único De Saúde (SUS): Um Estudo Sobre Casos De Mulheres Vítimas De Crime Sexual Ocorridos Em Parnamirim/, Nos Anos De 2010 A 2018
UFRN	RG NORDESTE	- 2012	As mulheres e as muralhas: a relação entre divisão sexual do trabalho, patriarcado e lógica do capital
UFRN	RG NORDESTE	- 2019	Os trabalhos não remunerados das mulheres rurais no Brasil: um estudo a partir da PNAD contínua - 2018
UFRN	RG NORDESTE	- 2013	Violência contra a mulher no universo rural: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo
UFRN	RG NORDESTE	- 2017	Feminismo, gênero e serviço social: avanços, contradições e rebatimentos na formação profissional
UFRN	RG NORDESTE	- 2013	"Eu Não Tenho Apoio De Nada": As Dificuldades Das Mulheres No Acesso A "rede" De

			Enfrentamento A Violência Contra A Mulher
UFRN	RG NORDESTE	- 2014	Barreiras (in) Visíveis: A Segregação De Gênero Em Cursos Universitários Da UFRJ.
UFRN	RG NORDESTE	- 2014	Relações Sociais De Gênero E Precarização Do Trabalho: Um Estudo Sobre As Contradições De Gênero No Processo De Expansão Dos Espaços Sócio - Ocupacionais Das/os Assistentes Sociais Na Política De Assistência Social
UFRN	RG NORDESTE	- 2012	As mulheres e as muralhas: a relação entre divisão sexual do trabalho, patriarcado e lógica do capita
UFRN	RG NORDESTE	- 2019	A consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe: o feminicídio como expressão da violência machista
UFRN	RG NORDESTE	- 2011	Violência e luta por direitos no capitalismo contemporâneo: crítica à configuração do atendimento às mulheres no rio grande do norte.
UFRN	RG NORDESTE	- 2011	Mídia e gênero: análise crítica da violência contra a mulher no telejornalismo.
UFRN	RG NORDESTE	- 2010	Lei Maria Da Penha Em Natal/rn: Limites E Possibilidades No Combate À Violência De Gênero Contra A Mulher
UFES	ES SUDESTE	- 2020	O partejar em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista: uma violência a desvendar
UFES	ES SUDESTE	- 2012	Políticas públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola: notas sobre a cidade de vitória

APÊNDICE B

MAPEAMENTO DAS TESES DE DOUTORADO, PUBLICADAS ENTRE 2010 E 2021, COM BASE NOS DESCRITORES ELENCADOS.

UNIVERSIDADE	REGIÃO	ANO	Título
UFRJ	RJ - SUDESTE	2021	Covid-19 e institucionalidade da agenda feminista no conselho nacional de saúde em debate
UFRJ	RJ - SUDESTE	2019	Enfrentamento à violência obstétrica contra mulheres negras numa maternidade pública municipal do rio de janeiro na perspectiva de gestoras (es) e profissionais de saúde
UFRJ	RJ - SUDESTE	2018	“Mulheres dos escombros”: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes
UFRJ	RJ - SUDESTE	2019	Em busca de reconhecimento: limites e desafios dos processos de requalificação civil de pessoas trans no rio de janeiro
UFRJ	RJ - SUDESTE	2013	Mulheres evangélicas e práticas religiosas: uma análise comparativa na perspectiva de gênero
UFRJ	RJ - SUDESTE	2019	“E eles se tornarão uma só carne”: uma análise da relação conjugal de mulheres evangélicas pentecostais no rio de janeiro
UFRJ	RJ - SUDESTE	2012	Descobrir um santo para cobrir outro: a negação do direito à convivência familiares de mulheres mães pobres que perdem seus filhos para adoção
UFRJ	RJ - SUDESTE	2014	Morreram porque mataram tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2018	Carolinas, catadoras de sonhos
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2015	A política previdenciária brasileira: estudo sobre a inserção da mulher no sistema de seguridade à luz da lei nº 12.470/2011
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2011	Mulheres assentadas e saúde: uma análise a partir do programa de saúde da família (psf)
UNESP/ FRANCA	SP - SUDESTE	2010	Mulheres que tecem a vida: trabalho e gênero em tempos precarizados
UFJF	MG - SUDESTE	Sem dados disponibilizados no site oficial.	
UFES	ES - SUDESTE	2021	¿Una revolución dentro de la revolución? Desafíos para la emancipación de las mujeres en cuba
UFSC	RS - SUL	2021	Feminismo e capitalismo: contribuições teóricas a partir do feminismo materialista francês
UFSC	RS - SUL	2020	Violências de gênero contra as mulheres em Blumenau/SC: os sentidos

			de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito
UFSC	RS - SUL	2020	A classe trabalhadora tem sexo nem gênero crítica da “ordem patriarcal de gênero” de Heleieth Saffioti
UFSC	RS - SUL	2019	As contribuições feministas à proteção social no estado capitalista
UEL	PR- SUL	Total de teses encontradas: 24 (2015-2021)	
UFPA	PA - NORTE	Total de teses encontradas: 04 (2021)	
UFMA	MA- NORDESTE	2017	Gênero, tráfico sexual de mulheres e políticas públicas: uma análise da experiência da secretaria de políticas para as mulheres da presidência da república (SPM/PR)
UFMA	MA- NORDESTE	2011	Violência contra gestantes: taxas, tipos, perpetradores e fatores associados, em São Luís, no ano de 2010
UFMA	MA- NORDESTE	2021	A marcha das margaridas: lutas sociais e resistências das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil no século XXI
UFMA	MA- NORDESTE	2021	Classe, gênero, raça e os entraves ao enfrentamento do trabalho doméstico de meninas: análise do redesenho do programa de erradicação do trabalho infantil no maranhão.
UFMA	MA- NORDESTE	2021	Feminicídio: estudo sobre as decisões proferidas pelo tribunal de justiça do estado do maranhão no âmbito da lei n. 13.104/2015.
UNB	DF- CENTRO OESTE	2016	Mulheres invisíveis, mas necessárias: a negação da feminização no trabalho da mineração.
UNB	DF- CENTRO OESTE	2018	Mulheres e narrativas de reparação: a categoria gênero problematizando a justiça transicional colombiana.
UFPE	PE NORDESTE	2019	Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contra discursos das ativistas digitais negras.
UFPE	PE NORDESTE	2019	Violência obstétrica: as disputas discursivas e a luta das mulheres.
UFPE	PE NORDESTE	2018	A atuação da rede de enfrentamento da violência contra a mulher no contexto da construção da cidadania, sob o foco das políticas públicas no município de PICOS-PI.
UFPE	PE NORDESTE	2018	Estratégias decoloniais dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans afroindígenas: análises críticas às políticas do corpo a partir do site da associação lambda/Moçambique.
UFPE	PE NORDESTE	2011	Silenciosa conveniência entre transgressão e conservadorismo: trajetórias feministas frente à epidemia

			da aids no Brasil.
UFPE	PE NORDESTE	-	2011
			Aborto legal e políticas públicas para mulheres: interseções, construção, limites.
UFPE	PE NORDESTE	-	2016
			Mediação nas trilhas do desenvolvimento rural: a produção da desigualdade socioambiental e de gênero no assentamento cajueiro Parnaíba/PI.
UFAL	AL NORDESTE	-	Total de teses encontradas: 6 (2021 - 2022)
UFRN	RG NORDESTE	-	2021
			Serviço social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da teoria unitária.
UFRN	RG NORDESTE	-	2021
			Divisão sexual do trabalho e precarização: o trabalho subcontratado nas facções têxteis.